

**O PROCESSO PROJÉTUAL DAS AUTO-INTERVENÇÕES NAS
RESIDÊNCIAS ECONÔMICAS
UM ESTUDO NO BAIRRO DE HIGIENÓPOLIS (RIO DE
JANEIRO)**

por
Marcelo da Rocha Silveira

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ UFRJ
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
Subárea: Teoria, História e Crítica de Pesquisa

Orientador: Prof. Doutor Guilherme Carlos Lassance dos Santos Abreu

Rio de Janeiro, RJ

2008

AUTO-INTERVENÇÕES NAS RESIDÊNCIAS ECONÔMICAS – UM ESTUDO NO
BAIRRO DE HIGIENÓPOLIS (RIO DE JANEIRO)

Marcelo da Rocha Silveira

Tese submetida ao corpo docente da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro — UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

Prof. _____ – Orientador

Doutor Carlos Lassance dos Santos Abreu

Prof. _____

Livre-docente Olínio Gomes Paschoal Coelho

Prof. _____

Doutor Gustavo Rocha-Peixoto

Prof. _____

Doutora Margareth da Silva Pereira

Prof. _____

Doutor Júlio Rodrigues

Rio de Janeiro, RJ

2008

Silveira, Marcelo da Rocha
O processo projetual das auto-intervenções nas residências
econômicas
– um estudo no bairro de Higienópolis (Rio de Janeiro)

/ Marcelo da Rocha Silveira. Rio de Janeiro:
UFRJ/ FAU/ PROARQ, 2008.

195p.

Tese — Universidade Federal do Rio de
Janeiro, FAU/ PROARQ.

1. Arquitetura. 2. Tese (Doutorado –
UFRJ/ FAU/ PROARQ). I. Título

AGRADECIMENTOS

Ao professor Guilherme Lassance que com sua paciência, dedicação e conhecimento, abriu-me as portas para um pensar crítico da arquitetura.

Aos professores Willian Bittar, Paulo Afonso Rheingantz e Gustavo Rocha-Peixoto que durante o curso de graduação plantaram a semente deste trabalho.

Ao professor Olínio Gomes Paschoal Coelho pela inestimável contribuição a este trabalho.

Ao professor Júlio Rodrigues pelo precioso auxílio e sugestões.

A casa, mais ainda que uma paisagem, é um estado de Alma.

G. Bachelard

A casa é a expressão mais pura da raça

O. Spengler

É só quando podemos habitar que podemos construir.

M. Heidegger

RESUMO

AUTO-INTERVENÇÕES NAS RESIDÊNCIAS ECONÔMICAS UM ESTUDO NO BAIRRO DE HIGIENÓPOLIS (RIO DE JANEIRO)

MARCELO DA ROCHA SILVEIRA

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Carlos Lassance dos Santos
Abreu

Palavras-chave: Habitação, auto-intervenção, crítica

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao programa de Pós-Graduação em Arquitetura – PROAARQ/linha de pesquisa: Teorias e Metodologias do Projeto, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – FAU/UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Ciências da Arquitetura.

O presente trabalho buscou, inicialmente, entender a possibilidade de um pensar projetivo nas residências unifamiliares do subúrbio do Rio de Janeiro, no momento em que elas passam por intervenções realizadas pelos seus próprios moradores. A partir daí, procurou-se perceber as práticas e pressupostos projetivos e espaciais, compreendendo o processo projetual presente em tais auto-intervenções, e estabelecer a sua relação com a cultura de arquitetos. Para tanto, resgatou-se a formação da moradia do subúrbio da cidade carioca a partir da estruturação do espaço urbano, evidenciando-se o modelo da Cidade-Jardim que foi empregado no início do século XX e atuou como uma forma de melhoria das condições higiênicas e de qualidade de vida de uma parcela social da população que então despontava. Em entrevistas realizadas com moradores do bairro cidade-jardim de Higienópolis, no subúrbio carioca, buscou-se compreender quais as concepções espaciais, estéticas, os aspectos simbólicos, hierárquicos, culturais, que estiveram relacionados, ou não, no momento da auto-intervenção. Tais estudos contribuíram tanto para uma apreensão das formas organizativas espaciais específicas vinculadas ao processo de auto-intervenção da habitação, como também de um esclarecimento dessa questão a partir da perspectiva dos moradores da área suburbana. Desse modo, espera-se que as reflexões e análises apresentadas possam fornecer material para a compreensão da relação entre o projetista e o morador, assim como contribuir para o entendimento crítico da evolução da moradia brasileira.

RIASSUNTO

AUTOINTERVENTO NELLE RESIDENZE ECONOMICHE UNO STUDIO NEL RIONE DI HIGIENOPOLIS (RIO DE JANEIRO)

MARCELO DA ROCHA SILVEIRA

Orientador: Prf. Dr. Guilherme Lassance

Palavras-chave: abitazione, autointervento, critica

Riassunto della Tesi di Dottoramento sottomessa al programma di Poslaurea in Architettura – PROAARQ/linea di ricerca: Teorie e Metodologie del Progetto, Facoltà di Architettura ed Urbanismo, della Università Federale del Rio de Janeiro – FAU/UFRJ, come parte dei requisiti necessari alla ottenuta del titolo di Dottore in Scienze della Architettura.

Il presente lavoro cercò, inizialmente, comprendere la possibilità di un pensare progettuale nelle residenze di una sola famiglia del suburbio del Rio di Janeiro, nel momento in cui esse subiscono interventi fatti dai suoi abitanti. In seguito, si tentò percepire le pratiche e congetture progettuali e spaziali, comprendendo il processo progettuale presente in questi autointerventi, e stabilire il suo rapporto con la cultura degli architetti. Per ciò, si è recuperata la formazione delle residenze del suburbio della città carioca, seguendo la strutturazione dello spazio urbano, siccome mentendo in evidenza il modello della Città-giardino, adoperato all'inizio del secolo XX, ed usato come una forma di progresso delle condizioni igieniche e della qualità di vita di una parte sociale della popolazione che allora si sviluppava enorme. In interviste fatte con gli abitanti del rione Città-giardino di Higienópolis, nel suburbio carioca, si cercò comprendere quali furono i concetti spaziali, estetiche, gli aspetti simbolici, gerarchici, culturali, in cui ebbe un rapporto, o no, nel momento del autointervento. Tali studi contribuirono tanto per una apprensione delle forme organizzative spaziali specifiche legate al processo di autointervento della abitazione, siccome un modo di diventare più chiaro tale problema secondo una prospettiva fatta dagli abitanti della zona suburbana. In questo modo, si può aspettare che questi riflessioni e analisi presentate forniscano materiale per aiutare il capire del rapporto tra progettista e abitanti, così come contribuire per l'intendimento critico del sviluppo della abitazione brasiliana.

RIASSUNTO

AUTOINTERVENTO NELLE RESIDENZE ECONOMICHE UNO STUDIO NEL RIONE DI HIGIENOPOLIS (RIO DE JANEIRO)

MARCELO DA ROCHA SILVEIRA

Orientador: Prof. Dr. Guilherme Carlos Lassance dos Santos
Abreu

Palavras-chave: abitazione, autointervento, critica

Riassunto della Tesi di Dottoramento sottomessa al programma di Poslaurea in Architettura – PROAARQ/linea di ricerca: Teorie e Metodologie del Progetto, Facoltà di Architettura ed Urbanismo, della Università Federale del Rio de Janeiro – FAU/UFRJ, come parte dei requisiti necessari alla ottenuta del titolo di Dottore in Scienze della Architettura.

Il presente lavoro cercò, inizialmente, comprendere la possibilità di un pensare progettivo nelle residenze di una sola famiglia del suburbio del Rio di Janeiro, nel momento in cui esse subiscono interventi fatti dai suoi abitanti. In seguito, si tentò percepire le pratiche e congetture progettivi e spaziali, comprendendo il processo progettuale presente in questi autointerventi, e stabilire il suo rapporto con la cultura degli architetti. Per ciò, si è recuperata la formazione delle residenze del suburbio della città carioca, seguendo la strutturazione dello spazio urbano, siccome mentendo in evidenza il modello della Città-giardino, adoperato all'inizio del secolo XX, ed usato come una forma di progresso delle condizioni igieniche e della qualità di vita di una parte sociale della popolazione che allora si sviluppava enormemente. In interviste fatte con gli abitanti del rione Città-giardino di Higienópolis, nel suburbio carioca, si cercò comprendere quali furono i concetti spaziali, estetiche, gli aspetti simbolici, gerarchici, culturali, in cui ebbe un rapporto, o no, nel momento del autointervento. Tali studi contribuirono tanto per una apprensione delle forme organizzative spaziali specifiche legate al processo di autointervento della abitazione, siccome un modo di diventare più chiaro tale problema secondo una prospettiva fatta dagli abitanti della zona suburbana. In questo modo, si può aspettare che questi riflessioni e analisi presentate forniscano materiale per aiutare il capire del rapporto tra progettista e abitanti, così come contribuire per l'intendimento critico del sviluppo della abitazione brasiliana.

SUMÁRIO

	Página
PREÂMBULO	1
1. INTRODUÇÃO	3
2. MATERIAIS E MÉTODOS	7
PARTE I AS HERANÇAS DO HABITAR E A CONSTITUIÇÃO DA MORADIA NO SUBÚRBIO CA RIOCA	
CAPÍTULO 1: A CONSTITUIÇÃO DA MORADIA A PARTIR DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	16
1.1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO	16
1.2 NOVOS MODELOS DE MORADIA – A RESIDÊNCIA ECONÔMICA	26
1.3 AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS	33
1.4 A MORADIA COMO SÍMBOLO	36
CAPÍTULO 2: HIGIENÓPOLIS: TRANSFORMAÇÕES URBANAS E ARQUITETÔNICAS	40
2.1 A CIDADE-JARDIM E A HIGIENE	40
2.2 HIGIENÓPOLIS COMO CIDADE-JARDIM	44
2.3 HIGIENÓPOLIS NO CONTEXTO URBANO	50
2.4 HIGIENOPÓLIS E A MORADIA NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX	51
CAPÍTULO 3: OS ESTUDOS DE CASO	55
3.1 OS PARÂMETROS DA PESQUISA	55
3.2 LOCALIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS	58
3.3 SOBRE AS AUTO-INTERVENÇÕES	60
3.3.1 ÉPOCA DAS AUTO-INTERVENÇÕES	60
3.3.2 ALTERAÇÕES REALIZADAS	60
3.3.3 ÁREA DO LOTE E DA RESIDÊNCIA	61

3.4 AS RESIDÊNCIAS	63
3.4.1 RESIDÊNCIA 1	63
3.4.2 RESIDÊNCIA 2	70
3.4.3 RESIDÊNCIA 3	76
3.4.4 RESIDÊNCIA 4	82
3.4.5 RESIDÊNCIA 5	88
3.4.6 RESIDÊNCIA 6	94
3.4.7 RESIDÊNCIA 7	101
3.4.8 RESIDÊNCIA 8	106
3.4.9 RESIDÊNCIA 9	112
PARTE II O ENTENDIMENTO DO HABITAR	
CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO DO HABITAT A PARTIR DO ENTENDIMENTO DO PROJETO E DO ESPAÇO	119
1.1 O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE HABITAT	120
CAPÍTULO 2: A MORADIA A PARTIR DO ENTENDIMENTO DO SUJEITO, DO ESPAÇO E DO PROJETO	
2.1 OS MODOS DE HABITAR A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO	128
2.1.1 DO PROJETO À CÓPIA	129
2.1.2 O PROJETO LEGAL: O COLETIVO E O INDIVÍDUO	139
2.1.3 O ESPAÇO INTERIOR	142
2.1.4 O ESPAÇO ARTIFICIAL	147
2.1.5 O ESPAÇO FUNCIONAL	149
2.1.6 O ESPAÇO SIMBÓLICO	155
2.1.7 O ESPAÇO PRIVADO	162
2.1.8 O ESPAÇO PLANIFICADO	166
2.1.9 O ESPAÇO ARTICULADO	171

CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
ANEXO 1	185
ANEXO 2	186
ANEXO 3	191
REFERÊNCIAS	192

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
1	Lançamento de empreendimento imobiliário no bairro de Maria da Graça	25
2	Casa construída em 1925 no bairro de Maria da Graça	27
3	Estudo de residência econômica de José Biancardi, planta baixa e fachada	27
4	Frontão de inspiração art déco. Rua Pacheco Jordão, n	29
5	Frontão de inspiração colonial e imagem religiosa em azulejo	29
6	Quarto principal na parte frontal da residência	31
7	“Port Sunlight foi iniciado pela firma Lever em 1888, com esquema de subúrbio-jardim e arejado: casas de tijolo meio espalhadas entre as árvores, de forma que a cidade se situe em um parque	46
8	Residência 1	66
9	Residência 2	73
10	Residência 3: Desenho da fachada original	78
11	Residência 3: fachada após a reforma	79
12	Residência 3	79
13	Residência 4	84
14	Residência 4	85
15	Residência 5	90
16	Residência 6 - Fundos	97
17	Residência 6 - Frente	97
18	Residência 6 - Frente	97
19	Residência 7	103
20	Residência 8	109
21	Residência 9	114
22	Residências em Pessac – 1 e 3: projeto original; 2,4 e 5: intervenções dos moradores	131 -132
23	Casas com fachadas em letras	145
24	Telha do da residência 2	158
25	Telhado da residência 3	159
26	Residência 3, 5 e 6: fachadas com janelas de alumínio e telhas de amianto	165
27	Residências 1 e 5, com aplicação de “tijolinhos” de revestimento apenas nas fachadas frontais	169

28	Residências 3 e 7, com placas de mármore e pedras, respectivamente, aplicadas somente na fachada frontal	170
29	Residência 9 e 3 (com detalhe da planta original desta última) com o fechamento das varandas	176
30	Residências 7 e 8, com telhados colocados a frente da casa original, criando assim uma nova varanda	178
31	3º prêmio – projeto de S. Camargo	186
32	3º prêmio – projeto de C. Raposo	186
33	3º prêmio – projeto de J. S. Camargo	186
34	2º prêmio – projeto de C. Raposo	187
35	1º prêmio – projeto de J.S. Camargo e C. Raposo	188
36	Participante do concurso – projeto Cortes & Bruhns	188
37	Participante do concurso – projeto de C. de Azevedo	188
38	Participante do concurso – projeto de Victor Dick	189
39	Projeto de Residência Econômica de Souza Camargo	189
40	Projetos de residências econômicas de Carlos Biancardi	190

LISTA DE TABELAS

TABELA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
1	Época das auto-intervenções	60
2	Alterações realizadas	61
3	Área do lote e da residência	62
4	Residência 1	63/64
5	Residência 2	70/71
6	Residência 3	76/77
7	Residência 4	82/83
8	Residência 5	88/89
9	Residência 6	94/95
10	Residência 7	101/102
11	Residência 8	106/107
12	Residência 9	112/113

LISTA DE MAPAS

MAPA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
1	Mapa das ferrovias do Rio de Janeiro em 1908	20
2	Bonsucesso e outros bairros da região cortada pela Leopoldina	24
3	Detalhe da Cidade Jardim de Lechworth, Inglaterra	42
4	Plano da <i>Cidade Jardim Higienópolis</i>	48
5	Higienópolis e a localização das ruas dos estudos de caso	52
6	Localização das residências em Higienópolis	59
7	Residência 1	65
8	Residência 2	72
9	Residência 3	77/79
10	Residência 4	83/84
11	Residência 5	89/90
12	Residência 6	96
13	Residência 7	102/103
14	Residência 8	107/108
15	Residência 9	113/114

LISTA DE PLANTAS BAIXAS

PLANTA	DESCRIÇÃO	PÁGINA
1	Residência 1 antes da reforma	67
2	Residência 1, 1º pav. após a reforma	68
3	Residência 1, 2º pav.	69
4	Residência 2 antes da reforma	74
5	Residência 2, após a reforma	75
6	Residência 3 antes da reforma	80
7	Residência 3, após a reforma	81
8	Residência 4 antes da reforma	87
9	Residência 4, após a reforma	88
10	Residência 5 antes da reforma	91
11	Residência 5, 1º pav. após a reforma	92
12	Residência 5, 2º pav	93

13	Residência 6 antes da reforma	98
14	Residência 6, 1º pav. após a reforma	99
15	Residência 6, 2º pav	100
16	Residência 7 antes da reforma	104
17	Residência 7, após a reforma	105
18	Residência 8 antes da reforma	110
19	Residência 8, após a reforma	111
20	Residência 9 antes da reforma	116
21	Residência 9, após a reforma	117

PREÂMBULO

Ao se caminhar pelas ruas de qualquer subúrbio residencial de uma grande capital, provavelmente se encontrará um cenário comum a todos. Prédios e casas estarão presentes. Talvez em cada um dos prédios se poderá encontrar alguma unidade arquitetônica, algum estilo, alguma preocupação quanto a racionalidade dos espaços, ou ainda talvez uma atenção dispensada ao conforto do ambiente. Prédios residenciais certamente foram projetados por arquitetos ou, algumas vezes, também por engenheiros. Tais profissionais receberam na sua formação acadêmica todo um aparato teórico e técnico que os ensinaram a perceber o espaço e toda a complexidade de elementos presentes na construção de um imóvel de um modo todo peculiar.

No momento em que tais profissionais são chamados para projetar uma residência, certamente vão assumir essa “carga” de conhecimentos para a realização do projeto. Porém ao se continuar o passeio, certamente, se perceberá que entre as casas – e nas mais antigas isso ainda é mais evidente – e os prédios residenciais haverá algumas diferenças. Não será necessário adentrá-los. As suas fachadas já começarão a revelar suas respectivas personalidades. Nos prédios, alterações de fachadas são normalmente proibidas por convenções internas do condomínio. Tal fato não acontece nas casas. Essas pertencem quase que totalmente – fora uma ou outra imposição do código de obras – ao domínio privado. Muitas são auto-construídas, outras recebem a ajuda de um arquiteto, talvez para serem posteriormente vendidas ou porque seu morador crê que tal profissional possa ajudar a melhorar a qualidade da sua moradia.

Porém, muito poucas casas resistem, no decorrer dos anos, sem sofrer transformações. Ainda se está a caminhar pelas ruas, portanto, sem a intenção de se fazer qualquer fundamentação teórica: são impressões que vão se registrando, às vezes em uma parada ou em uma conversa com alguns moradores: relatos, vivências, histórias vão sendo contadas e desejos de saber mais vão sendo instigados.

Mas quem faz essas alterações? São os arquitetos? Ou os próprios moradores? Às vezes se vê uma casa em reforma, mas raramente se vê nela alguma tabuleta com o nome do arquiteto responsável. Às vezes se conversa com alguém sobre a obra que este realizou na sua residência, mas dificilmente ele citará o nome de qualquer outro profissional envolvido nela além dos pedreiros e dos ajudantes. Saber as causas disso é curioso, mas saber o produto de uma reforma sem arquiteto, talvez, seja ainda mais.

Será que o morador fez um projeto antes de começar a obra? Ou melhor, será que um projeto precisa estar impresso em um papel para ser considerado projeto? Ou aquilo que se tem na cabeça e se vai desenvolvendo ao decorrer da obra também não poderia ser considerado um PROJETO? Será que as formas de organizar, articular, hierarquizar os espaços seriam as mesmas caso tal morador tivesse chamado um arquiteto?

Responder a tais questionamentos, talvez não seja algo que vá tornar o passeio mais agradável, mas provavelmente ajudará a conhecer um pouco mais da evolução da moradia brasileira. Talvez auxiliará também a compreender o desenvolvimento dos bairros de subúrbio das grandes cidades. Ou mesmo um e outro estejam intimamente interligados. Descobrir a história de um bairro é descobrir a história de suas casas, e, com isso, enveredar pelas “realidades” de seus moradores.

Bom, mas como então “adentrar” em suas casas e descobrir esse “mundo”? Como transformá-lo em uma linguagem “desmistificada”, a fim de que outros também possam se servir dela? Por onde começar a caminhada? Talvez se tenha que iniciar sobre refletindo o que é realmente um projeto. Como este surgiu e como se desenvolveu? Qual a razão dessa distância entre o senso comum e aquilo que pensa e realiza o arquiteto?

Então, quando se tiver estas ferramentas aí sim se pode começar o passeio. Não pelo bairro ainda. Mas por aquilo que fez ele ser o que é. Nessa caminhada, se olhará as casas e suas transformações; ideologias, necessidades, novos referenciais permearão a

base para tais mudanças. Será preciso reconhecer de que modo elas contribuíram para fazer das moradias aquilo que são. Talvez alguns moradores possam ajudar. Quem sabe não seja então o momento de entrar nas suas casas, conversar um pouco e perguntar mais intrometidamente o que se quer saber. Porque fizeram o que fizeram? Alguém os ajudou? Como era antes da reforma a casa onde moravam? Como ficou? Arrependeram-se? Estão satisfeitos?

Agora se pode sair de suas casas e ousar pensar em entender o que eles fizeram e por que fizeram.

1. INTRODUÇÃO

A partir da observação de residências, onde existiu a intervenção de seus proprietários, haverá condições de ser realizada a investigação da possibilidade de existência de uma atitude projetiva no ato da reforma executada pelos moradores em suas próprias casas. Poder-se-á, consecutivamente, questionar a relação de tal possível atitude projetiva com a constituição de uma teoria arquitetônica que permeie tal fazer. Contudo, é necessário atentar que, nesse momento, se instaura uma atitude de personalização da residência que escapa tanto a um sistema de tradições construtivas de base vernacular quanto às regras e aos códigos eruditos. Isso posto, observa-se que nas auto-intervenções não se pode evidenciar a existência de uma coerência plástica e formal do objeto arquitetônico, entendido como um todo, ou seja, não haveria uma idéia de unidade, como apregoavam os tratados teóricos desde o início da Academia de Belas-Artes no século XVIII.

Poder-se-ia então também questionar se haveria a mesma concepção projetiva entre o profissional e o leigo? Existiria a idéia de projeto arquitetônico, no sentido acadêmico ou profissional, no agir dos moradores quando eles realizam auto-intervenções em suas residências? Qual seria a diferença existente entre a concepção espacial e projetiva do arquiteto e a do morador? E, ainda, qual a possibilidade de uma constituir um corpo teórico para a atitude de auto-intervenção?

Nesse sentido, os trabalhos de Martinez auxiliam na tentativa da delimitação do problema a cerca da existência de uma atitude projetiva nessas auto-intervenções. Pois, segundo o autor (2000, p. 38): “O projeto é a descrição de um objeto que não existe no começo do processo”. De acordo ainda com o Martinez, pode-se acrescentar que:

Os projetos não são simples *desenhos de arquitetura*, mas são *simulações de situações de produção de projetos*. Trata-se de uma fração do processo real de produção de um edifício, abstraída e deformada no processo de torná-la autônoma e, ao final, auto-suficiente. (MARTINEZ, 2000, p. 55)

Portanto, o projeto seria uma antecipação daquilo que viria a ser o objeto construído em si. Logo, para tanto, haverá a necessidade de o projetista abstrair a articulação dos diversos elementos (materiais, simbólicos, construtivos, legais, culturais etc.) que estarão envolvidos no objeto arquitetônico quando edificado.

Porém, é necessário observar que a idéia de projeto arquitetônico é normalmente concebida como antecessora da produção do espaço. Essa concepção tem por pressuposto fundamental a necessidade de a idéia anteceder a representação do desenho, ou seja, o conceito e o projeto são definidos por uma lógica de causalidade.

Entretanto, esse pressuposto se revela inconsistente na medida em que o conceito não pode ser visto apenas como uma elaboração que antecede o projeto e é substituída por este. Os conceitos, entendidos como signos lingüísticos responsáveis por traduzir, no discurso oral ou escrito, o pensamento projetivo, surgem da reflexão sobre a experiência dos espaços, vivida, conhecida, imaginada ou idealizada.

Por outro lado, fora do âmbito profissional, uma construção muitas vezes prescinde de uma inter-relação de seus elementos. Tal prática estaria presente, de modo geral, na arquitetura popular, pois segundo Martinez (2000, p. 100/101, grifo nosso): “A arquitetura popular [...] desenvolve-se pela repetição de um modelo ou ícone, de um outro edifício imediatamente acessível ao construtor”. Nesse sentido, pode-se entender um modelo como uma forma ou um padrão que serve de inspiração e referencial e, como tal, se deseja copiar (esse assunto será abordado com mais propriedade na Parte II em 2.2.1) sem que, com isso, haja, necessariamente, um questionamento da articulação dos elementos que possam estar presentes na edificação. Quando haveria então uma “necessidade” da ruptura com tais modelos e práticas e, desse modo, uma “inovação”?

Para tanto, seria necessário, como observa Christopher Alexander (1986), que houvesse uma consciência daquilo que se realiza, ou seja, que o ofício de construção não seja aprendido informalmente¹. Caso isso não ocorra, o construir será baseado em práticas sedimentadas pela cultura, onde haverá a cópia dos modelos ou ícones, como referidos acima, onde todo o processo se realizará de modo inconsciente. O autor procura então distinguir dois tipos de cultura, as conscientes e as inconscientes de si mesmas, onde em uma haverá a possibilidade de libertação de modelos e em outra não.

Segundo Alexander (1986) quando o ofício de construção é aprendido através de práticas perpassadas através do próprio ato construtivo, há a existência de uma normatividade implícita, advinda dos códigos adquiridos pela da tradição de cada povo, produzindo, então, formas em equilíbrio ativo com o sistema.

As culturas inconscientes de si mesmas contem como um traço de seus sistemas produtores de formas, certa persistência, isto é, leis do mito, a tradição e o tabu que resistem à mudança premeditada. Os construtores de formas somente introduzem modificações quando são submetidos a fortes pressões, quando nas formas vigentes exista graves (e evidentes) defeitos que imponham uma correção (ALEXANDER, 1986, p. 53).

Isso significa que só haveria alteração nas formas construtivas a partir do momento em que houvesse um desajuste do modo tradicional de construção com o meio no qual este se insere. Caso isso não ocorresse, conseqüentemente, não haveria necessidade de mudança dos padrões existentes.

Por outro lado, há ainda, segundo Alexander, momentos onde não há mais a repetição de modelos. Segundo o autor:

A reação ante os defeitos, que antes foi tão direta, se faz agora cada vez menos direta. Os materiais já não estão ao alcance da mão. Os edifícios são mais permanentes e os consertos e reajustes se fazem menos escassos do que era comum ser. A construção já não está na mão dos moradores, quando aparecem falhas, é necessário indicá-las e descrever varias vezes antes que o especialista reconheça e faça algum ajuste permanente (ALEXANDER, 1986, p. 59, grifo nosso).

Tais *práticas* aconteceriam por não haver mais a solidez da tradição construtiva, e com isso passaria a existir a mudança principalmente devido ao seu apelo inovador, e não mais por uma necessária adaptação ao meio em que a construção se inscreve. Ainda segundo Alexander (1986), isso somente acontece em sociedades conscientes de si

¹ Como no caso dos pedreiros que atuaram nas auto-intervenções em Higienópolis.

mesmas, ou seja, em sociedades em que haveria uma possibilidade de crítica dos seus próprios parâmetros de entendimento. Em tais sociedades não aconteceria mais uma cultura de lentas transformações, mas, ao contrário, haveria uma mudança constantes, acarretando com isso a quase impossibilidade do *processo adaptativo* acompanhar tais modificações.

O surgimento desse tipo de cultura acontece através de “[...] uma afirmação da individualidade por parte do fazedor de formas. [...] O arquiteto, posto que sua subsistência depende da reputação que alcança, anseia se diferenciar de seus colegas, introduzir inovações e ser uma estrela” (ALEXANDER, 1986, p. 60/61, grifo nosso). Desse modo, pode-se entender que o desenvolvimento da individualidade é uma manifestação da arquitetura como uma disciplina consciente de si mesma. A partir de então, esta pode ser tomada como uma ciência independente, onde o indivíduo deixa de ser apenas um simples agente e torna-se um criador de formas e idéias que passam a ser a expressão desse seu individualismo criador.

A partir daí pode se entender que a arquitetura somente poderá ser elevada ao nível profissional atual, diferenciando-se de um ofício, no momento em que ela, segundo Alexander (1986, p. 61), “[...] adquire pela [...] o amadurecimento necessário para ser entendida como um pensamento disciplinado e teórico”. Entretanto, essa “afirmação da individualidade”, como referida por Alexander, estaria apenas restrita aos interesses do arquiteto? Talvez também não haja por parte dos moradores de quando realizam suas auto-intervenções uma vontade de cada um se destacar dos demais, mesmo sem haver uma “crítica dos parâmetros de entendimento” ou uma necessidade? Não haveria então, desse modo, uma atitude projetiva nas reformas? E se houvesse, qual seria a possibilidade de existência de um pensamento disciplinado e teórico para tais atitudes projetivas?

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para iniciar a investigação a cerca das questões relacionadas ao processo de auto-intervenção nos subúrbio carioca, foram escolhidas casas dentro do bairro de Higienópolis. Tal localidade é representativa de uma camada da população que pertence ao centro urbano, e, ao mesmo tempo, está contido em uma célula urbanística que se desenvolveu nos anos de 1930. A partir de então, esta passou por fases de apogeu e decadência. Isso significa dizer que houve nesse período duas fases distintas. A primeira se caracterizou pelo projeto e construção de várias residências segundo uma espécie de modelo arquitetônico. Estas foram adquiridas por uma camada social da população que começava a despontar econômica e socialmente e, por conseguinte demandavam por moradias de melhor qualidade, mas que, ao mesmo tempo, fossem oferecidas por um preço razoável. Na segunda fase, tais moradias sofreram intervenções de seus moradores que as reapropriaram e as transformaram como uma forma de “atualização”. Tais práticas não são específicas desta localidade, talvez se possa mesmo afirmar que são atividades largamente difundidas na arquitetura residencial carioca e nacional. Porém, o bairro de Higienópolis, possivelmente, por ainda não ter sido alvo da especulação imobiliária² torna-se significativo de um recorte de uma grande cidade – Rio de Janeiro, pois ainda preserva boa parte da estrutura urbana com suas casas e lotes, da época em que foi criado. Além disso, seus habitantes fazem parte de uma camada sócio-cultural que tem acesso a informação e a bens de consumo, o que fazem deles uma parcela significativa de pessoas que têm condições de contratar arquitetos e, de certo modo, influenciar o mercado da construção civil.

No bairro, foram selecionadas nove³ residências onde se aplicou um questionário aos seus proprietários, com o intuito de procurar entender os fatores que levaram as suas auto-intervenções. Os critérios de seleção foram definidos segundo os seguintes parâmetros:

² Tal fator pode constatado na simples observação do reduzido número de prédios residenciais no bairro. A tipologia predominante continua sendo de residências unifamiliares.

³ Segundo Moreira, para uma análise de qualitativa de dados, “[...] mais participantes não necessariamente darão mais informação” (MOREIRA, 2004, p. 122). O autor sugere então que, nesse caso, se use um número que vá até dez participantes. Sanders (apud MOREIRA, 2004) observa ainda que, nesse tipo de trabalho, informação suficiente pode ser conseguida a partir de aproximadamente três a seis participantes.

- 1) que a moradia estivesse localizada no bairro de Higienópolis.
- 2) que os moradores fossem proprietários,
- 3) que eles tivessem adquirido as suas respectivas residências antes da auto-intervenção,
- 4) que as casas tivessem sido construídas do final da década de 1930 até o final da década de 1940 (tolerando-se no máximo até início dos anos 1950) (época da formação e consolidação do bairro),
- 5) que a auto-intervenção fosse realizada entre as décadas de 1970 e 1990 (a fim de propiciar certo distanciamento temporal para uma melhor avaliação dos proprietários),
- 6) que não tivesse havido interferência de nenhum arquiteto, engenheiro, ou decorador (a fim de fornecer uma maior clareza para se tentar aproximar das possíveis “autênticas” intenções projetivas dos moradores),
- 7) que as residências fossem *casas*, ou, pelo menos, não pertencessem a nenhum tipo de condomínio (para evitar interferências de convenções condominiais).

A partir daí, nessa arquitetura sem arquitetos, caberia pensar quais seriam as referências projetivas e quais os objetivos que condicionariam as reformas. Também seria, do mesmo modo, pertinente questionar quais seriam as implicações projetivas de realizar uma intervenção arquitetônica sem a presença de um projeto formal, no sentido acadêmico do conceito, e quais seriam as diferenciações entre as categorias do arquiteto e do usuário, com suas implicações no resultado efetivo da construção.

Portanto, em relação à pesquisa, foram definidos dois objetivos gerais:

- perceber a questão da auto-intervenção a partir da perspectiva dos moradores do subúrbio carioca;
- contribuir para a compreensão da evolução da moradia brasileira.

Como objetivos específicos, foram estabelecidos:

- perceber as concepções e práticas dos moradores do subúrbio carioca, mais especificamente no bairro de Higienópolis, no momento em que suas residências econômicas sofrem intervenções de seus próprios moradores;
- compreender o processo projetual das auto-intervenções estabelecendo a sua relação com a cultura de arquitetos;

- Apreender as formas organizativas espaciais específicas vinculadas ao processo de auto-intervenção da habitação por essas camadas suburbanas presentes nesta cidade.

Após o delineamento dos objetivos, procurou-se investigar as lógicas operantes na atitude projetual do leigo, partindo-se dos estudos das reformas realizadas nas residências econômicas presentes neste bairro do subúrbio carioca. Tal investigação pode ser justificada a partir da possibilidade de observação da ruptura do produto de um sistema de produção em série (residências econômicas) que seguia determinado modelo projetual. Essa ruptura aconteceria devido a certa tomada de consciência por parte do morador quando este busca sua autodeterminação. Isso significa dizer que haveria neste momento por parte deste morador uma “capacidade” projetiva que possibilitaria a individuação de sua habitação (escapando, com isso, da residência feita a partir do “modelo em série”).

A escolha do bairro de Higienópolis deveu-se precipuamente a ausência praticamente total do profissional arquiteto nesta região para a população residente (e em particular para as casas pesquisadas). Tal fato permite observar, sem a interferência de projetos assinados por profissionais que possuam um embasamento teórico e projetual, a lógica da concepção projetiva destes moradores leigos. Ao mesmo tempo, contribui para esta ausência de interferências externa, o fato de que o bairro de Higienópolis não se localiza em uma região onde estejam presentes exemplares da arquitetura erudita. Isso se torna importante na medida em que a atitude projetiva de tais moradores passa a não ser diretamente influenciada ou restrita a um mero procedimento de cópia do código erudito estabelecido.

Nesse sentido, pode-se levantar a hipótese da possibilidade de existência de um pensar projetivo nas auto-intervenções por parte dos moradores e, ainda, se haveria a constituição de uma teoria, entendida como uma reflexão do ato de fazer (STROETER 1986), presente em tais “projetos” por parte do morador auto-interventor.

Para o desenvolvimento de tal hipótese, esse estudo encontra-se dividido em três capítulos como visto a seguir.

A Primeira Parte se ocupa de estruturar a história da formação do bairro e sua importância dentro dos novos conceitos de moradia que se empregavam então.



Dentro desta perspectiva, o Capítulo Um parte de um resgate da configuração inicial da fisionomia do lugar, buscando recuperar os elementos delineados no decurso da história da cidade que compuseram as singularidades presentes na ocupação urbana daquela porção do espaço carioca, mas que são, ao mesmo tempo, representativas de uma “realidade” sócio-cultural. Essas moradias vão se inserir também em novas propostas de habitação e de projetos urbanísticos, onde tais “inovações” se apresentarão como importantes para uma classe social que então começará a despontar. As propostas serão condicionadas por modelos de casa e de estrutura urbana adaptados a uma nova realidade dentro do subúrbio carioca.

A partir daí, no Capítulo Dois, houve a preocupação de ater-se prioritariamente, aos aspectos condicionantes e determinantes que forjaram o lugar da habitação da população do subúrbio carioca, ressaltando as condições sociais, econômicas e materiais. Estes elementos compuseram o cenário dos atores presentes no objeto de estudo.

O terceiro Capítulo trata de apresentar os estudos de caso, procurando relatar o que foi apreendido durante as entrevistas realizadas com os moradores e incluindo ainda as observações informais feitas por estes, captadas durante a aplicação do questionário. Para cada uma das casas analisadas, procurou-se elaborar as plantas baixas das moradias antes e depois das auto-intervenções, com intuito de melhor clarificar as alterações realizadas, e, conseqüentemente, fornecer material para a interpretação das possíveis atitudes projetivas nelas presentes.

A Parte II procura constituir uma análise crítica a partir dos dados coletados na Parte I, assim como das transformações urbanas e as alterações das residências do bairro.

Destarte, o Primeiro Capítulo procura definir a formação do habitat e suas relações com as moradias estudadas e da possibilidade de existência, ou não, de um pensar projetual nesses estudos de caso.

Em seguida, no Capítulo Dois, buscou-se traçar o entendimento do indivíduo quando este se torna decisivo para o desenvolvimento do habitar. Daí surgirá a inserção do sujeito na sua condição de fator determinante para as concepções projetuais e

espaciais nas moradias estudadas. Desse modo, esse capítulo tratará da interpretação dos fatores causadores para as atitudes de intervenção dos moradores através das condicionantes espaciais, legais, culturais, simbólicas, hierárquicas.

PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

1º foco da pesquisa bibliográfica: A estruturação do espaço urbano e as transformações urbanas e arquitetônicas.

Esta parte do trabalho se concentra em duas vertentes: uma urbana e outra arquitetônica. Na primeira, utilizou-se como base bibliográfica o livro de Maurício de Abreu: “A evolução urbana do Rio de Janeiro”, onde o autor procura relacionar as diversas ideologias políticas e sociais, presentes desde a época da colonização até os dias de hoje, como modo de formação e organização urbana da cidade. Nesse sentido, o processo de transformação da cidade não é visto como algo “ingênuo”, mas, ao contrário, este é determinado pela ação objetiva de interesses econômicos e políticos, que atuam, portanto, de modo efetivo na configuração espacial do sítio urbano. Utilizou-se ainda como bibliografia complementar: “Cidades quadradas, paraísos circulares: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX” de Verana Andreatta, pois a autora trata dos planos urbanísticos da cidade do Rio de Janeiro no século XIX e sua importância para a configuração da cidade no início do século XX, onde se procurou observar mais notadamente, para esse estudo, as concepções ideológicas que influenciaram a Cidade-Jardim. Este tema, que é um ponto fundamental para a compreensão da formação do bairro de Higienópolis, foi aprofundado com o livro de Ebenezer Howard: “Cidades-jardins de amanhã”. Com a introdução de Dácio Ottoni, tal trabalho discute as bases teóricas dessa concepção urbana e suas influências no Brasil. Complementa-se ainda, essa primeira parte com o livro de Jaime Benchimol – “Pereira Passos: um Haussman tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX”. Este estudo também procura realizar um resgate histórico das alterações urbanas ocorridas no Rio de Janeiro na passagem do século XIX para o XX, quando observa as questões políticas e ideológicas que impregnaram as concepções urbanísticas de então, influenciando hábitos e formas de morar.



Para o entendimento das transformações arquitetônicas, utilizou-se como base de estudos o livro de Willian Bittar e Francisco Veríssimo: “500 anos da casa brasileira”. Este trabalho traça o desenvolvimento ao longo da história do Brasil da residência, instigando a refletir a cerca da relação da moradia com os hábitos urbanos, as mudanças tecnológicas e a estruturação da família. Conjuntamente com esse estudo, os autores e o professor Olínio Gomes Pascoal Coelho propiciaram em suas aulas na graduação o debate a cerca da moradia brasileira, fato que se tornou fundamental para levantar questões a respeito do tema e propiciar um aprofundamento bibliográfico, além de esclarecer várias questões que escapavam de uma bibliografia elementar. A partir desses professores, principalmente do professor Olínio, pôde-se chegar aos periódicos publicados no início do século XX (época de formação do bairro de Higienópolis) – “A Casa” e “Acrópole” – que foram também fundamentais para a recuperação do modo de vida e da forma de habitar das residências de então.

Não se pode deixar de destacar, do mesmo modo, a contribuição dada pelos livros de Carlos Lemos: “História da casa brasileira”, “A república ensina a morar (melhor)”, assim como o trabalho de Maria Homem, intitulado “O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira 1867 – 1918” e de Telma Correia: “A construção do habitat moderno no Brasil – 1870 – 1950”. Todos esses trabalhos se constituíram como elementos importantes para trazer à luz as concepções de moradias presentes nesse início de século XX e que contribuíram para a construção dos modos de viver de então.

2º foco da pesquisa bibliográfica: A formação do habitat e sua relação com o sujeito, o espaço e o projeto.

Para esta parte do estudo, procurou-se estruturar o trabalho seguindo as diversas articulações projetuais e espaciais que poderiam estar presentes dentro do habitar das casas estudadas. Dessa forma, teve-se, principalmente, a uma bibliografia que fornecesse material crítico, reflexivo e que, acima de tudo, conseguisse oferecer elementos para se perceber as diversas questões simbólicas, afetivas, pragmáticas, culturais, que poderiam, ou não, estar presentes na constituição das habitações em estudo.

Desse modo, necessitou-se buscar elementos bibliográficos capazes de fornecer uma dimensão do habitar que escapasse a apenas questões funcionais e utilitárias. Para tanto, utilizou-se dos estudos de Gaston Bachelard (“A poética do espaço”), autor que se mostrou fundamental para desvendar diversos aspectos da moradia com seus significados e simbolismos. Somou-se a ele, em vertente similar, o trabalho de Ludmila de Lima Brandão (“A casa subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos”), onde a autora trata o espaço como descobertas, experimentos e confirmações culturais.

Para adentrar no campo da arquitetura dita informal, valeu-se ainda das pesquisas de Lauro Cavalcanti e Dinah Guimaraens, pois o estudo desses autores sobre a arquitetura kitsch (“Arquitetura kitsch suburbana e rural”) abre caminho para uma discussão a cerca da arquitetura sem arquitetos, onde tal ponto será fundamental neste trabalho. Houve ainda a contribuição de Philippe Boudon (“Pessac de Le Corbusier”), pois seu livro traça um paralelo relativamente próximo com o bairro de Higienópolis, quando ele analisa as transformações do projeto de Le Corbusier na cidade de Pessac no final do século XX. Contudo, foi necessária ainda a complementação obtida através dos trabalhos de Décio Pignatari (“Informação. Linguagem”), Abraham Moles (“O kitsch”) e Umberto Eco (“A estrutura ausente” e “Obra aberta”). Todos esses estudos discutem a questão da linguagem e da apropriação de determinados modelos como símbolos de classe.

Sérgio Buarque de Holanda (“Raízes do Brasil”) e Fernando Azevedo (“A civilização brasileira”) foram também autores relevantes que auxiliaram a compreender a relação do homem brasileiro com sua cultura, mostrando que elementos sociais não podem ser desvinculados da constituição dos modos de habitar.

Completam o rol dos principais autores empregados nesse trabalho Heidegger (“Construir, habitar e pensar”), Giulio Carlo Argan (“História da arte como história da cidade”) e Amos Rapoport (“Pour une antropologie de la maison”), Robert Venturi (“Complexidade e contradição em arquitetura”), Bruno Zevi (“Saber ver a arquitetura”). Cada um, por diferentes perspectivas, analisa as relações entre o sujeito e o espaço e as suas conseqüências para as determinações das hierarquias espaciais.



Buscou-se, através do pensamento existencialista de Heidegger, perceber o como a noção de espaço está inserida no mundo, e entendê-la a partir do próprio sentido da existência. Argan pôde contribuir com uma abordagem que vincula uma relação de identidade entre uma dimensão espaço-temporal e a cultura presente dentro da cidade. Em Rapoport, procurou-se estudar como os diferentes meios de vida afetam a forma e as articulações dos espaços na residência. Em Venturi buscou-se examinar as possíveis contradições entre os espaços internos e externos, que também foi complementado por Bruno Zevi.

.....

PARTE I

AS HERANÇAS DO HABITAR E A CONSTITUIÇÃO DA MORADIA NO SUBÚRBIO CA RIOCA

CAPÍTULO 1: A CONSTITUIÇÃO DA MORADIA A PARTIR DA ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

1.1 A FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Argan (1992, p. 243) alerta que: “Na cidade, todos os edifícios são representativos e, com frequência, representam as malformações, as contradições, as vergonhas da comunidade”. Nesse sentido, a cidade é o resultado de todo um passado que se manifesta na sua estrutura urbana e arquitetônica. Portanto, entender a formação da cidade é construir elementos capazes de possibilitar a compreensão das contradições e dos conflitos das classes urbanas na formação de seu habitar.

Para se pensar as questões relativas à habitação, é necessário, inicialmente, entender o espaço urbano em que esta se insere. Segundo Reis (1983, p.16): “Um dos traços característicos da arquitetura urbana é a relação que a prende ao tipo de lote em que está implantada. [...] Ao mesmo tempo, não é difícil constatar que os lotes urbanos têm correspondido, em princípio, ao tipo de arquitetura que irão receber”. A partir daí pode-se também afirmar que a cidade tem seu crescimento determinado em função da questão habitacional, que acaba esta por comandar o próprio desenho do tecido urbano. Todavia, é também importante atentar que a arquitetura tem condições de se adaptar mais facilmente às transformações de ordem econômica e social do que o lote, já que as

alterações deste acabam por demandar uma modificação de todo ou, pelo menos, parte do tecido urbano, algo que necessariamente se processa de modo muito mais lento.

No caso da formação das cidades brasileiras, a moradia detém particular importância, já que a formação do tecido urbano se desenvolveu do particular para o geral, isto é, era a partir de uma linha contínua de sucessão de casas que se constituía a cidade, aproveitando o acidental e o particular para constituir o todo (SANTOS, 2001). Nos dias atuais, as cidades brasileiras continuam sendo representativas da sociedade, pois segundo Abreu: “As áreas metropolitanas brasileiras são, na atualidade, uma das expressões espaciais mais acabadas da formação social brasileira, refletindo a coerência e as contradições dos sistemas econômico, institucional e ideológico prevalecente no país” (ABREU, 2006, p. 16). Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro detém particular importância, pois ainda segundo Abreu:

O Rio de Janeiro foi, durante muito tempo, um modelo urbano para as demais cidades brasileiras, e esta função de servir de modelo e de refletir, por conseguinte, as características da formação social num determinado momento, parece ser ainda monopólio seu. (ABREU, 2006, p. 16 e 17)

Contudo o Rio de Janeiro só começou a se desvencilhar efetivamente do seu passado colonial e se inserir em uma modernidade com suas contradições por volta do meio do século XIX. É nesse momento que as principais transformações urbanas ocorrem nessa cidade. De acordo com Andreatta (2006, p. 53):

Não é casual que o surgimento do Rio moderno coincida com o período do apogeu do império de Dom Pedro II que se deu a partir de 1850, depois da transformação em capital de um império independente logo após a abdicação de D. João VI e a declaração da independência em 1822.

É a partir deste momento que o Rio de Janeiro começou a atrair efetivamente capitais internacionais que possibilitaram a inserção de serviços públicos tais como transporte, esgoto, gás, água encanada, via concessões obtidas do Estado. Particular importância para o desenvolvimento urbano nesta cidade detém os transportes. A Estrada de Ferro Dom Pedro II, atualmente denominada Central do Brasil, inaugurada em 1858, possibilitou, a partir de 1861 com a inauguração dos seus serviços regulares de transporte de passageiros, a ocupação de diversos bairros suburbanos por onde ela então passava. Há, ainda, no ano de 1868, a implantação das primeiras linhas de bondes puxados a burro, que vão facilitar a expansão da cidade principalmente em direção a

dois eixos fundamentais, onde estes irão formar os bairros da Zona Sul e da Zona Norte. Tais transformações fazem com que na capital brasileira, de acordo com Abreu, passem a coexistir dois modelos econômicos: “Com efeito, pouco a pouco, a cidade passa a ser movida por duas lógicas distintas (escravagista e capitalista), e os conflitos gerados por esse movimento irão se refletir claramente no seu espaço urbano” (ABREU, 2006, p. 36).

Por um lado, havia uma vertente que direcionava o crescimento da área urbana associada a uma ideologia que, segundo Abreu (2006), relacionava o estilo de vida “moderno” à localização residencial à beira-mar. Por outro lado, o processo ocupação da Zona Norte “[...] tomou, a princípio, uma forma tipicamente linear, localizando-se as casas ao longo da ferrovia e, com maior concentração, em torno das estações” (ABREU, 2006, p. 50), onde, paulatinamente, foram abertas vias secundárias pelos proprietários de terras ou por pequenas companhias loteadoras. A partir daí surgiu uma ação de desenvolvimento radial que se intensificaria ao longo do século XX. Contudo, esse processo, nos subúrbios cariocas, se desenvolveu alheio a qualquer intervenção do Estado. Assim, de acordo com Rocha (1995, p. 41), “No final do século XIX, a cidade, fora do centro comercial, está dividida em áreas aristocráticas e populares”.

Há de se notar, entretanto, que as benesses e vantagens advindas do progresso que então se instaurava trouxeram consigo diversos problemas habitacionais, principalmente para as classes menos abastadas que habitavam o subúrbio e a área central da cidade, onde estavam ainda antigos casarios. Segundo Lemos (1999, p. 14):

Ao lado da garantia de bom passadio a alguns, também atraiu a outros tristezas do mal-morar porque a carência de moradia se agravou ao desespero fazendo surgir o cortiço promíscuo e insalubre, programa nunca imaginado por estas bandas. Apareceu na cidade a casa incompleta.

Ainda de acordo com Lemos (1999, p. 13): “Os governos não interferiam na organização interna das residências, cujas plantas, no entanto, eram extremamente semelhantes entre si, como se houvesse acordo tácito coletivo entre os moradores das cidades”. Isso significava que os órgãos governamentais tinham uma preocupação apenas em relação à fachada das residências, deixando por conta de cada morador o interior de suas casas, ou seja, a iluminação, ventilação e o tamanho dos cômodos não tinham qualquer interferência do poder público.

Os bairros nobres possuíam palacetes onde se morava a francesa, isto é, a residência era afastada das divisas do lote propiciando a iluminação e a ventilação correta de seus cômodos, além de possuírem porão alto que evitava umidade da alvenaria advinda do solo. Isso significava um morar saudável que se contrapunha aos cortiços e às tradicionais casas brasileiras com suas alcovas escuras e sem ventilação.

Diversas intervenções foram realizadas na cidade do Rio a fim de melhorar suas condições higiênicas, isso não se deu somente em termos urbanos, mas também alterou os códigos de licenciamento das habitações, a fim de melhorar suas qualidades de salubridade. Lemos (1999, p. 17) observa que: “A lei entrou dentro de casa, não ficando só nas veleidades estéticas dos frontispícios”. Contudo, isso não denotava uma simples preocupação das autoridades em relação às classes mais baixas, mas tal atitude advinha de interesses econômicos e políticos, como observa Abreu (1999, p. 59):

A primeira década do século XX representa, para a cidade do Rio de Janeiro, uma época de grandes transformações, motivadas, sobretudo, pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades reais de criação, concentração e acumulação do capital. [...] A integração cada vez maior do país no contexto capitalista internacional, exigiam uma nova organização do espaço (aí incluído o espaço urbano de sua capital), condizente com esse novo momento de organização social.

Abreu (2006, p. 60) continua afirmando que: “Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do ‘novo Brasil’”. Essa preocupação já estava presente desde os fins do século XIX por parte da prefeitura carioca tendo em vista incentivar a construção de casas para as camadas sociais menos favorecidas, desde que fossem observadas as condições higiênicas:

Assim, em 9/12/1882, foi aprovado um decreto que isentava de impostos aduaneiros e concedia outros benefícios às indústrias que construíssem ‘casas populares’ higiênicas, com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevadas do solo e com boa aeração’ para seus operários, o que foi efetivamente realizado por várias delas na década seguinte, desejosas de manter à sua volta uma força de trabalho cativa e disciplinada. [...] O Decreto do Legislativo de 8/2/1888, por sua vez, concedeu privilégios de isenção de impostos sobre importação de materiais de construção e de concessão de terrenos e de edifícios, à firma que se propusesse a edificar casas populares. (ABREU, 2006, p. 57, grifo nosso)

As classes dominantes, representadas pelas autoridades governamentais, atuaram na continuidade do processo de uma renovação urbana, ou seja, procuraram atuar no embelezamento da Zona Sul e de uma modernização da área central, cuja abertura da Avenida Central e o arrasamento do morro do Castelo marcam o ápice desse momento. Ao mesmo tempo, as indústrias começaram a se expandir em direção aos subúrbios, já que as instalações físicas preexistentes se revelavam como inadequadas às novas demandas. Criava-se, desse modo, novas áreas dotando-as de infra-estrutura, gerando empregos e atraindo um grande número de migrantes. Entretanto, o Estado limitou-se “[...] a regular, controlar, estimular ou proibir iniciativas que partiam exclusivamente da esfera privada, que constituía assim na mola mestra de crescimento da cidade” (ABREU, 2006, p. 73). Abreu (2006, p. 82) ressalta ainda que:

Ao contrário da área nobre, entretanto, a ocupação suburbana se realizou praticamente sem qualquer apoio do Estado ou das concessionárias de serviços públicos, resultando daí uma paisagem caracterizada principalmente pela ausência de benefícios urbanísticos.

Há, portanto, nesse período, uma aceleração do processo de estratificação espacial, e com isso, uma consolidação de uma estrutura urbana núcleo/periferia que perdura até os dias de hoje. Isso significa dizer que há já consolidado um núcleo bem servido de infra-estrutura tendo a ação pública presente com grande intensidade, residindo neste as classes mais favorecidas, e, de outro lado, existe uma periferia desprovida de qualquer interferência do Estado, mas que serve de local de moradia para as populações mais pobres, pois estas se localizam próxima à área industrial, ao mesmo tempo, em que são servidas pela linha férrea que se constitui um transporte barato.

Entretanto, essa estratificação espacial carecia ainda de uma intervenção Estatal para obter um êxito “definitivo”. Isso se faz presente quando o Estado, sob a administração do então Prefeito da cidade, Antônio Prado Júnior, ao final da década de 1920, contrata um grupo de técnicos franceses sob a orientação de Alfred Donat Agache para a remodelação urbana da cidade do Rio de Janeiro.

A separação das classes sociais no espaço só seria eficaz, entretanto, se o Estado intervisse diretamente no processo de reprodução da força de trabalho subsidiando parcialmente os seus custos. Para tanto, Agache sugeria a adoção de uma política urbana que privilegiasse a construção de habitações baratas nos subúrbios,

que também seriam dotados de um mínimo de infra-estrutura básica. (ABREU, 2006, p. 143)

O plano urbanístico de Agache sugere que haja uma preocupação com a força de trabalho industrial, para tanto deveria haver, além de uma habitação salubre a preço módico, loteamentos que proporcionassem melhor qualidade habitacional (ABREU, 2006). Ainda que o Plano Agache não tenha sido efetivamente consolidado, ele “[...] se constituirá na mola mestra do novo regime que Getúlio Vargas implanta no país” (ABREU, 2006, p. 90). O período que vai de 1930 a 1964 possui, tanto por influência das premissas do Plano Agache como do governo populista de Vargas, características menos segregadoras do que até então estava presente nos governos da República Velha. Na época do Estado Novo, a população teve um crescimento extraordinário, havendo a demanda por novas moradias em loteamentos que propiciassem uma qualidade de vida melhor do que até então ocorria, notadamente nos bairros suburbanos, já que a fonte de empregos tinha se deslocado do centro para lá.

Dentro desse desenvolvimento dos bairros da Zona Norte, o bairro de Bonsucesso foi o primeiro núcleo a prosperar, devido, principalmente, à proximidade do Porto de Inhaúma. Tal fato acarretou um desenvolvimento para todo o entorno de Bonsucesso, fazendo com que a Região Leopoldina⁴ fosse precursora no financiamento para aquisição de lotes de terrenos. Desse modo, entre os anos de 1890 e 1906 essa região obteve o maior crescimento populacional do Município, chegando a 293%.

Quatro trens de subúrbios trafegavam diariamente, antes de 1897, na única linha que existia até Miritity, com desvios em Bonsucesso, Penha e na Parada de Lucas. O primeiro núcleo de habitantes dessa zona que mais acentuadamente prosperou foi Bonsucesso. Esta localidade e as de Ramos, Olaria e Penha, em pouco tempo – entre os anos de 1898 e 1902 – tiveram seus terrenos divididos em lotes, organizando-se simultaneamente empresas para construção de prédios. (ABREU, 2006, p. 53)

A região dos bairros periféricos a Bonsucesso (mapa 2) recebe a instalação de diversas indústrias: em 1917, no primeiro fluxo do grande capital industrial em direção aos subúrbios, instalou-se em Maria da Graça a Cisper, produtora de vidros por processo mecânico, em 1921; a General Eletric construiu sua fábrica de lâmpadas, seguida pela Marvin que produzia parafusos e pregos, a Companhia Nacional de Tecidos Nova América em Del Castilho é inaugurada em 1924 e o ano de 1930 marca

⁴ Região que compreende os bairros por onde passa a linha férrea da Estação da Leopoldina.

também a instalação das indústrias Gillette e a Silva Pedrosa que produzia rolhas metálicas, ambas em Benfica. Segundo Abreu (2006, p. 96), “Enfim, é impossível analisar o Rio de Janeiro nessa época e, principalmente, analisar o crescimento e a densificação habitacional da área suburbana, sem que se dedique à indústria atenção especial”. Abreu (2006, p. 101) acrescenta também que:

O Decreto 6000/37 (e a legislação que lhe foi complementar até 1950) [...] Incluía a área tradicional de São Cristóvão e novo bairro do Jacarezinho, indo até Bonsucesso e, pela orla litorânea, até à rua Ouricuri, em Ramos. Uma outra área ia desde a Avenida Automóvel Club até a Baía de Guanabara, nas proximidades da divisa com o antigo Estado do Rio; esta faixa era apontada, em 1937, como zona pioneira para a localização de grandes indústrias.



Mapa 2: Bonsucesso e outros bairros da região cortada pela Leopoldina

Fonte: <http://www.telelistas.net/busca_local/busca_local.aspx?aba=2>. Acesso em: 30 maio 2007.

Tendo em vista atender a demanda de moradias para os trabalhadores da empresa de eletricidade Light, a Companhia Imobiliária Nacional lança em 1925 o *Bairro-Jardim Maria da Graça* (figura 1). Pouco depois, em 1936, ao lado desse empreendimento, as terras da fazenda de Alfredo Botelho, adquiridas pela família Darke de Matos, proprietária do Café Globo, da indústria de chocolates Bhering e da Imobiliária Higiênópolis, foram então também loteadas tendo o empreendimento recebido o nome de *Cidade-Jardim Higiênópolis*. Essas áreas, onde se localizaram

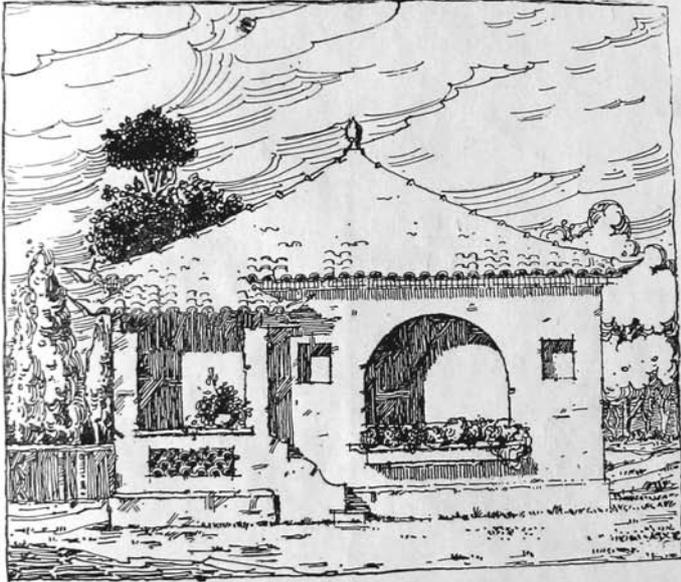
esses empreendimentos assim como muitas outras em que se desenvolveram os bairros do subúrbio do Rio de Janeiro, pertenceram a engenhos e fazendas⁵ que tinham sua origem na época colonial, e agora perdiam sua função econômica, abrindo espaço para um novo tipo de ocupação destinada ao mercado imobiliário.

Bairro-Jardim Maria da Graça

Aproveitae a oportunidade de um bom negocio, comprando antes da valorisação um terreno no novo bairro Maria da Graça, na estação do Engenho Novo.

Companhia Imobiliaria Nacional

Vende o terreno e constróe immediatamente a prestações mensaes equivalente ao aluguel



A Companhia só inicia o recebimento das prestações depois de entregue o predio — Não póde haver negocio mais honesto

Grandes areas de terrenos a retalhar na Tijuca
Para maior esclarecimento e prospecto dirija-se ao escriptorio

Rua Sachet, 27 **Rio de Janeiro**

Figura 1: Lançamento de empreendimento imobiliário no bairro de Maria da Graça

Fonte: Revista A CASA, edição de setembro de 1925

⁵ Além da Fazenda do Botelho, havia, nessa região, a Fazenda Capão do Bispo que deu origem ao bairro de Del Castilho e a Fazenda do Viera, que originou o bairro de Vieira Fazenda, além de diversos engenhos que deram o nome a vários bairros, como, por exemplo: Engenho da Rainha, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Real Engenho (Realengo).

1.2 NOVOS MODELOS DE MORADIA – A RESIDÊNCIA ECONÔMICA

Segundo Lemos (1999), as grandes cidades da Europa e os Estados Unidos já tinham desenvolvido, no final do século XIX, códigos de obras e códigos sanitários a fim de melhorar a qualidade de suas habitações. Tal preocupação chega também ao Brasil, nessa passagem de século, pelas mãos de engenheiros como Alexandre Albuquerque, Vitor S. Freire, Armando Augusto de Godoy, Artur Neiva. Para isso, são criados diversos novos códigos e leis que vão ter as atribuições de reger as condições mínimas da residência. É de 1937 o primeiro código de obras do Rio de Janeiro – decreto 6000, que implementava as regras para as construções, assim como para a ocupação da cidade.

Ainda no final do século XIX, surgem novos códigos e leis que vão ter como atribuição reger as condições mínimas de habitabilidade da residência. Para esses novos bairros que se formavam no subúrbio carioca era fundamental que houvesse moradias baratas, higiênicas que proporcionassem a seus moradores “condições dignas de habitar”, não só com o intuito de evitar vetores de doenças, mas também de criar moradias atraentes para compradores que trabalhariam nessas novas indústrias que se formavam. Para tanto, foram realizados projetos de casas populares que atendessem a esses requisitos. A revista “A CASA” promove no ano de 1925 um concurso de projetos de *Casas Econômicas* para a zona suburbana carioca. Tais habitações deveriam ser projetadas de acordo com a legislação Municipal para essa zona, admitidas duas soluções: casa térrea e casa sobrado, com o seguinte programa: uma sala comum, três quartos de dormir, uma pequena cozinha, banho e W.C., pequeno terraço coberto (varanda) (Publicado na revista “A CASA”, agosto de 1925, nº. 16).

Começa, do mesmo modo, nesse período a haver uma preocupação com certa unificação nos dimensionamentos dos elementos arquitetônicos a fim de baratear a construção através da produção em massa realizada pela indústria. Inicia-se, assim, ainda que de modo não generalizado, a padronização dos gabaritos e dimensões de portas e janelas. Os pés- direitos são, a partir de 1917, limitados a pelo menos três

metros e não mais aos antigos cinco metros da legislação de 1892 (SANTOS, 1982). Tal atitude permitiu que as esquadrias pudessem ter alturas menores, chegando às medidas usuais dos dias de hoje. As casas são então afastadas das divisas “imitando” o “jeito francês de morar” presente nos palacetes.

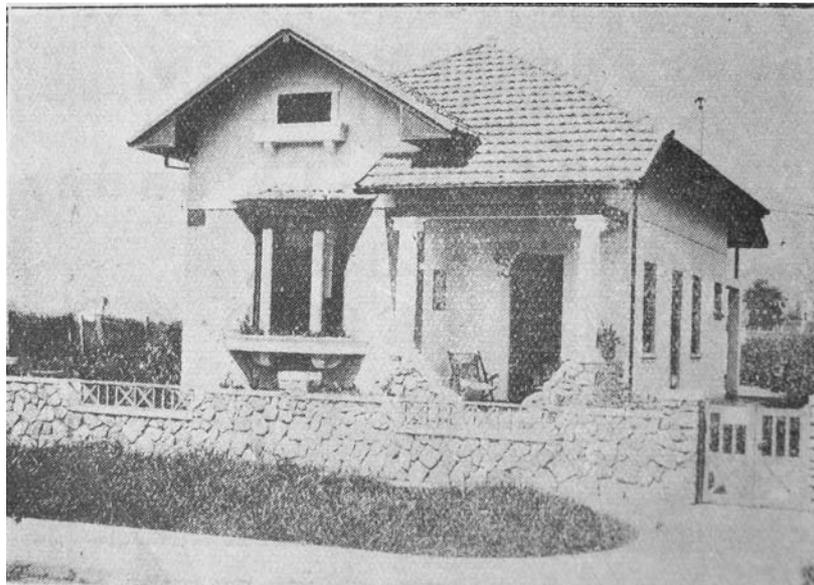


Figura 2: Casa construída em 1925 no bairro de Maria da Graça

Fonte: Revista *A Casa*, agosto de 1925

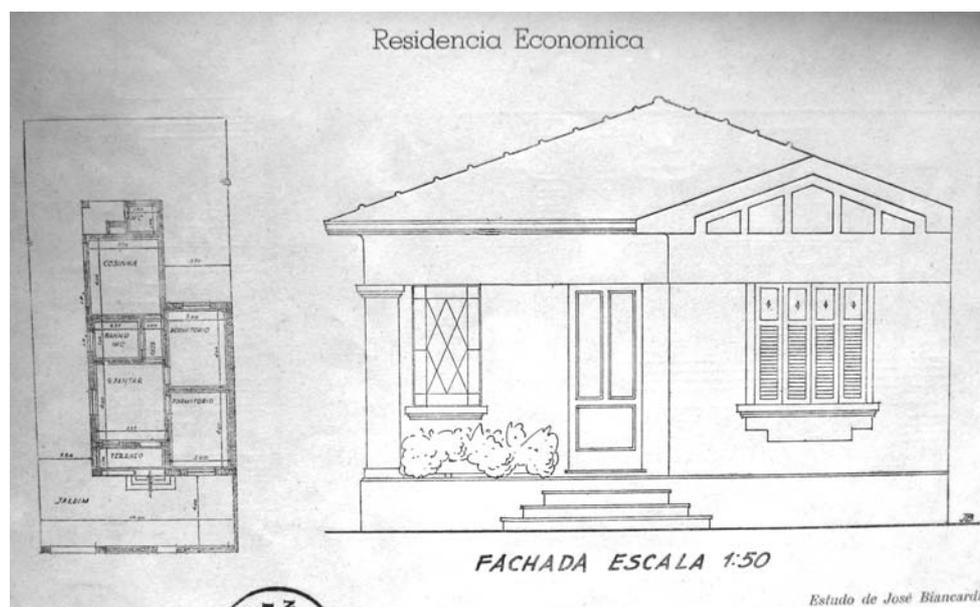


Figura 3: Estudo de residência econômica de José Biancardi, planta baixa e fachada

Fonte: Revista *Acropole*, julho 1939

Tais moradias unifamiliares seguiam, sem grandes alterações sensíveis, o *modelo* médio existente em quase todas as regiões dos grandes centros brasileiros nas décadas de 1920 e 1930. É uma época que duas linhas estilísticas concorrem concomitantemente: o *art déco* e o neocolonial. Contudo, não há por parte dessas residências a aplicação dos elementos de cada estilo com a pureza formal inicialmente preconizada pelos seus teóricos. Pode-se observar que, em muitos casos, acaba por existir uma mistura concomitante das duas linguagens na mesma residência. Como assinala Carlos Lemos (1989, p. 64): “Os construtores atuaram conforme as circunstâncias e gastos locais e, francamente, não podemos dar nomes corretos aos ‘estilos’ surgidos a partir dos primeiros anos da década de vinte nas várias cidades brasileiras”. Embora, a maioria dessas novas casas não estivesse atrelada formalmente a um estilo específico, muitas foram chamadas de *Casas Coloniais*⁶, sendo esse *estilo* largamente desenvolvido nas duas décadas posteriores.

A fachada e o interior das residências, principalmente nas menos abastadas, seguia um modelo com poucas variações, acabando por se transformar em algo próximo de uma *standardização*. Ainda segundo artigo publicado na revista “A CASA”, “algumas das principais causas do encarecimento [para a construção de casas] são: 1) – falta absolutamente de standartização. 2) [...]” (Revista “A CASA”, nº. 16 de agosto de 1925). Tal padronização tinha o intuito de possibilitar a construção dessas novas residências sem onerar os encargos com diversos projetos arquitetônicos individualizados. Lemos (1989, p. 13) observa que: “Quase sempre uma arquitetura insossa, bem comportada, que resignadamente disse inspirada na arquitetura dos ricos. Enfim, essa arquitetura anônima de nossas ruas”.

Na maior parte dos loteamentos criados nos bairros da Zona Norte carioca, seguiu-se o modelo de moradia de tamanho médio, já que “[...] o progresso foi, aos poucos, eliminando dependências e reduzindo a enorme lista dos componentes dos programas de necessidades caracterizadoras de nossa morada colonial” (LEMOS, 1989, p. 67). Em geral, deveria constar na casa burguesa: uma varanda, uma sala (às vezes uma sala de jantar), dois ou três quartos, cozinha, copa, banheiro social, área de serviço

⁶ Termo divulgado em propaganda da revista *A Casa*, agosto de 1925.

e, ocasionalmente, dependência de empregada (quarto e banheiro). Os telhados eram construídos invariavelmente com telhas francesas (também conhecidas como telhas planas) e, muitas das vezes, tendo os seus beirais arrematados com telhas capa-canal.

Segundo as novas posturas municipais do início do século XX, a residência deveria ser implantada afastada da divisa frontal com distância mínima de 3m. Os construtores não somente seguiram esta norma, como invariavelmente também afastaram as casas em relação às laterais e aos fundos do lote a fim de atender a essas posturas municipais que preconizavam a boa iluminação e ventilação dos cômodos, tentando eliminar, com isso, as antigas alcovas insalubres. Segundo Carlos Lemos (1989, p. 64):

Antes da Primeira Guerra, as casas de classe média e as populares possuíam somente uma fachada: aquela voltada para a rua. Unicamente os grandes e raros palacetes da classe dominante advinda do café é que eram desencostados das divisas e podiam se admirados pelos seus quatro lados. Agora, no início dos anos 20, isso também era possível e até obrigatório em relação à grande maioria de casas remediadas e mesmo modestas.

Ainda que de modo muito incipiente, o automóvel era um bem que começava a fazer parte da vida do carioca. Muitos arquitetos já afastavam a residência em torno de 2,50m de um dos lados do lote para a entrada do veículo, sem, contudo, haver necessariamente a criação de um espaço próprio para ele, ou seja, uma garagem coberta.

A fachada também seguia um modelo com poucas variações, principalmente nas casas menos abastadas. A frente da residência era geralmente dividida em duas partes, onde em uma havia uma varanda entalada, a frente do quarto com uma janela, esta parte era encimada por um frontão de formas variadas que iam desde o *art-déco* (figura 4) a variações de inspiração barroca, advindas da influência do neocolonial (figura 5). Neste frontão, pode-se encontrar muitas vezes uma imagem de motivo religioso em apenas um ou em conjunto de quatro azulejos.



Figura 4: Frontão de inspiração art-déco.¹⁷



Figura 5: Frontão de inspiração colonial e imagem religiosa em azulejo.¹⁸

As varandas entaladas, invariavelmente, tinham tamanho médio (em torno de 6 a 8m² aproximadamente). Nas residências mais abastadas, vê-se ainda varandas sacadas a maneira de balcões. Essas serviam de espaço de transição entre o jardim (aberto) e a sala (fechado). Esta começa a ganhar uma maior valorização, principalmente, devido a chegada de revistas de decoração importadas e até de filmes de Hollywood que influenciam a moda e o jeito de morar de então. Isso significa que novos elementos

⁷ Rua Pacheco Jordão n°

⁸ Rua Francisco Medeiros n°

decorativos incorporados à arquitetura ganham lugar: *grafitex*⁹ nas paredes até meia altura, pisos de taco, sancas em concreto. O *american-way-of-life* influencia também a hierarquização dos espaços, fazendo-se abandonar a velha casa patriarcal em prol de um modo funcionalista de morar (tal modo será esclarecido mais a frente no capítulo Parte I capítulo 2.4).

Bittar e Veríssimo (1999) ressaltam que o quarto principal da casa destinado ao casal, implantado a frente da residência, abria-se diretamente para a sala, procurando, desse modo, revelar o *status* do proprietário. Tal disposição acarretava o cruzamento do fluxo íntimo social e com isso comprometendo a privacidade (Figura 6) (BITTAR e VERÍSSIMO, 1999). Os outros quartos ou eram isolados da sala por meio de um corredor ou davam continuidade ao mesmo esquema do quarto principal, abrindo-se também diretamente para a sala.

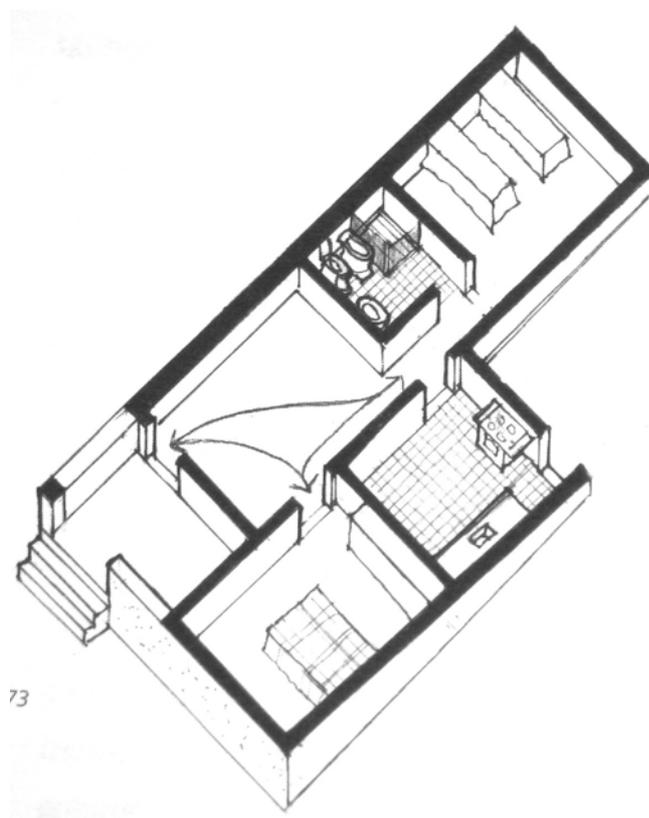


Figura 6: Quarto principal na parte frontal da residência.
Fonte: Bittar e Veríssimo, 1999

⁹ Espécie de massa texturizada, muito utilizada nas casas de meados do século XX, aplicada em paredes principalmente nas cores cinza, amarelo e marrom. O nome *grafitex* advém da marca da fábrica que produzia a massa e se generalizou.

O banheiro dessas moradias não possuía o refinamento das grandes casas abastadas com elementos importados. Contudo, nessas residências econômicas, ele estava relativamente próximo dos quartos, não sendo mais a *casinha* da época colonial nem se colocando dentro dos quartos como a suíte dos dias de hoje que se disseminaram nos empreendimentos imobiliários, principalmente a partir da década de 1970. O banheiro era composto invariavelmente de azulejos brancos até meia parede com piso de ladrilho hidráulico ou de pastilhas cerâmicas hexagonais ou octogonais. Segundo Bittar e Veríssimo (1999), o *bidet*, o vaso sanitário, o lavatório de coluna ou fixado na parede, o chuveiro sobre a banheira ou em um box isolado são elementos que compõem esse cômodo da classe média. Apesar dele sofrer uma relativa valorização nessas décadas de 1930 e 1940, o banheiro ainda permanecia como um local visto para atender as necessidades higiênicas e não como um convite à permanência, algo que mais tarde irá acontecer, portanto, seus equipamentos tinham um carácter eminentemente utilitarista.

A cozinha sofreu modificações substanciais, já no final do século XIX, com a chegada da água corrente, da luz elétrica; isso se consolida e se difunde a partir do segundo quartel do século XX, que também presenciou a difusão do fogão a gás e da geladeira elétrica. A essas inovações se seguiram, na segunda metade da década de 1930, segundo Lemos (1989), os primeiros eletrodomésticos: o ferro elétrico de passar roupas, o aspirador de pó, a enceradeira, a batedeira de bolos. Concomitantemente, chegam os materiais de revestimento, seguindo o mesmo padrão daqueles utilizados no banheiro. Entretanto, do mesmo modo, não há ainda, nessa época, a utilização de cerâmicas decoradas; encontram-se apenas azulejos brancos até meia parede e normalmente arrematados por gregas. Com todas essas inovações, a cozinha pôde se aproximar da área social, ficando então junto à sala, mas ainda tendo uma parede dividindo os espaços (em contraposição à cozinha denominada *americana*). Contudo, seu tamanho torna-se mais reduzido, já que as famílias não são mais tão numerosas nos centros urbanos – a família nuclear substitui a grande família patriarcal. Além disso, houve uma preocupação, principalmente dos órgãos governamentais, em racionalizar o espaço do habitat. Segundo Bittar e Veríssimo (1999, p. 113):

Dos anos 40 em diante, com a proliferação dos apartamentos e a diminuição da área construída das casas da classe média, percebemos uma ‘apartamentização’ das cozinhas, ora associadas às

copas, [...], ora conjugadas ainda aos alpendres ou avarandados nos fundos das residências, remanescentes das salas de viver coloniais.

Junto à cozinha, agrega-se normalmente a copa, onde, muitas vezes, as duas se juntam formando a copa-cozinha. Nessa época, a copa vai ser um espaço destinado a refeições íntimas, como nas antigas salas de viver, recebendo o mesmo tipo de acabamento das cozinhas: azulejos brancos até meia altura arrematados por gregas e piso de ladrilho hidráulico ou de pastilhas cerâmicas hexagonais ou octogonais. Contudo, na maioria das casas da classe média, este cômodo vai tender a desaparecer.

A área de serviço será contígua à cozinha. Ainda sem a existência de equipamentos mais modernos como máquinas de lavar ou secadoras de roupa, este cômodo contará apenas com um tanque para lavar a roupa. Já que não possuía aparelhos mais sofisticados, a área de serviço poderá ficar aberta para o exterior, protegida, às vezes, apenas por um telheiro, ou entalada no corpo da residência.

1.3 AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

Nas décadas seguintes, as habitações cariocas sofrem diversas alterações na sua morfologia. Grande parte delas pode ser tributada a introdução de novos materiais e de novas necessidades por parte de seus moradores, mas há, ao mesmo tempo, uma diminuição da qualidade de vida tanto em termos econômicos quanto também advindos de problemas urbanos. Tais fatores, pelos quais vai atravessar o Rio de Janeiro, acaba por desvalorizar várias áreas suburbanas, alterando o perfil de seu habitante.

O período que se seguiu a implantação desses loteamentos, que compreende a década de 1940, foi marcado por um crescimento tentacular da cidade. Tal desenvolvimento não veio seguido de uma melhoria efetiva nos transportes de massa. Daí resultou uma necessidade da população residir em áreas mais próximas aos locais de trabalho, construindo, com isso, em “[...] terrenos ainda não ocupados, seja por apresentarem dificuldades à promoção imobiliária organizada (morro íngremes, mangues, margens inundáveis de rios), seja por decisão deliberada de seus proprietários (reserva de valor)” (ABREU, 20006, p. 143). Havia então, na região suburbana, diversas

áreas que não tinham sido ainda loteadas e que se apresentavam como vazios urbanos. Tais áreas foram propícias para o surgimento de diversas favelas que começaram a surgir principalmente a partir da década de 1940¹⁰, haja vista que o Rio de Janeiro continuava a atrair fortes levadas de imigrantes, com uma maior intensificação ainda na década seguinte.

Já nas décadas de 1950 e 1960, a cidade presencia o aumento de obras viárias com o intuito de dar maior acessibilidade aos bairros tanto da Zona Sul como também aos do subúrbio. Isso ocorre com o objetivo de privilegiar o transporte de automóveis em detrimento dos transportes de massa, a fim de dar maior visibilidade à indústria automobilística que então surgia. Na área da Leopoldina, são construídas a Avenida Novo Rio (às margens do rio Faria-Timbó), o viaduto João XXIII (ligando as ruas Lobo Júnior e Brás de Pina), o viaduto Carlos Lacerda (ligando o bairro de Higienópolis ao de Bonsucesso) e a conclusão da Avenida Brasil (1939 – 1954). Ainda segundo Abreu (1999, p. 145):

A ‘febre viária’ dos anos cinquenta, e sessenta não mudou apenas a forma-aparência do Rio de Janeiro [...]. Com efeito, a busca de melhor acessibilidade interna e externa ao núcleo metropolitano trouxe de volta a antiga prática da cirurgia urbana, cujos efeitos se fizeram sentir principalmente nos bairros que ‘estavam no caminho’ das novas vias expressas, túneis e viadutos.

Concomitantemente, assiste-se a um processo de decadência não só política, mas também econômica da cidade devido, precipuamente, a transferência da Capital Federal para Brasília, devendo-se acrescentar a isso um aumento significativo da inflação sob o governo de Juscelino. Abreu (2006, p. 116) relata que:

O aumento do valor do solo, a distância cada vez maior que separava os locais de emprego dos novos loteamentos, o congelamento dos aluguéis (que diminuía em muito a oferta de novas habitações), tudo isso resultou numa crise habitacional generalizada, que afetou principalmente a população pobre. Conseqüentemente, multiplicou-se a população favelada e proliferaram novamente as casas de cômodo.

¹⁰ Entre elas pode ser destacadas nessa área da Leopoldina: Complexo do Alemão, Jacarezinho, Complexo da Maré.

O regime militar que se seguiu a esse período, segundo Abreu (2006), intensificou ainda mais a concentração de renda e a ação preferencial do Estado pelas zonas mais ricas da cidade, aumentando enormemente a especulação imobiliária¹¹.

Na região suburbana, observa-se uma degradação da qualidade de vida, não somente pela queda dos rendimentos de boa parte da população, mas como também pelas grandes artérias que passam a cortar bairros residenciais antes tranquilos. A especulação imobiliária também se fez aí presente. Taveira e Aizen (1998, p. 13) observam, acerca da região suburbana, que:

O adensamento habitacional iria se concretizar nos anos 50, quando se acentua a favelização nas encostas. Inicia-se um lento processo de renovação urbana, que nas décadas de 1970/1980, viria substituir muitas casas com quintais arborizadas por edifícios avarandados.

Há ainda que se observar que muitas pessoas, que já possuem sua moradia, realizam intervenções em suas próprias residências a fim de poder adequá-las às novas necessidades habitacionais que surgem. Nesse processo, muitos lotes acabaram também sendo parcelados para serem construídas, neles mesmos, outras residências a fim destas serem alugadas e, com isso, incrementar a renda familiar, ou ainda com o intuito de abrigar membros da família que agora encontrava maiores dificuldades em permanecer em um local de qualidade similar. Segundo Ribeiro (s/d):

Constatamos que quanto mais nos afastamos das áreas centrais da Cidade do Rio de Janeiro, onde estão concentrados os equipamentos e os serviços urbanos, maior a incidência de moradias próprias e mais congestionadas. A associação entre o acesso à propriedade imobiliária e a perda da qualidade habitacional é um dos traços distintivos da dinâmica de organização das cidades brasileiras no período da industrialização.

Daí resulta uma perda da morfologia das casas que inicialmente foram construídas nos subúrbios e que seguiam o “padrão” da “residência econômica”, pois ainda segundo Ribeiro (s/d, grifo nosso):

¹¹ De acordo com Ribeiro (s/d): “Nos anos 80, os bairros localizados na Zona Sul, Barra da Tijuca, Zona Norte e Centro concentraram cerca de 73% do volume dos empreendimentos lançados na cidade (em metros quadrados). Nos anos 90, a concentração espacial tornou-se ainda maior, pois somente na Barra da Tijuca foram localizados cerca de 50% dos empreendimentos imobiliários, sendo que apenas 11 bairros receberam cerca de 85% da totalidade da produção empresarial de unidades residenciais da cidade.”

Nele [no sub-mercado de habitação] prevalecem formas híbridas de produção, tais como a produção por encomenda, a construção de casas para aluguel, nos fundos dos terrenos dos próprios proprietários, a construção de pequenos conjuntos de casas para aluguel por micro empreendedores, etc. A demanda desse sub-mercado é formada pelos segmentos médios da estrutura social, portanto aqueles que têm capacidade de custear o aluguel. São as áreas intermediárias entre as periferias urbana e metropolitana e as áreas centrais que concentram grande parte desse sub-mercado, onde há certa homogeneidade do solo urbano em termos dos equipamentos e serviços.

1.4 A MORADIA COMO SÍMBOLO

As moradias pertencentes aos bairros de subúrbio ¹² se diferenciam, principalmente, em dois tipos básicos: a favela e a moradia de alvenaria inserida na malha urbana. Dentro desse quadro, ocorre por parte dos moradores dessa última a necessidade de uma afirmação social a fim de marcar sua distinção de classe de renda. Nesse sentido, tais moradores se identificam como pertencentes a uma classe intermediária, entre a rica (dos palacetes) e a pobre (da favela), no que tange aos seus valores e às suas aspirações sociais e econômicas.

No entanto, não constitui tarefa das mais simples conceituar tal classe com precisão. Estabelecer critérios precisos para definir exata ou aproximadamente o que pode se tomar como elementos pertencentes a essa classe através apenas de uma faixa determinada de rendimentos em que ela possa estar situada, é trabalho que não se apresenta como factível, já que o conceito de classe não pode ser entendido somente pelos rendimentos monetários que cada família ou indivíduo recebe. Tal fato acontece, precipuamente, devido a essa classe específica, que foi denominada de classe média, não ser reconhecida pela renda, mas, de acordo com ODougherty (1997): “Pesquisas históricas chegaram perto de concluir que a classe média no Brasil tem sido modelada e definida pelo consumo”. Owensby (1994) salienta ainda que a classe média se identifica como uma contra-oposição à classe operária através de tipos de práticas de consumo e

¹² Isso aconteceu não somente aos bairros de subúrbio carioca, mas pode ser igualmente extensivo ao de todas as metrópoles brasileiras.

de formas diferenciadas de trabalho, ou seja, essa classe intermediária privilegia exercer atividades que não requeiram o exercício manual, ao mesmo tempo, em que procura se contrapor as classes inferiores, ela tenta se aproximar das classes sociais ditas dominantes. Mas ainda assim, pode-se estabelecer que a classe média se concebe como um grupo distinto no que tange às dimensões materiais e simbólicas¹³ em relação às outras classes de renda presentes no Brasil, já que ela privilegia acentuadamente valores morais ligados à disciplina, a poupança, ao sexo com amor, ao trabalho, ao sacrifício em prol da família e da religião que a diferenciaria das demais classes.

Embora o entendimento de classe média seja realizado através de uma busca de distinção e de separação de renda por parte de um determinado indivíduo ou grupo em relação às demais camadas sociais, seria exatamente nessa atitude que se apresentaria a sua unidade, “[...] pois indica um projeto social comum e uma estratégia semelhante [...]” (ODOUGHERTY, 1997). Estão aí as bases de sustentação de seu modo de viver que conferem essa unidade: habitação, facilidade de consumo, emprego estável, educação, ênfase na privacidade e na liberdade do sujeito. Entretanto, convém ressaltar, que os privilégios desse modo de vida não é algo que sempre esteve presente durante toda a história social brasileira. A classe média, como entendida atualmente, e seus valores foram *fundados* e desenvolvidos principalmente a partir do início do século XX no Brasil.

Segundo Bresser-Pereira (2006), os seus anos de glória foram durante os anos da industrialização e do nacional-desenvolvimentismo, isto é, do período compreendido entre as décadas de 1930 e 1980, justamente no momento em que o Brasil crescia a uma taxa anual média per capita de 4%. No início dessa época, despontou uma classe média, onde estavam presentes empresários da indústria, do comércio e do setor agrícola, logo acompanhados nos anos de 1970 por uma nova classe média que assumia postos de trabalho em grandes empresas multinacionais e nos mais variados cargos públicos. Isso vai acarretar uma expansão do emprego e do florescimento da sociedade de consumo, quando passa a haver, de acordo com Ortiz (1991), um imaginário social onde a classe média se torna símbolo de um ideal nacional, pois a partir daí sua imagem vai estar atrelada a uma idéia de *modernidade*. Desse modo, a classe média passa a ser um

¹³ Entenda-se esse simbolismo como a *capacidade* de ter uma vida cultural: fazer viagens, assistir a espetáculos, comprar livros, DVDs etc.

símbolo emblemático de uma nova época que permitirá o acesso fácil aos bens de consumo e, com isso, a uma elevação do status social, pois, consecutivamente, se aproximava daquilo que a população menos favorecida tanto almejava: ter condições de acesso à aquisição de bens. Tal condição era reservada, anteriormente, somente para a classe alta.

Segundo Quadros (1991), houve no desenvolvimento do capitalismo a tendência de se criar um determinado padrão de consumo que deveria se concentrar em bens duráveis. De acordo com um estudo realizado por Odougherty (1997) em São Paulo, indivíduos da classe média, que fizeram parte de entrevistas realizadas por ela a cerca dessa temática, se compreendiam como pertencentes a essa classe quando tinha condições de aquisição da casa própria e do automóvel: “Mas quando pedi que definissem a classe média, quase todos responderam que ser de classe média ‘é ter uma casa própria e um carro’” (ODOUGHERTY 1997). De fato, de acordo com Lara (2005) e com dados do IBGE, houve um crescimento bastante significativo do número de habitações nos últimos sessenta anos; em 1940 o Brasil possuía dois milhões de moradias urbanas para uma população de 41 milhões (proporção de uma moradia para cada 20,5 habitantes), contra 35 milhões de moradias e 176 milhões de habitantes no ano de 2005 (proporção de uma moradia para cada 5,03 habitantes). Ou seja, a proporção de habitantes por moradia diminuiu praticamente quatro vezes nesse período. Ainda segundo Odougherty (1997):

É surpreendente que a definição seja tão ‘reducionista’. Do ponto de vista de pessoas privilegiadas materialmente (a chamada classe A), a menção à propriedade da casa e do automóvel inspira uma pergunta do tipo: ‘É só isso que as pessoas de classe média consideram separá-las das massas populares?!’ Embora o ‘perigo’ de mudar para uma favela (que é o comentário histórico da imprensa do Rio de Janeiro) seja muito remoto, o medo da classe operária, até mesmo o receio de ser eventualmente confundido com uma pessoa pobre, sem dúvida responde por boa parte das práticas da classe média. Para essas pessoas talvez não haja outra possibilidade senão ser de classe média.

Da Matta (1979) ressalta que a maior atenção dada ao consumo de bens duráveis aconteceu principalmente no momento em que houve uma expansão do consumo de massa dado pela industrialização, pois aí passou a não mais existir uma distinção clara entre as classes de renda dada pela posse de bens não duráveis, acarretando com isso que algumas pessoas tenham sido incentivadas a redobram os esforços na

reconstrução de barreiras materiais e simbólicas, estando aí a posse de um carro novo ou da casa própria.

Contudo, passado o *Milagre Econômico*, a década de 1980 abre suas portas com uma crise econômica que abala os alicerces da classe média. O cenário, sobejamente conhecido, se apresenta com altos índices de inflação, alta do custo de vida e desemprego. Odougherty (1997) salienta na análise de sua pesquisa que:

De fato, tudo o que era mais caro a uma pessoa da classe média, e prova de sua posição de classe, estava ameaçado nesse período, inclusive a casa própria. Inúmeras vezes ouvi meus informantes dizerem que se não tivessem comprado seus apartamentos antes da crise não teriam mais como fazê-lo. Durante a crise da inflação, as formas de pagamento das prestações eram definidas e reajustadas pelas construtoras por critérios defensivos, o que tornava impossível para o comprador fazer uma previsão de custos. Assim, adquirir um imóvel tornou-se um empreendimento demasiado arriscado para a maioria das pessoas.

Se a aquisição de imóvel tornou-se um risco, quais foram as alternativas tomadas pela classe média? Odougherty (1997) acredita que a crise não tenha distorcido as táticas usualmente empregadas por essa classe, mas ao contrário, ela as reforçou exageradamente, através dos símbolos definidores de suas diferenças com as outras classes. No caso da casa, houve uma intensificação de torná-la mais bem guardada com fechaduras adicionais, trancas, muros, isolando-a cada vez mais do *mundo* em que estava inserida. Todas essas medidas, como mostra Caldeira (1996), seriam justificáveis dado o alto índice de furtos e roubos. Deve-se ainda somar a isso, a crise econômica que tornava a casa um bem difícil de ser conquistado e de ser mantido. Por conseguinte, a casa própria, ainda que se apresentasse como algo de difícil acesso nos últimos anos do século XX, ainda continua a possuir um papel proeminente nas atenções desses habitantes do subúrbio carioca, fazendo com que muitos que não conseguissem adquirir novo imóvel que propiciasse uma elevação do *status* social, realizassem uma intervenção em seu *antigo* imóvel, a fim de dotá-los de características individualizadas e, com isso, “modernizá-lo”. A partir daí, os moradores constituem condições simbólicas para formar a idéia de pertencimento a uma classe de renda distinta.

CAPÍTULO 2: HIGIENÓPOLIS: TRANSFORMAÇÕES URBANAS E ARQUITETÔNICAS

Procurou-se realizar um recorte geográfico dentro da região suburbana da cidade do Rio de Janeiro que constitui, apesar de sua pouca expressividade econômica e territorial, um sítio bem característico da época de formação dos bairros suburbanos onde estavam presentes as *residências econômicas* e a *Cidade-Jardim* da primeira metade do século XX. Tal bairro, contudo, também assistiu a transformações das suas moradias iniciais pelas mãos de seus proprietários que acompanharam os problemas sofridos pelas alterações urbanas, econômicas e sociais, assim como as mudanças nos padrões arquitetônicos ocorridos ao longo do século XX, e que propiciaram diversas auto-intervenções nas suas respectivas moradias.

2.1 A CIDADE-JARDIM E A HIGIENE

O bairro de Higienópolis foi desenvolvido tendo em vista o conceito de Cidade-Jardim, porém tal concepção urbana foi ensejada por problemas similares pelos quais também passava a Europa no final do século XIX. É um momento, como assinala Andreatta (2006, p. 211), em que “[...] o ciclo ferroviário cederia o lugar ao automóvel, no qual a Cidade-Jardim e a explosão urbana encontrariam seu instrumento mais

favorável, aquele que acentuava a ânsia por novas terras” A ciência, a indústria e a tecnologia que eram, até então, o esteio da esperança da civilização em um futuro melhor, passaram a ser vistas com certa desconfiança, pois segundo Bornheim (1992, p. 64):

E a guerra de 1914, a Primeira Guerra Mundial, transfere, violentamente, a experiência de ruptura à esfera social; através dela sacode-se a ideologia oficial da época, abala-se o idealismo clássico e romântico, cai por terra a crença em um progresso indefinido da humanidade: - é o mundo burguês e sua concepção da perenidade de valores que desmorona.

A industrialização causava diversas mazelas e problemas sociais. Tornava-se necessário haver certa precaução em relação a todo o desenvolvimento que acontecia em todos os níveis.

As cidades-jardim surgiram através da visão urbanística de E. Howard, quando em 1899 fundou a *Associação das Cidades-jardim*, e em 1903 efetivou suas teorias em Letchworth (mapa 3). Tal concepção urbana adveio como uma resposta à típica cidade industrial suja e poluída. Tornava-se então necessário fornecer habitações para os trabalhadores, propiciando saneamento, higiene pública e ação profilática em suas habitações. A fim de tentar resolver os problemas de insalubridade e poluição das metrópoles, ele propunha desenhar as novas cidades com uma relação maior com o campo, onde haveria um traçado urbano menos geométrico do que o presente na tradição renascentista: “O traçado da cidade [Letchworth] é simples, claro e informal, distanciando-se de configurações geométricas rigorosas de tradição clássico-renascentista” (OTTONI, 2002, p. 47). As casas seriam dispostas em blocos isolados entre si, recuadas do alinhamento do terreno e com jardins fronteiros (OTTONI, 2002). Assim, as oportunidades da cidade grande poderiam se juntar às vantagens da vida mais saudável e bela do mundo rural.



Mapa 3: Detalhe da Cidade Jardim de Letchworth, Inglaterra

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc042/arc042_02.asp>. Acesso em: 16 maio 2007.

Com as pesquisas do médico Pasteur realizadas por volta da década de 1870, a limpeza conseguiu auferir reforços científicos. Tais pesquisas propiciaram a alteração da concepção da higiene, pois se evidenciou através de análises científicas a presença de

organismos invisíveis, mas pestilentos, que impregnavam o ambiente, e, todavia poderiam estes ser eliminados através de ações higiênicas básicas.

Segundo Mumford (1998), o objetivo do urbanismo de então passa a ser dar à cidade ar puro, água fresca, espaços abertos de verdura e sol, fatores que poderiam melhorar decisivamente a questão da salubridade urbana e que, ao mesmo tempo, teriam condições de propiciar uma melhor qualidade higiênica ao interior das residências. As novas propostas urbanas da cidade-jardim teriam como preocupação inicial estabelecer um limite de crescimento do tecido urbano, pois Howard identificava como um dos principais problemas urbanísticos o crescimento desmesurado e fora do alcance de seus habitantes (Mumford, 1998). Sua concepção de cidade previa que esta deveria possuir em torno de 30.000 habitantes distribuídos em torno de 5.500 terrenos, cada qual com superfície média de 286m², assim, estaria assegurada a medida humana. A idéia de Howard era de haver um método mais orgânico de crescimento do tecido urbano, no qual não haveria fragmentos desligados, mas, ao contrário, totalidades unificadas, onde valores urbanos e rurais estariam concomitantemente presentes. A respeito desses valores, Choay (1979, p. 221) acrescenta que:

A cidade é o símbolo da sociedade – de ajuda mútua e de cooperação amistosa, de paternidade, maternidade, fraternidade, de uma ampla relação homem a homem, de simpatias expansivas, de ciência, arte, cultura e religião. E o campo: O campo é o símbolo do amor e das liberdades de Deus para com o homem. [...] a cidade e o campo *devem esposar-se*, e dessa feliz união brotará uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização.

Contudo, a demorada atenção dada à salubridade dentro do planejamento urbanístico, deveu-se, principalmente, a questões de custos, pois exigiam grandes investimentos do governo em serviços públicos coletivos. Além disso, para construção de habitações higiênicas seria necessária a observância de uma legislação austera que certamente iria contrariar interesses da iniciativa privada. O urbanista inglês chama atenção, entretanto, que o desenvolvimento urbano não deveria permanecer nas mãos do investidor particular, seja na formação de lotes individuais de construção, casas individuais, sítios individuais de negócios isso porque nenhum exercício individual de previsão ou de espírito público poderia produzir o equivalente de um todo coordenado e significativo (MUMFORD, 1998). Howard observava ainda a importância da autoridade pública no controle do crescimento de uma nova cidade, pois, segundo ele, os melhores

resultados só poderiam ser alcançados se houvesse poderes de tal ordem que fossem capazes de reunir e manter a terra, estabelecer um plano urbano e também equipar a cidade com os serviços necessários. As preferências individuais poderiam ser encorajadas, desde que não prejudicassem as disposições sanitárias e higiênicas, que seriam estritamente impostas. Contudo, a cidade-jardim de Howard, seria uma nova espécie de unidade, na qual esse padrão orgânico se difundiria a partir do modelo individual. Assim, segundo Mumford (1998, p. 222):

O objetivo é elevar o nível da saúde e do bem-estar de todos os verdadeiros trabalhadores, qualquer que seja sua posição; e o meio pelo qual esses objetivos podem ser realizados é uma combinação sadia, natural, econômica, da vida da cidade com a vida do campo, e tudo isso num terreno que pertence à municipalidade.

Deveria haver, portanto, uma síntese entre o individualismo e o socialismo, ou seja, desacreditava-se concomitantemente no liberalismo do Estado Inglês e o Estado socialista controlador. Howard esperava, então, que sua nova concepção de cidade pudesse ser uma empresa privada, mas sem afeição do lucro a qualquer custo. Mumford (1998, p. 461) assinala que a proposta para a Cidade-Jardim “[...] teria a propriedade de todos os seus terrenos em caráter corporativo, assinalando um ponto decisivo tanto da economia municipal quanto no governo municipal”.

Com isso, existiria condições de restabelecer a medida humana da nova imagem da cidade, onde as comunidades seriam plenamente equipadas, a fim de levar a cabo todas as funções urbanas essenciais. É importante ressaltar que essa concepção urbana não tem como carácter diferenciador, apesar da sua denominação, o jardim. Ela é, precipuamente, uma proposta que tem como idéia básica *construir* uma comunidade equilibrada em uma nova espécie de unidade.

2.2 HIGIENÓPOIS COMO CIDADE-JARDIM

A cidade-jardim não foi uma concepção urbana que ficou apenas restrita a Inglaterra e aos projetos de Howard. Ela não só se difunde por várias regiões, mas

também adquirirá concepções mais afeitas as demandas de cada local em que será implantada. Ottoni (2002, p. 67) observa que:

“As idéias de Howard que começam a serem implementadas na Inglaterra no início do século XX também irão repercutir em todo o mundo, sendo no geral implementadas de maneira a justificar as críticas formuladas, pois se produziam subúrbios-jardins de qualidade variável, para defender somente a melhoria do ambiente residencial da classe média alta.”

O modelo que a *Cidade Jardim Higienópolis* (Mapa 4) procurou seguir não é exatamente aquilo que pregava o modelo de Ebenezer Howard. O bairro carioca está mais próximo daquilo que era concebido como subúrbio-jardim¹⁴. Em contraposição ao conceito de cidade-jardim, o subúrbio-jardim possui uma visão mais pragmática de urbanismo, pois não tem as concepções “idealísticas” de Howard. Este, ao contrário, apresenta uma preocupação de ser implementado de forma mais efetiva dentro da perspectiva de investidores imobiliários, mas, ao mesmo tempo, sem perder os parâmetros de qualidade de vida. Isso significa, de um modo geral, existir uma baixa densidade populacional, ruas largas e arborizadas, casas separadas por cercas-vivas e em um local tranqüilo. Desse modo, as casas construídas nesses subúrbios londrinos seguiam determinado “modelo” a fim de propiciar uma paisagem pitoresca de casas de médio porte, agrupadas de forma a constituir um vasto telhado de residências de tamanho razoável, destinadas aos trabalhadores ingleses (Figura 7). Assim, procurava-se aliar economia e, concomitantemente, criar uma paisagem agradável de casas em um estilo “tradicional” que escapasse dos problemas da cidade industrial (PEVSNER, 1992).

¹⁴ Já em 1888, a Lever Brothes iniciou Port Sunlight, o primeiro subúrbio-jardim destinado à classe operária. Contudo, este modelo de urbanismo teve no bairro de Hampstead, desenvolvido pelos arquitetos Barry Parker and Sir Raymond Unwin em Londres e fundado em 1907, o primeiro plano urbanístico a seguir esse conceito com sucesso.



Figura 7: “Port Sunlight foi iniciado pela firma Lever em 1888, com esquema de subúrbio-jardim e arejado: casas de tijolo meio espalhadas entre as árvores, de forma que a cidade se situe em um parque” Fonte: Pevsner, 1996, p. 195

O bairro carioca também não é exatamente aquilo que era desenvolvido em Londres no início do século com o subúrbio-jardim. Contudo, de modo geral pode-se afirmar, que ela está próximo, pois Higienópolis tem o perfil de uma pequena unidade urbana com a preocupação de possuir a escala humana e com um traçado urbano sem uma estrita ortogonalidade e contando ainda com uma rede de serviços básicos para seus moradores em uma área próxima às residências. Contudo, pôde ser evidenciado, nas conversas com os moradores do bairro, que há certo espírito de comunidade dentro desse núcleo urbano nos dias de hoje. Tal fato pode ser justamente devido a Higienópolis deter a escala humana como nos subúrbios-jardim construídos na Inglaterra no final do século XIX.

Otoni (2002, p. 67) observa, entretanto, que o nome “cidade-jardim” chega ao Brasil principalmente ensejado pelo Decreto-Lei 6000 de 1937 que valoriza tais empreendimentos a fim de melhorar a qualidade de vida da cidade. Além de Higienópolis e Maria da Graça, houve ainda, nessa mesma época (por volta dos anos

1930) a criação dos bairros de Laranjeiras, Ilha do Governador, Gávea, Jardim Botânico. É conveniente ressaltar, contudo, que em todos esses empreendimentos há uma preocupação de se criar bairros para uma clientela de bom padrão econômico, distanciando-se, desse modo, da idéia global de Howard (OTTONI 2002).

Por outro lado, o próprio nome dado ao bairro já atenta para a preocupação ensejada pela higiene presente na idéia original de cidade-Jardim. Ainda que não se possa afirmar com absoluta certeza a origem exata do nome Higienópolis, segundo pesquisa feita junto a uma imobiliária estabelecida no local e com um jornal de bairro, o nome teria duas fontes prováveis. A primeira remeteria diretamente à higiene, já que aquela região estaria próxima à praia de Ramos, local de tratamento medicinal, e, ao mesmo tempo, ao lado da Fundação Oswaldo Cruz, que era referência no estudo de doenças transmissíveis. Tal fundação foi fundada justamente para tentar resolver os problemas relacionados à higiene da cidade carioca. A segunda possibilidade remeteria a uma referência ao bairro de mesmo nome localizado em São Paulo, pois este seria símbolo de uma classe abastada que morava em palacetes claros, arejados e salubres. De qualquer modo, em todas as duas possibilidades, estaria presente o conceito de bem morar associado à idéia de higiene.

As primeiras residências foram construídas pela própria imobiliária que lançou o loteamento: a *Imobiliária Higienópolis*, com o intuito de promover a venda do loteamento¹⁵. Estas se localizavam ao longo da Avenida dos Democráticos, desde a esquina da atual Rua Darke de Matos até a Rua Tenente Abel Cunha, a fim de demonstrar às pessoas que por ali passavam de bonde, que os primeiros terrenos já haviam sido vendidos e seus proprietários iniciavam a construção de suas casas para morarem no novo bairro¹⁶. Com isso, começa desde então a haver uma associação do lote com o tipo de edificação residencial que ali será implantada.

O empreendimento imobiliário tomou impulso e a maioria dos demais lotes foram sendo vendidos no decorrer da segunda metade da década de 1930. Os que se localizavam na parte baixa foram preferidos pelos compradores de melhor poder aquisitivo, já os da parte alta, que tinham preços mais acessíveis, foram destinados às famílias menos abastadas. De modo geral, a procura dos imóveis em Higienópolis foi feita por parte de imigrantes portugueses, italianos e gregos, que se tornaram um grande contingente de moradores deste bairro, e ainda hoje se percebe a presença deles.

Uma grande parcela desses compradores prosperou e construiu as casas de bom padrão arquitetônico, e que ainda hoje algumas estão presentes no bairro. Outros moradores investiram em compra de outros lotes para a formação de um patrimônio imobiliário. Além da sua própria residência, esses moradores construíram imóveis destinados ao aluguel, como forma de rendimento. O bairro de Higienópolis, ao contrário da maioria dos bairros suburbanos do Rio de Janeiro, logo nessa primeira metade do século XX, já se transformava em uma área respeitada e valorizada, sendo alcunhada de *A Pérola da Leopoldina* ou *O bairro nobre da Leopoldina*.

¹⁵ Dados obtidos através do jornal de bairro *A Carranca* e com entrevista com o Sr. Waldir Israel, proprietário da Imobiliária *Waldir Israel* situada em Higienópolis.

¹⁶ O comerciante português, Justino Varella Durão, realizou a compra dos quatro primeiros lotes, sendo a documentação assinada no dia 21 de novembro de 1936. Dois destes lotes eram localizados na atual Rua Rodolfo Galvão e foram repassados para um amigo do Sr. Justino, o Sr. Constantino, também português e outro lote, o de número 249 da rua hoje denominada Francisco Medeiros, onde ele construiu a sua residência e que foi vendido pelo seu herdeiro, o Neto, Carlos Luiz Durão de Souza, hoje morador na Rua Pacheco Jordão.

2.3 HIGIENÓPOLIS NO CONTEXTO URBANO

O bairro se caracteriza pelo seu aspecto residencial (ver ANEXO III), mesmo em comparação com bairros vizinhos pertencentes à zona da Leopoldina onde em vários estão presentes um grande número de lojas comerciais. O seu comércio é relativamente reduzido estando presente em apenas dois eixos. O primeiro eixo, embora hoje em dia tenha havido diminuição de fluxo de veículos e função da recente mudança do sentido de deslocamento, localiza-se na Rua Darke de Matos que interliga a Avenida dos Democráticos à Estrada Velha da Pavuna (atual Avenida Adhemar Bebiano). Esta tendência, em sua origem teve um desenvolvimento maior devido principalmente a sua topografia, ganhando grande importância no estabelecimento de lojas comerciais e comportando, até a década de 1970, a feira-livre do bairro e também o ponto final do ônibus 260 (Praça XV / Higienópolis). No outro extremo também se desenvolveu o comércio na Rua Tenente Abel Cunha, que conecta a Avenida dos Democráticos à Avenida Dom Hélder Câmara (antiga Avenida Suburbana). Nestas duas mais importantes vias internas do bairro em termos comerciais encontram-se ainda, dignos de nota, uma delegacia, um abrigo para indigentes, duas faculdades e algumas escolas públicas e particulares.

As moradias constituem-se em sua maioria em residências unifamiliares, sendo raros os prédios multifamiliares, em geral de até quatro pavimentos. Contudo, houve principalmente a partir da década de 1960, o desmembramento dos lotes, a fim de se construir unidades residenciais de pequeno porte para aluguel ou para parentes próximos dos proprietários habitarem. A partir desta época, (como visto em 1.3) houve certa desvalorização do bairro, acarretando daí uma diminuição do valor dos imóveis e uma redução do poder aquisitivo dos moradores; o bairro perdeu, desse modo, a denominação de *Pérola da Leopoldina*. Todavia, apesar de bem situado dentro da cidade do Rio de Janeiro, próximo de diversas vias principais, como a Avenida Brasil, Linha Amarela, Linha Vermelha e da Linha Dois do metrô, estação de trem, Higienópolis não sofreu os problemas da especulação imobiliária, mantendo seu perfil de zona residencial, com predomínio de residências unifamiliares. Entretanto, mesmo tendo uma diminuição da qualidade de vida que inicialmente possuía, o bairro de

Higienópolis foi considerado aquele com melhores condições de moradia¹⁷ da cidade do Rio de Janeiro.

Embora tenha havido, uma marcante presença de estrangeiros, mais notadamente de portugueses e seus descendentes desde os primeiros anos de constituição do bairro, nas últimas décadas, com a desvalorização dos imóveis, houve uma considerável atratividade por moradores de baixa renda, que se instalaram em pequenos apartamentos construídos para aluguel (como visto na Parte I capítulo 1.3).

A proximidade de diversas favelas, aliado a situação geral de insegurança que permeia a cidade do Rio de Janeiro, fez com que o bairro de Higienópolis se tornasse um local com nível de segurança insatisfatório. Aliado à baixa densidade demográfica e ao comércio reduzido a um mercado local, Higienópolis não possui uma grande circulação de carros ou pedestres. Isso propicia com que, por um lado, a rua seja um local com certa tranquilidade durante o dia, mas por outro ela se torna um local mais ermo à noite, e, conseqüentemente, aumentado a sensação de perigo. Isso significa dizer que a população residente possui por um lado uma relação direta com o espaço público, mas por outro ela também procura se isolar através dos muros e portões altos em suas casas.

2.4 HIGIENOPÓLIS E A MORADIA NO ÚLTIMO QUARTEL DO SÉCULO XX

Entre a década de 1940 e o último quartel do século XX, houve substanciais alterações na forma e no uso da moradia, impulsionadas principalmente pelos novos materiais advindos do desenvolvimento tecnológico e das alterações dos hábitos familiares, dos usos da casa e dos problemas relacionados à segurança (assaltos a residências, furtos e roubos de veículos). No bairro de Higienópolis, pode-se perceber a presença de alguns poucos edifícios de apartamentos construídos em sua maior parte

¹⁷ Segundo reportagem do jornal *O Globo*, edição publicada no dia 3 de setembro de 2006, *Caderno Revista* (com dados do Censo 2000 do IBGE, com cálculos e tabulação da Fundação João Pinheiro – MG – Convênio IPP, IUPERJ, IPEA – 2003): o bairro conta com 99,69% dos lares com banheiro e água encanada, 100% deles com coleta de lixo, 100% com energia elétrica.

entre as décadas de 1970 e 1980¹⁸. Contudo, os prédios residenciais, na maioria de quatro andares, constituem ainda uma tipologia minoritária nesta área.

Ortiz (1985) adverte que somente após a década de 1940 é que a classe média conquista de fato um mercado consumidor de bens culturais, formando uma *cultura brasileira* de carácter popular, através de seu acesso a uma cultura de massa, e, como isso, passa a ter condições de auto-intervir de modo mais efetivo na sua moradia.

Segundo Santos (1981), alterações na forma da residência também foram influenciadas em parte devido a uma mudança na qualificação da mão-de-obra, pois esta já não permite realizar os acabamentos que ainda estavam presentes na década de 1930, como os estuques, o ferro batido, o *grafitex*, já que a máquina veio tomar o lugar dos profissionais que realizavam estes trabalhos. Nas fachadas, aplica-se o reboco simples pintado com tinta acrílica ou PVC ou, então, algum tipo de material de revestimento cerâmico ou de pedra, não havendo mais a preocupação ou a possibilidade de se restaurar as antigas cornijas, frontões, óculos que estavam presentes nas casas do período do início de Higienópolis. De fato, muitos moradores do bairro se ressentem da dificuldade de encontrar mão-de-obra especializada para a restauração de tais elementos ornamentais. Os novos tipos de telhas com formas e materiais variados (amianto, alumínio, cerâmica) possibilitam novas formas de telhados, não se restringindo mais nestes a utilização das telhas planas.

Outra alteração dada na fachada dessas casas acontece pela elevação do muro frontal. Isso se dá por uma preocupação com a segurança, principalmente a partir dos anos de 1970. Nessa mesma época, além de ter sua altura elevada, os muros de várias residências recebem um portão de garagem, pois há um significativo incremento no consumo de automóveis quando muitas famílias passam a ter seu primeiro carro e outras adquirem seu segundo ou terceiro¹⁹; há ainda o já citado fator segurança, que não

¹⁸ Isso se deveu a valorização do solo e em parte também por uma queda do padrão de vida da classe média que a impediu de adquirir casas com as dimensões anteriores de lotes. Além disso, houve também uma preocupação com a segurança, que muitos acreditavam ser maior em prédios de apartamentos.

¹⁹ A indústria automobilística brasileira levou durante a década de 1960 oito anos para produzir um milhão de automóveis, caminhões e ônibus. Entretanto, na década de 1970 percebe-se um incremento extraordinário na produção.

Produção de automóveis (unidades) em:

1971: 516.067

1972: 622.171

1973: 750.376

permite que se deixe mais o veículo estacionado em frente da casa despreocupadamente. De acordo com Bittar e Veríssimo (1999), a garagem torna-se, desse modo, não apenas uma questão de *status* social, mas de necessidade de proteção do patrimônio, não sendo, pois, mais suficiente haver um espaço dentro do lote destinado ao automóvel, é necessário protegê-lo e afastá-lo da visão do transeunte. Assim, ao caminhar-se pelas ruas do bairro no período noturno, pode-se verificar a quase inexistência de veículos estacionados nas vias. Já a varanda, por vezes, é incorporada ao espaço interior da sala, em outros casos é mantida ou até ampliada.

No interior da residência, houve também alterações significativas. Porém, a sala, segundo Bittar e Veríssimo (1999, p. 86), pouco mudou, tendo:

Apenas um novo mobiliário, um equipamento mais moderno e um caminho para uma individualização social, criando-se um espaço híbrido, acumulando funções repousar/estudar/receber, que vai ocupar o antigo quarto, agora ‘individualizado-socializado’, nesses tempos de viagens para o ego.

A primeira transformação que sofre a sala se deveu principalmente pela introdução da televisão. Segundo Lemos, foi a televisão a responsável pela união da sala de jantar à sala de estar, colocando um “[...] fim definitivo a sala de visitas como unidade de habitação e também o desaparecimento da copa, a grande copa como local de reunião de família” (LEMOS, 1989, p. 72). E de fato, tal cômodo passa por transformações profundas, onde, em muitos casos, passa a ser um local de trabalho, já que muitos profissionais liberais deixam o escritório e instalam o seu computador: artigo que, para muitos, se torna quase indispensável, na sala ou no quarto; este também serve para os filhos estudar ou também trabalhar.

Da sala, a televisão foi para os quartos, onde estes passaram a contar com uma série de equipamentos, transformando-os, como observam apropriadamente Bittar e Veríssimo (1999, p. 95) quando afirmam que: em uma “[...] sala de visitas, escritório, sala de estudos, local de trabalho e, ocasionalmente, lugar de descanso e amor”. No entanto, apesar do aumento de funções, houve uma diminuição do tamanho destes cômodos devido a questões de custo de construção. Essa redução de tamanho foi possível através de novos mobiliários que procuraram aproveitar ao máximo o espaço.

Ao quarto foi conferida uma maior individualização com a incorporação de um banheiro privativo e, no caso de apartamentos, foram colocadas nestes, varandas individuais.

O banheiro é, nesse momento, foco de uma grande atenção, isso acontece não apenas pelo aumento de seu número dentro da moradia devido às suítes, mas principalmente pela introdução de uma série de elementos que vão conferir a este “[...] uma verdadeira mitificação do espaço para a higiene” (BITTAR e VERÍSSIMO, 1999, p. 105). Tal fato pode ser realmente constatado em qualquer “Showroom” de qualquer loja de material de construção, onde há nestas uma massiva quantidade de produtos para a reforma de banheiros. Com a grande popularização dos materiais de acabamento, associado ao culto ao corpo e o surgimento dos hotéis com seus banheiros cinematográficos, há, nessa época, uma preocupação na renovação de todos os seus componentes a fim de propiciar um espaço individualizado e sofisticado, de acordo com a concepção particular de cada morador.

A cozinha também sofre grandes alterações, em parte devido aos novos materiais de revestimento e acabamento e a inserção de diversos eletrodomésticos que conferem a ela uma nova relação com a moradia, permitindo que cada morador possa preparar rapidamente sua refeição. Isso faz com que a cozinha não seja mais um local de reunião familiar, mas uma depositária de aparelhos. A área de serviço também recebe máquinas de lavar e secadoras. Este espaço acaba por se tornar uma extensão da cozinha, sem maiores atenções, não obstante, agora haverá uma preocupação maior em configurá-la como um ambiente fechado, pois ela possui equipamentos que não podem ficar nem expostos às intempéries nem a desprovidos de segurança contra furtos.

No subúrbio carioca, muitas dessas alterações nas moradias foram promovidas em lançamentos imobiliários de prédios de apartamentos. Contudo, muitos dos próprios proprietários de imóveis realizaram intervenções em suas próprias habitações já constituídas, a fim de tentar adequá-las as novas necessidades que surgiam, como também, incorporar bens de consumo que a indústria desenvolveu enormemente nesse final de século e que vão fazer parte do habitar.

CAPÍTULO 3: OS ESTUDOS DE CASO

3.1 OS PARÂMETROS DA PESQUISA

Como estruturação da pesquisa, foram definidos parâmetros para a investigação das concepções projetuais e apreender as formas organizativas espaciais presentes em auto-intervenções realizadas no bairro de Higienópolis na região suburbana do Rio de Janeiro. Para tanto, foram selecionadas nove residências dentro desta região, configurando-as como estudos de caso. Para possibilitar uma melhor compreensão de tais parâmetros, procurou-se investigar os conceitos e referenciais arquitetônicos que o morador empregou no ato da auto-intervenção em sua residência. Por conseguinte, foram realizadas entrevistas junto aos proprietários, com base em um questionário previamente elaborado e exatamente igual para todos. Esse questionário (ANEXO I) buscou obter as seguintes informações:

- 1) sobre o proprietário e sua família,
- 2) a cerca do imóvel a época de sua construção,
- 3) sobre a auto-intervenção realizada,

4) a propósito das decisões do proprietário.

Contudo, tal questionário não se ateve somente a uma anotação imediata das respostas obtidas; ele foi empregado principalmente como um roteiro, para apoiar o relato espontâneo do depoente, podendo-se acrescentar ainda outras indagações suscitadas no desdobramento da fala. Tal atitude se tornou necessária na medida em que os moradores entrevistados acabaram por narrar diversas histórias relativas à reforma e a história do bairro e suas vivências nele. Esses depoimentos ajudaram a enriquecer a pesquisa e, por conseguinte, a compreender melhor as “realidades” envolvidas dentro do panorama das auto-intervenções.

Assim, essas entrevistas semi-estruturadas²⁰ deram sustentação à análise das informações levantadas. Com os entrevistados, priorizou-se o registro dos conceitos e referenciais para a intervenção na moradia.

Procurou-se, em um primeiro momento, levantar dados sobre o proprietário relativo à sua renda familiar e a profissão das pessoas que habitavam a residência na época e que contribuía com a renda da família. Buscou-se ainda informações acerca do imóvel antes da reforma, tais como o ano de construção e como se configurava a moradia antes da intervenção. Através das informações dadas pela família, procurou-se recuperar a planta baixa original²¹, evidenciando-se com isso o tamanho e o tipo de cômodos, além do número de moradores que lá habitavam então. Em outro momento das entrevistas, buscou-se evidenciar os fatores que influenciaram na decisão da escolha dos materiais e o que o proprietário intencionou realizar com a reforma. Além disso, foram questionados quais os tipos de influência que por ventura ele possa ter recebido. Foi também abordada à análise do proprietário após a reforma, procurando salientar quais foram, em sua opinião, os aspectos positivos e negativos e quais as alterações que hoje não seriam realizadas.

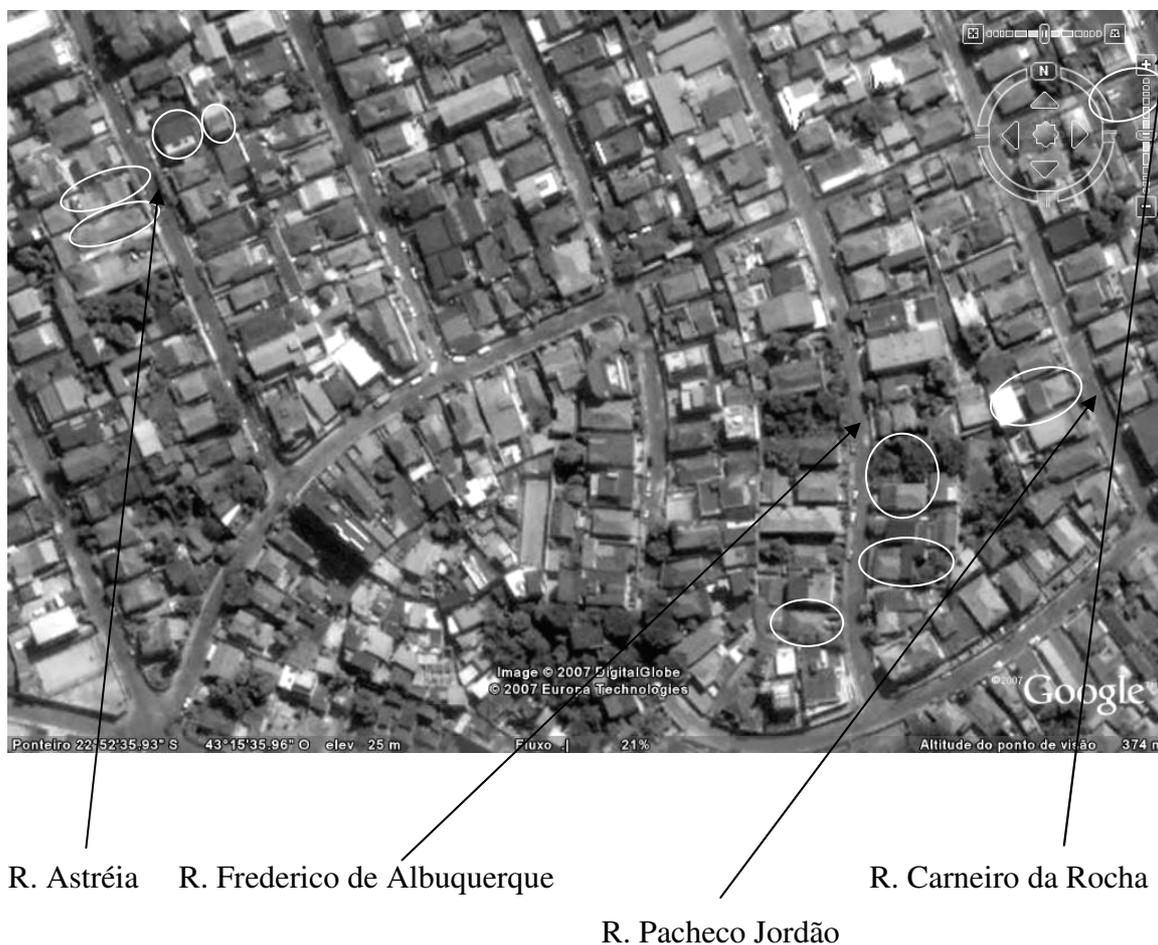
²⁰ Tal tipo de entrevista dá a possibilidade de haver questões pre-determinadas, mas, ao mesmo tempo, permite que outras questões não previstas, possam ser levantadas, de acordo com as respostas dos entrevistados.

²¹ Tentou-se junto ao Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro e a Companhia de Abastecimento de Água do Rio de Janeiro (CEDAE) a obtenção das plantas originais da casa. Contudo, somente a fachada e a planta baixa da residência 3 foram obtidas. Segundo funcionários de ambas as instituições, as outras plantas se perderam, “já que as residências são muito antigas”. O proprietário da residência 9 possuía ainda a planta baixa original.

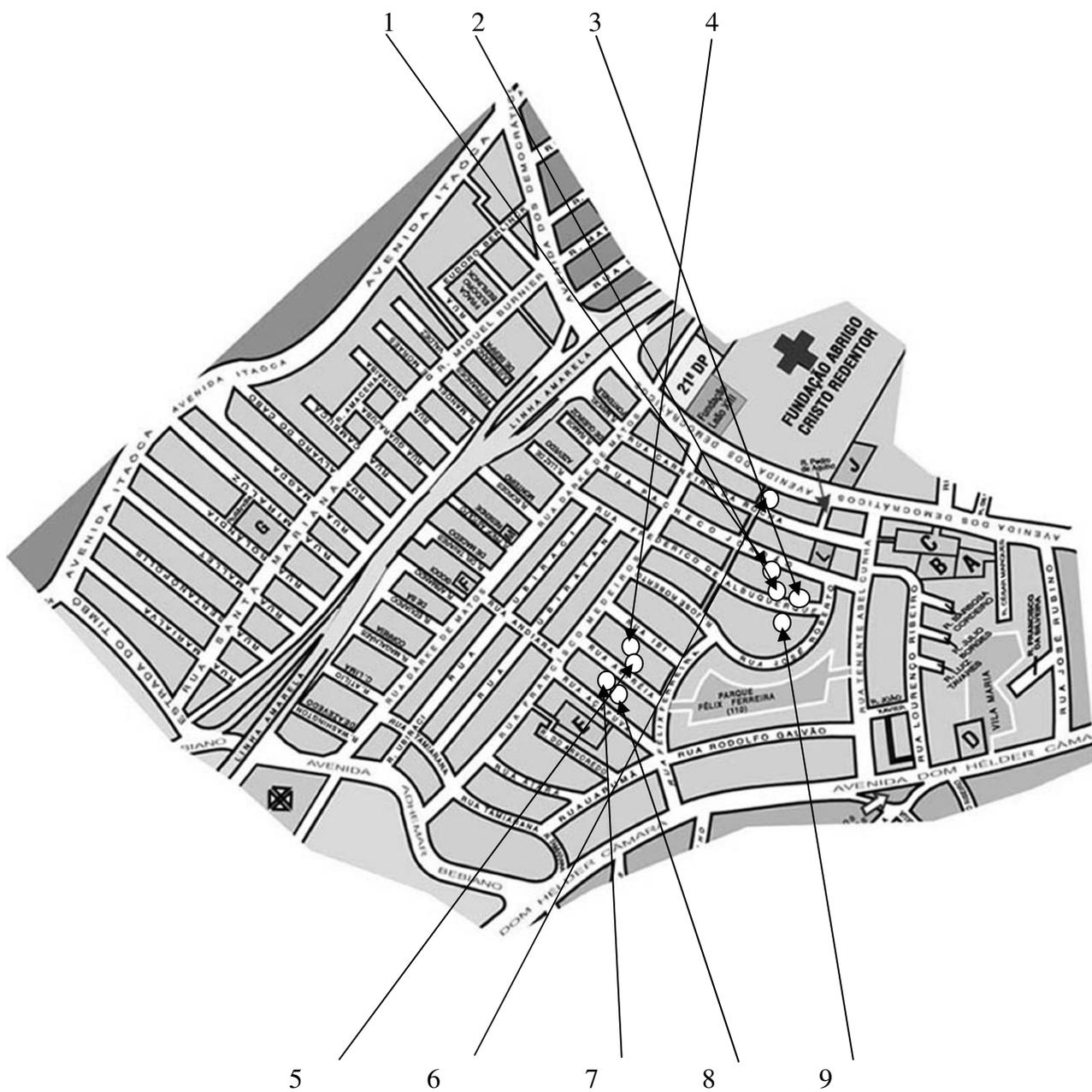
Além da tentativa de resgate da planta original e da elaboração da atual de cada residência, foram fotografadas as fachadas de cada uma, a fim de procurar clarificar como a moradia se apresenta para o exterior. Tais informações se tornam importantes no momento em que se procurará evidenciar as relações espaciais e as perspectivas projetuais realizadas nas auto-intervenções.

A partir das entrevistas, buscou-se ressaltar os dados recorrentes, sem, contudo, descartar possíveis detalhes relevantes. Pois ainda que não tenha havido, dentro do questionário, o objetivo de adentrar nas minúcias das auto-intervenções (como por exemplo, cor do rejunte do azulejo, material da soleira da porta), foi deixado por conta dos moradores que expusessem aquilo que para eles era tido como importante. Por conseguinte houve a necessidade de se adotar um questionário aberto, sem perguntas “prontas”, pois estas poderiam impedir a espontaneidade da fala do entrevistado. Daí as entrevistas terem um caráter muito mais qualitativo do que quantitativo. Desse modo, procurou-se ater a um número relativamente reduzido de residências, a fim de que essas pudessem apresentar dados mais aprofundados acerca do objeto de estudo e com isso revelando as possíveis idiosincrasias de cada intervenção. Tal atitude se tornou importante na medida em que se tentou evitar a adoção de modelos pré-concebidos do que “deveria” ser realizado pelos moradores. Isso significa dizer que se analisou os dados a partir de uma interpretação inicial fornecida pelos próprios entrevistados.

3.2 LOCALIZAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS



Mapa 5: Higienópolis e a localização das ruas dos estudos de caso
Fonte: Google Earth



Mapa 6: Localização das residências em Higienópolis
Fonte: Jornal “A Carranca”, junho de 2005

3.3. SOBRE AS AUTO-INTERVENÇÕES

3.3.1 ÉPOCA DAS AUTO-INTERVENÇÕES

As residências foram adquiridas em um intervalo de 14 anos, ou seja, do final da década de 1930 ao início da década de 1950. As auto-intervenções ocorreram entre meados da década de 1970 até 1990, perfazendo um intervalo de 15 anos e, portanto, em média cerca de quatro décadas após a aquisição das moradias. O número de moradores esteve entre três e sete por casa na época da reforma.

Residência	Época da construção	Ano da aquisição	Nº. de moradores na época da aquisição	Ano da reforma	Nº. de moradores no ano da reforma
1	Cerca 1940	1986	3	1990	3
2	Cerca 1940	1956	2	1978 e 1986	5
3	1939	1976	4	1978	4
4	1951	1971	2	1990	3
5	1945	1985	5	1990	5
6	1948	1982	2	1990	4
7	1940	1955	2	1976	4
8	1937	1937	2	1975	6
9	Cerca 1945	1979	7	1980	7

3.3.2 ALTERAÇÕES REALIZADAS

A exceção da nº 9, todas as residências tiveram suas fachadas alteradas. Absolutamente todas se preocuparam em substituir os revestimentos das áreas úmidas, e apenas duas não o fizeram com as áreas secas (quarto, sala). O aumento da residência também ocorreu, sem exceção, nas moradias durante as auto-intervenções. Tirante duas casas, todas as outras utilizaram mais de um tipo de telha.

--	--	--	--

R	Alteração. da fachada	Alteração nos revestimentos		Aumento da área construída da residência	Telhas utilizadas			
		Áreas úmidas	Áreas secas		amianto	capa canal	plana	metal
1	x	x	x	x	x	x	x	x
2	x	x		x	x	x	x	
3	x	x	x	x	x	x	x	
4	x	x	x	x				
5	x	x	x	x	x	x		
6	x	x	x	x	x			
7	x	x		x	x	x	x	
8	x	x	x	x	x	x		x
9		x	x	x			x	

3.3.3 ÁREA DO LOTE E DA RESIDÊNCIA

A área do lotes variou entre 178 e 528 (houve uma residência construída em uma área de 70m², mas a área original do lote era de 360m²). Apenas duas residências não tiveram uma outra construção no mesmo lote. Como já dito, em todas elas houve aumento da área construída, que variou de 29% a 424%.

R	Área do terreno (m ²) (dim. do lote)	Construção de outra res. no lote	Área do terreno após a construção da outra residência (m ²)	Área da res. <u>antes</u> da reforma (m ²)	Área da res. <u>depois</u> da reforma (m ²)	Influência externa
1	360 (12 x 30)	x	270	65	180 + terraço (12,50m ²)	Familiares e pedreiros
2	264 (12 x 22)	x	528 ¹	120	140 + terraço (15,68 m ²)	Não
3	264 (12 x 22)		-	90	90 + terraço (50,99 m ²)	Não
4	360 (12 x 30)	x	70 ²	54	80	Não
5	360 (12 x 30)	x	265	60	198 + terraço (116,56 m ²)	Não
6	450 (15 x 30)	x	234	70	160	Não
7	420 (12 x 35)	x	245	70	130	Não
8	420 (12 x 35)	x	178	70	90	Não
9	465		-	127,36	127,36	Não

1 – Embora tenha sido contruída outra residência no lote, esta se localiza abaixo da casa analisada (no desnível do terreno). Há ainda outro terreno contíguo a residência, duplicando o tamanho do terreno inicial.

2 – Essa residência foi contruída nos fundos de outra, já fazendo parte do projeto original.

3.4 AS RESIDÊNCIAS

3.4.1 RESIDÊNCIA 1 – Rua Pacheco Jordão, nº. 39

Este imóvel foi adquirido para servir de residência a uma família chinesa (avó, mãe e sua filha já nascida no Rio de Janeiro). Esta já morava na mesma rua há cerca de trinta anos. Contudo, por motivo da venda da antiga casa que era alugada, viu na compra desta residência um modo de continuar no bairro, já que o preço de venda foi extremamente reduzido. Isso se deveu ao tempo de construção da casa e a sua necessidade de significativas reformas, o que, segundo a moradora, foi também um fator positivo, já que possibilitaria reformá-la atendendo às suas necessidades.

Na época da compra, foi consultado um arquiteto. Todavia este cobrou um preço “incompatível com a realidade econômica” segundo a proprietária. Suas prioridades se detiveram, então, em construir uma casa que atendesse às necessidades de sua família (aumento no número de quartos e banheiro, aumento da cozinha) e pudesse ser “uma coisa bonita e moderna”.

IDADE DA PROPRIETÁRIA (a época da reforma):	27 anos
PROFISSÃO:	Técnica química da Petrobrás.
RENDA FAMILIAR (valor aproximado):	6 salários mínimos.
CÔMODOS ANTES DA REFORMA:	Um quarto, uma sala, um banheiro e uma pequena cozinha, além de uma varanda na frente do imóvel e um terraço coberto.
CÔMODOS APÓS A REFORMA:	O quarto foi transformado em sala e a sala em quarto, o banheiro manteve-se. Contudo, foi construída uma cozinha nova através de um <i>puxado</i> , e ainda construiu-se um quarto com banheiro em um segundo pavimento.

OUTRAS ALTERAÇÕES:	Materiais de acabamento da fachada e esquadrias. Piso interno (taco substituído por piso cerâmico). Azulejos até meia-parede na cozinha e banheiro substituídos depois por azulejos até o teto.
OS FATORES QUE MAIS INFLUENCIARAM NA DECISÃO DOS MATERIAIS:	Estéticos, funcionais, custos, manutenção e facilidade de aquisição.
O QUE SE PROCUROU FAVORECER COM A REFORMA?	Melhoria da aparência interna, melhoria da circulação, aumento da cozinha.
ANÁLISE DO PROPRIETÁRIO APÓS A REFORMA:	O carro ficou muito exposto na garagem: “Deveria ter sido feito um movimento de terra para colocá-la no nível do chão e depois coberta”. O terraço se tornou uma obra desnecessária que não seria realizada atualmente devido ao seu pouco uso. Seria feita uma cozinha menor. Utilização do mesmo material e do mesmo padrão para janelas e portas.
QUAIS AS ALTERAÇÕES QUE HOJE SERIAM FEITAS?	Nenhuma, pois envolveriam um gasto alto, sem uma correspondência justificável.
QUAIS PROFISSIONAIS FORAM CONSIDERADOS OS MAIS IMPORTANTES NO MOMENTO DA REFORMA:	Engenheiro civil.



Mapa 7: Residência 1
Fonte: Google Earth

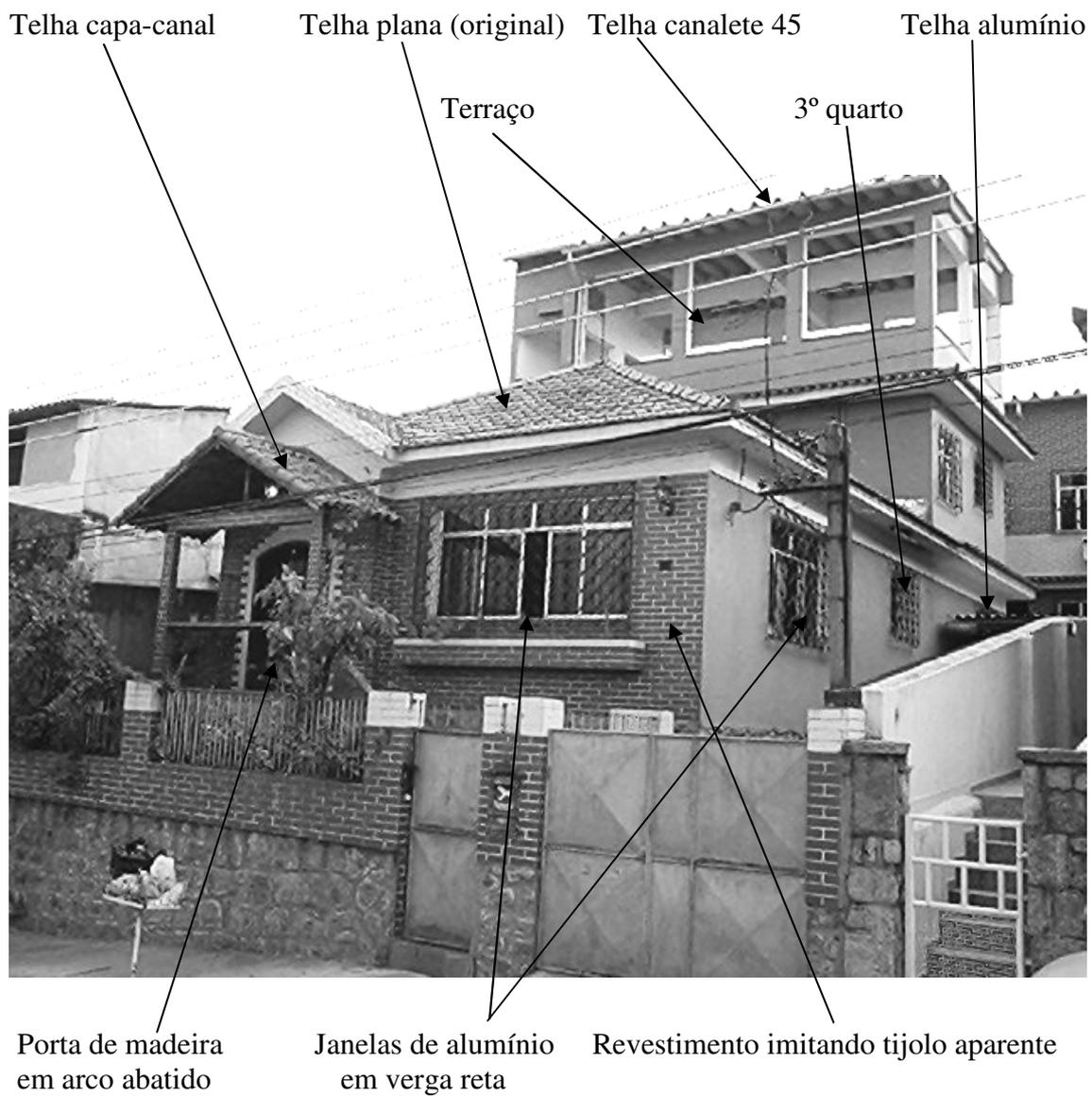
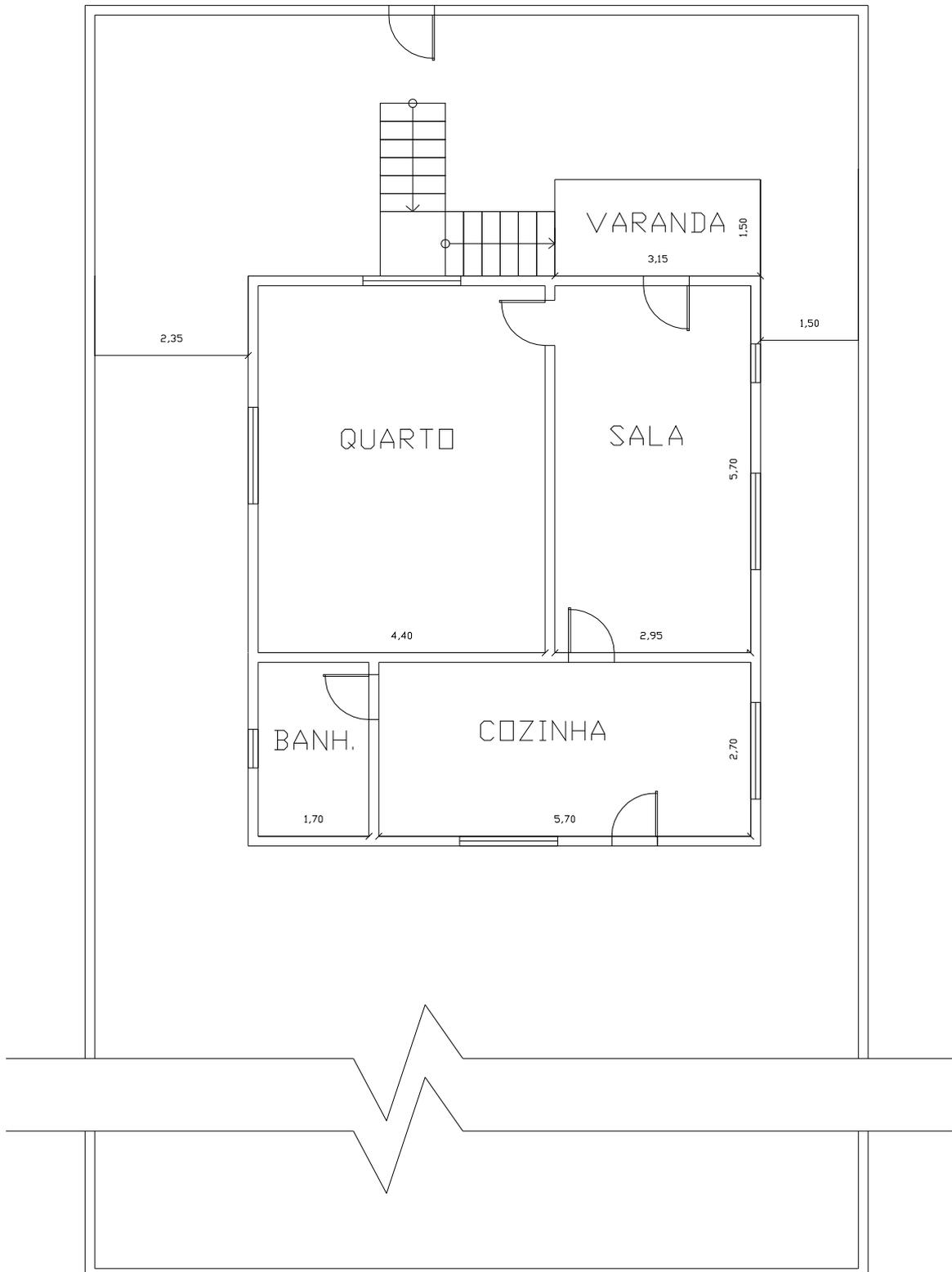


Figura 8: RESIDÊNCIA 1

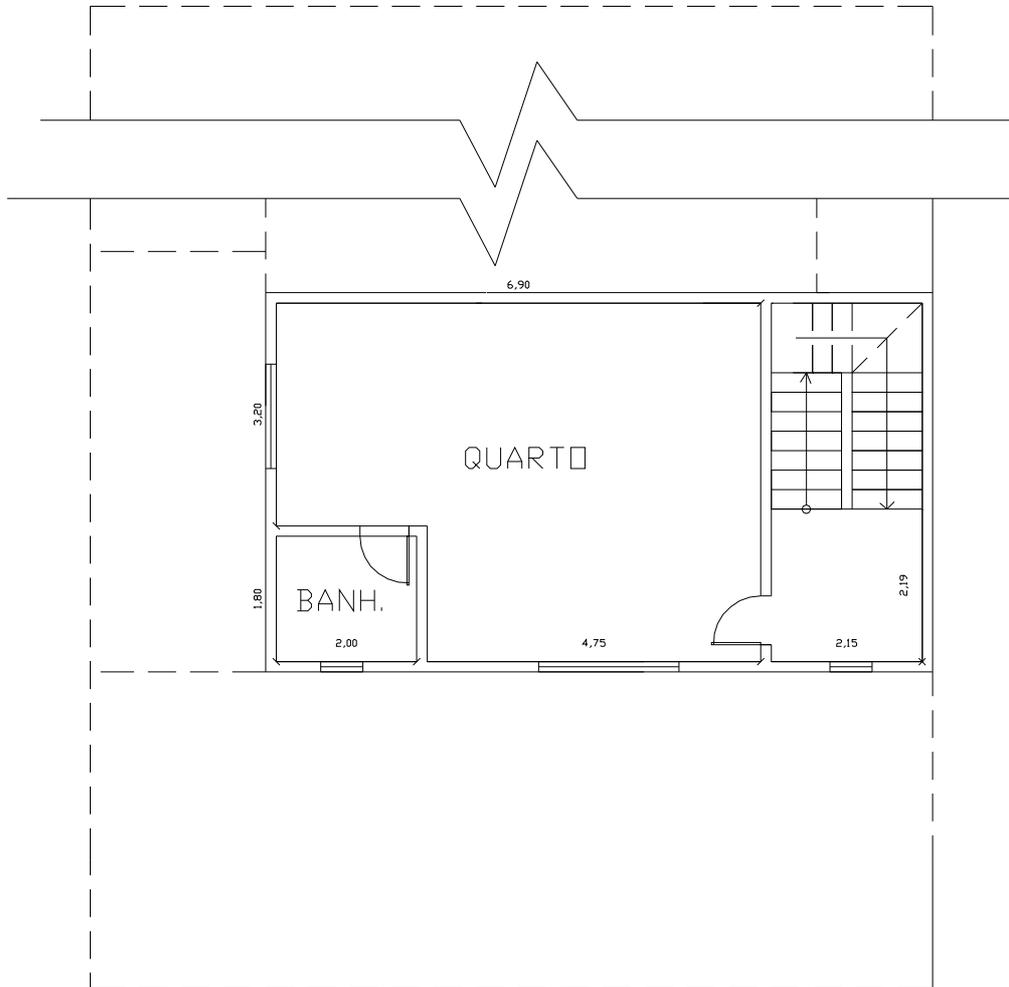
BAIRRO DE HIGIENÓPOLIS
R. PACHECO JORDÃO, Nº 39
(RESIDÊNCIA 1 ANTES DA REFORMA)



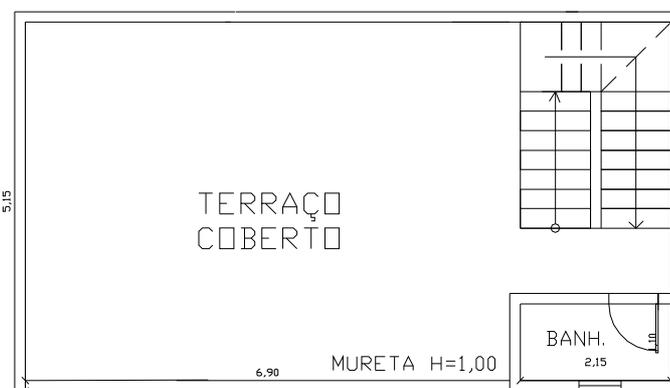
BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. PACHECO JORDÃO, Nº 39
(RESIDÊNCIA 1 DEPOIS DA REFORMA)



BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. PACHECO JORDÃO, Nº 39
(RESIDÊNCIA 1, 2º PAV., DEPOISDA REFORMA)



3º PAV.



3.4.2 RESIDÊNCIA 2 – Rua Frederico de Albuquerque, nº. 28

Na época da compra, os proprietários eram recém casados e não possuíam filhos. Estes (três) nasceram na década de 1960. Nesta época, o proprietário passou a ter necessidade de dar consultas pediátricas em sua residência. Esses fatores confluíram para um redimensionamento da residência, aumentando alguns cômodos (cozinha e sala), assim como se construindo outros (sala de espera e consultório). A reforma atendeu também um desejo do proprietário quando houve uma alteração da fachada. Esta, segundo ele, dava uma impressão de “igreja”²²; buscou então referências próprias, adquiridas em viagens feitas pelo Brasil. Procurou conservar, contudo, o piso de taco (Gongalo-Alves) em toda a residência, retirado apenas no consultório, por questões de facilidade de manutenção (“as crianças vomitam muito”). O proprietário declarou que apreciava muito madeira, pois era marceneiro amador; daí haver várias portas, janelas, piso desse material.

IDADE DA PROPRIETÁRIA (a época da reforma):	59 e 51 anos (marido e esposa, respectivamente)
PROFISSÃO:	Médico pediatra e proprietário de uma clínica médica.
RENDA FAMILIAR (valor aproximado):	30 salários mínimos.
CÔMODOS ANTES DA REFORMA:	Uma sala e uma saleta contígua a esta, dois quartos, uma cozinha, um banheiro, varanda e contava ainda com um banheiro de empregada e uma varanda na parte dos fundos da residência.
CÔMODOS APÓS A REFORMA:	Mais dois banheiros, um escritório, uma sala de jantar, a transformação de um quarto em dispensa e um consultório.
OUTRAS ALTERAÇÕES:	A primeira reforma alterou a escada que era construída em concreto armado e a paralela ao sentido longitudinal do terreno. Foi construída em seu lugar uma escada transversal ao terreno

²² O proprietário achava que a fachada original se assemelhava a uma igreja, principalmente pela forma da escada, assim como pelos elementos da fachada. Talvez isso seja devido a linguagem neocolonial da residência que remetia as igrejas coloniais.

	<p>e de mármore. A varanda foi aumentada, praticamente dobrando o tamanho desta. Havia ainda uma porta que dava acesso a uma saleta pela frente da residência, que foi fechada, tornando-se a entrada da saleta feita somente pela sala principal. O muro original era de pedra aparente e com um gradil de ferro de mais ou menos 30 cm que o encimava. Estes foram retirados e em seu lugar foi construído um muro de concreto. Na segunda reforma, cozinha foi aumentada em torno de 50% do tamanho original incorporando para isso a varanda dos fundos. Criando-se ainda nesse espaço da varanda uma dispensa. Colocou-se azulejo até o teto, tanto na cozinha quanto nos banheiros. Houve ainda a mudança da fachada, com alteração do telhado e da porta e da janela de entrada da casa. Foi construído também um terraço nos fundos do terreno acima da casa que pertence ao outro proprietário.</p>
OS FATORES QUE MAIS INFLUENCIARAM NA DECISÃO DOS MATERIAIS:	Estéticos, seguido por funcionais e pela facilidade de manutenção.
O QUE SE PROCUROU FAVORECER COM A REFORMA?	Tirar a aparência de <i>igreja</i> que possuía a antiga residência, dando um “ar mais aconchegante e mais atualizado”. Aumento da área interna da casa
ANÁLISE DO PROPRIETÁRIO APÓS A REFORMA:	Plenamente satisfeito
QUAIS AS ALTERAÇÕES QUE HOJE SERIAM FEITAS?	Colocaria azulejos somente até meia-parede na cozinha e no banheiro.
QUAIS PROFISSIONAIS FORAM CONSIDERADOS OS MAIS IMPORTANTES NO MOMENTO DA REFORMA:	Arquiteto



Mapa 8: Residência 2
Fonte: Google Earth



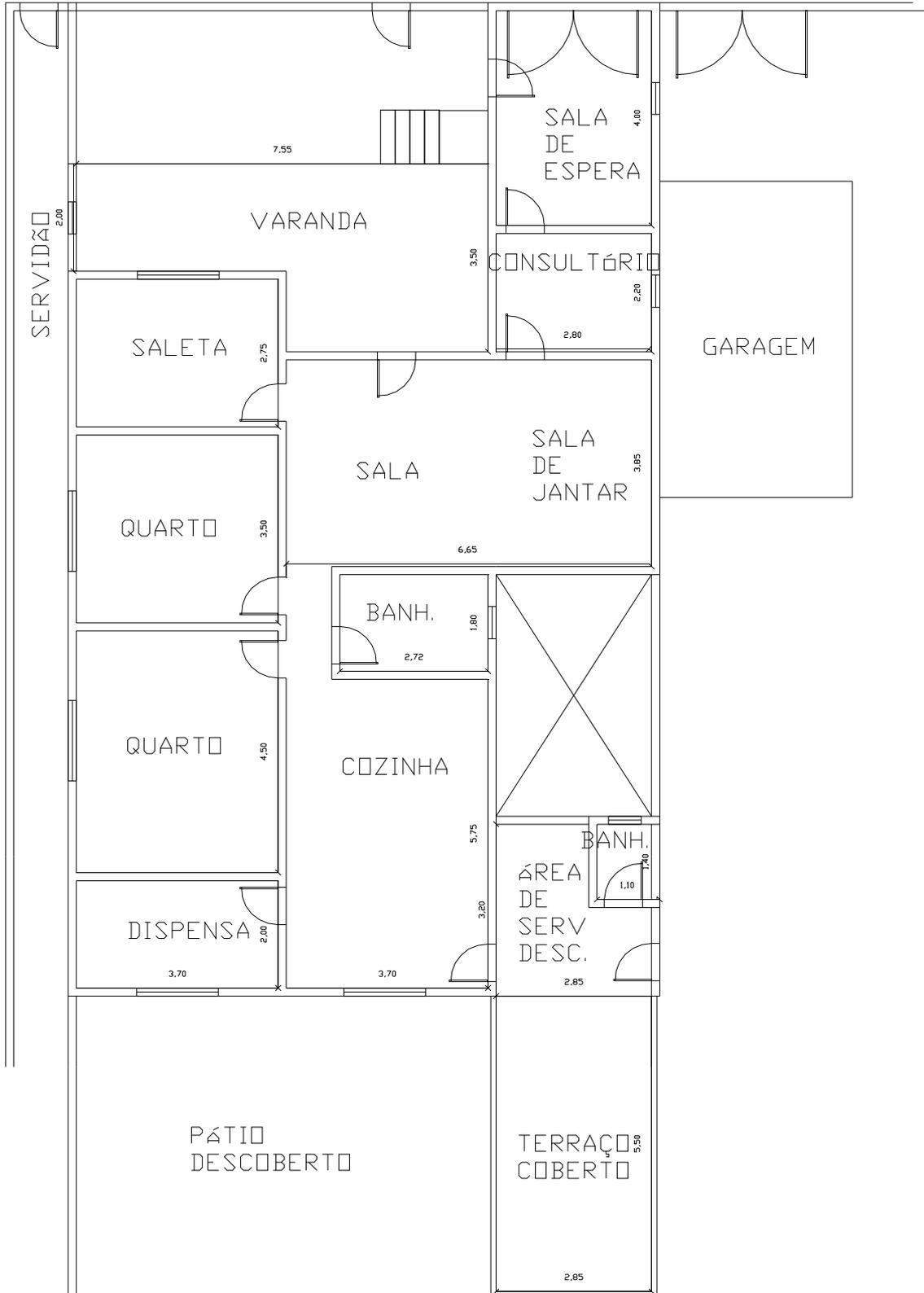
Figura 9: RESIDÊNCIA 2

Portão da atual garagem Portão da garagem antiga (atual consultório)

BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. FREDERICO DE ALBUQUERQUE,
Nº 28 (RESIDÊNCIA 2 ANTES DA REFORMA)



BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. FREDERICO DE ALBUQUERQUE, Nº 28
(RESIDÊNCIA 2, DEPOIS DA REFORMA)



3.4.3 RESIDÊNCIA 3 – Rua Frederico de Albuquerque, nº. 20

A casa não sofreu reformas significativas. Única preocupação, após a compra, foi dotar a residência de elementos de fácil manutenção e que conferissem a ela um aspecto “moderno”. Isso foi realizado, segundo o proprietário, com a alteração da fachada original e a substituição dos revestimentos. Embora seja uma família portuguesa, a única coisa que se pôde perceber como uma reminiscência da origem lusitana consistiu na parreira plantada na frente da casa. O proprietário declarou ter tido uma origem pobre, daí não “sentir falta de uma arquitetura portuguesa”. Este insistiu ainda na necessidade de uma boa garagem devido a sua profissão.

IDADE DA PROPRIETÁRIA (a época da reforma):	41 anos
PROFISSÃO:	Taxista.
RENDA FAMILIAR (valor aproximado):	8 salários mínimos.
CÔMODOS ANTES DA REFORMA:	Sala, dois quartos, uma cozinha, uma copa conjugada a cozinha, um banheiro, e mais um quarto anexo localizado abaixo da casa no desnível do terreno.
CÔMODOS APÓS A REFORMA:	Acréscimo de um terraço
OUTRAS ALTERAÇÕES:	Alteração da fachada frontal, ampliação da sala com o fechamento da varanda, troca do piso da sala, os tacos de madeira foram substituídos por piso cerâmico, além disso, houve a substituição dos azulejos do banheiro e da cozinha com azulejos até o teto, ao invés de meia-parede como na casa original. Troca de todas as janelas de madeira por alumínio e da porta frontal, também em madeira, por ferro. Foi construído um terraço nos fundos da casa utilizando-se para a cobertura telhas de amianto tipo canaleta 45, cujo mesmo modelo foi empregado também na parte frontal da casa durante a reforma. O jardim que havia na frente da casa foi revestido de ardósia, assim como toda a garagem que é contígua a este.
OS FATORES QUE MAIS INFLUENCIARAM NA DECISÃO	facilidade da manutenção e conferir uma “modernização”.

DOS MATERIAIS:	
O QUE SE PROCUROU FAVORECER COM A REFORMA?	Aumentar a área útil da sala e dar a fachada “um ar mais bonito tirando aquela imagem de coisa velha”.
ANÁLISE DO PROPRIETÁRIO APÓS A REFORMA:	Satisfeito
QUAIS AS ALTERAÇÕES QUE HOJE SERIAM FEITAS?	Elevação do muro frontal e a não colocação de mármore na fachada, pois “dá a impressão de casa de gente rica, comprometendo a segurança”.
QUAIS PROFISSIONAIS FORAM CONSIDERADOS OS MAIS IMPORTANTES NO MOMENTO DA REFORMA:	Pedreiro





Mapa 9: Residência 3
Fonte: Google Earth

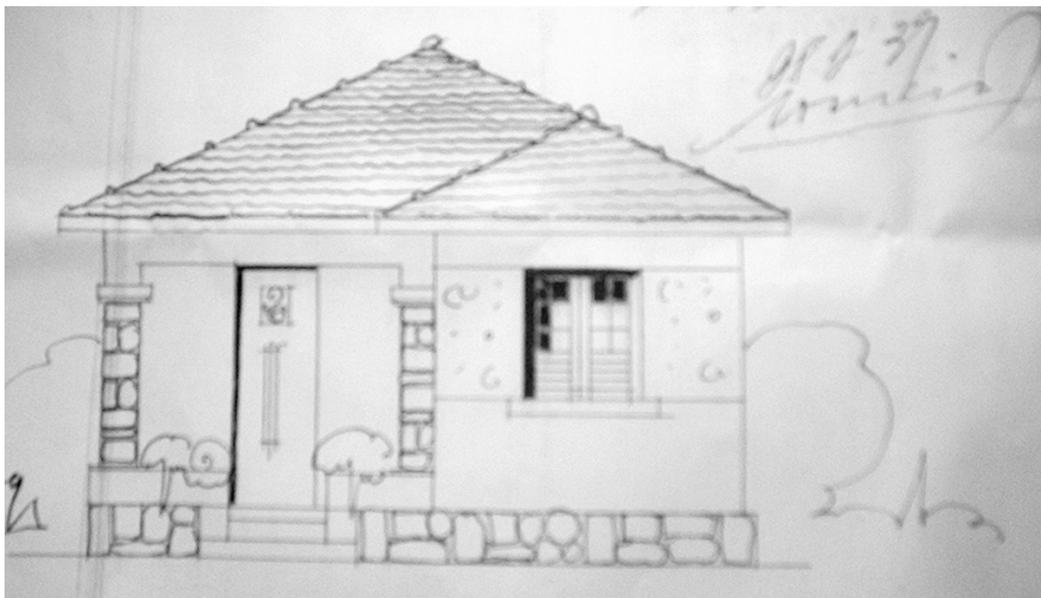


Figura 10: Residência 3: Desenho da fachada original



Figura 11: Residência 3: fachada após a reforma.

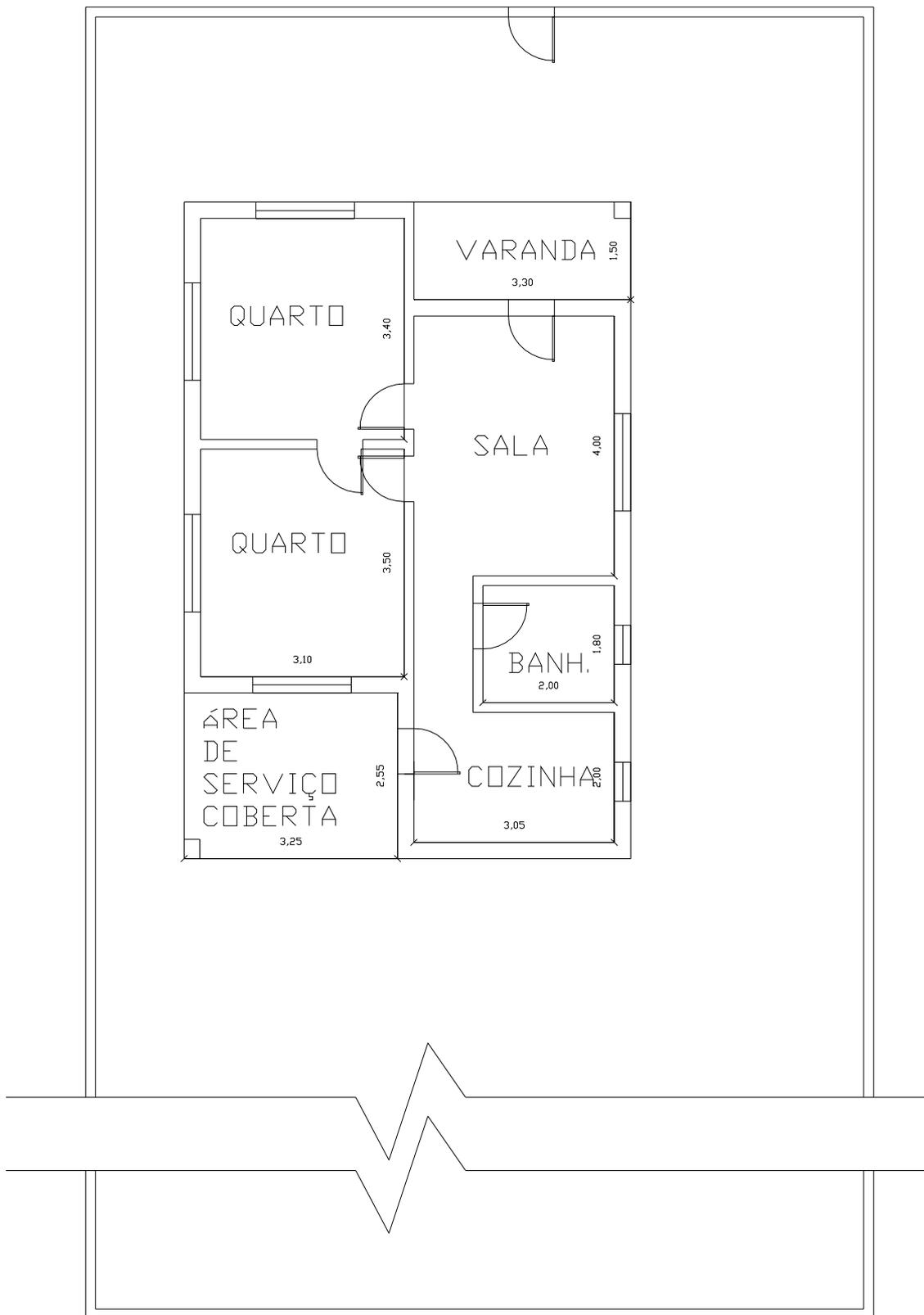
Terraço coberto (telha canaleta 45) Telhado original Platibanda com telha canaleta 45

Garagem

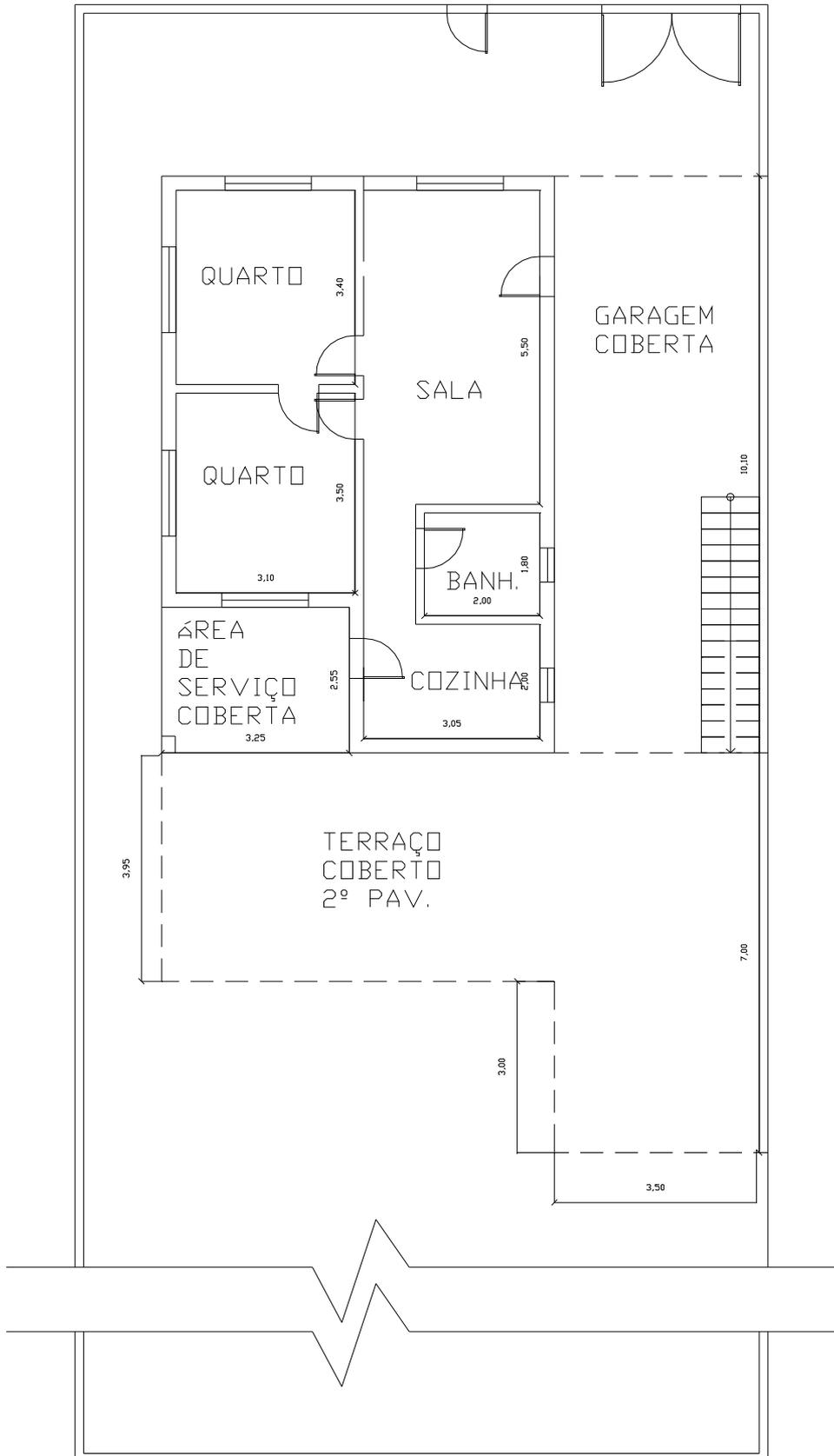


Figura 12: RESIDÊNCIA 3

BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. FREDERICO DE ALBUQUERQUE, Nº 20
(RESIDÊNCIA 3 ANTES DA REFORMA)



BAIRRO DE HIGIENÓPOLIS
R. FREDERICO DE ALBUQUERQUE, Nº 20
(RESIDÊNCIA 3 DEPOIS DA REFORMA)



3.4.4 RESIDÊNCIA 4 – Rua Astréia, nº. 120/101 fundos

Esta residência se localiza em um prédio multifamiliar de duas unidades. Entretanto, no bairro, esse tipo de moradia é chamada nos anúncios de vendas de imóveis de “apartamento tipo casa”. Esta residência é um exemplo significativo, pois esse tipo de moradia tornou-se muito comum no bairro, a partir do final da década de 1940, com o aproveitamento do lote para casas de aluguel. De todas as casas pesquisadas, essa família é que detém menor poder aquisitivo. Isso se traduz na atividade da proprietária em utilizar parte do quarto como loja para vender doces que ela mesma faz ou revende. Essa atividade não influenciou na reforma da residência, segundo a moradora, já que a dimensão do quarto fazia parte do projeto original. Percebe-se, todavia, que a cozinha é um local importante da residência e que foi determinante para a reforma, já que a proprietária demandava um local de trabalho “mais apropriado”.

IDADE DA PROPRIETÁRIA (a época da reforma):	62 e 51 anos (marido e esposa, respectivamente)
PROFISSÃO:	Gerente de loja de roupas e doceira.
RENDA FAMILIAR (valor aproximado):	7 salários mínimos.
CÔMODOS ANTES DA REFORMA:	Sala, um quarto, um banheiro, uma cozinha e uma área de serviço, localizada em um quintal aberto.
CÔMODOS APÓS A REFORMA:	Um segundo quarto e uma cozinha no local da área, e esta foi transferida para outra área aberta à frente da residência. Houve também a demolição da parede divisória entre a antiga cozinha e a sala, havendo, conseqüentemente, um aumento da dimensão da sala, que era extremamente exígua.
OUTRAS ALTERAÇÕES:	Janelas de madeira e basculante de todos os cômodos da residência substituídos por janelas de alumínio. Porta de entrada de madeira substituída por porta de ferro, assim como instalada uma outra, também de ferro, na entrada da cozinha. Piso de taco de madeira, presente no quarto, na sala e no corredor substituído por revestimento cerâmico. O

	azulejo do banheiro e da cozinha, até meia-parede substituído sendo posto até o teto.
OS FATORES QUE MAIS INFLUENCIARAM NA DECISÃO DOS MATERIAIS:	Custos
O QUE SE PROCUROU FAVORECER COM A REFORMA?	Aumento dos cômodos e “melhorar a aparência da casa” como um todo
ANÁLISE DO PROPRIETÁRIO APÓS A REFORMA:	Totalmente satisfeito.
QUAIS AS ALTERAÇÕES QUE HOJE SERIAM FEITAS?	Nenhuma.
QUAIS PROFISSIONAIS FORAM CONSIDERADOS OS MAIS IMPORTANTES NO MOMENTO DA REFORMA:	Pedreiro.





Mapa 10: Residência 4
Fonte: Google Earth

Entrada de serviço Acesso ao sobrado Entrada principal

Cozinha



Figura 13: RESIDÊNCIA 4

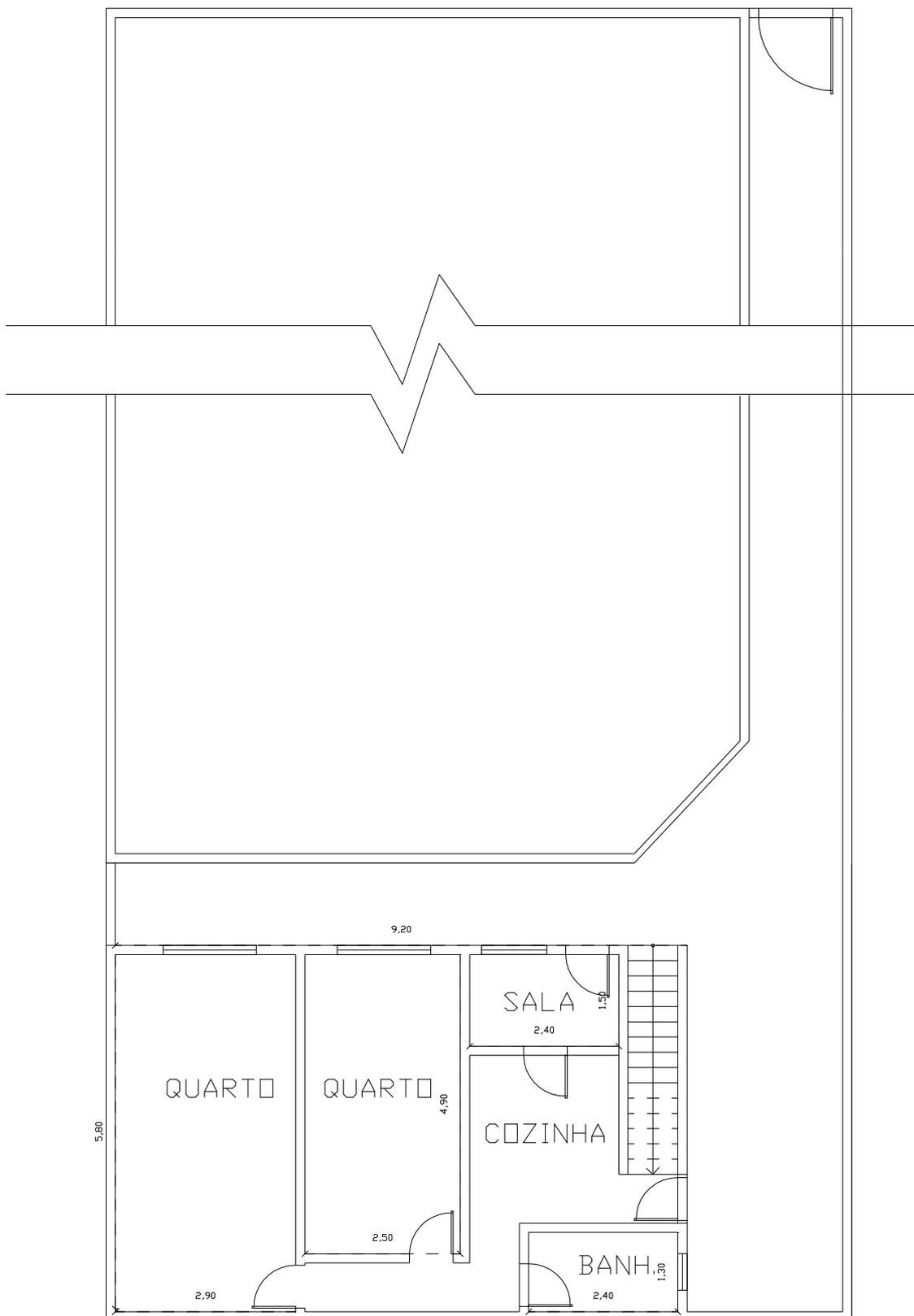
Entrada principal da frente Área de serviço Janela dos quartos Muro divisório com a casa

Janela da sala

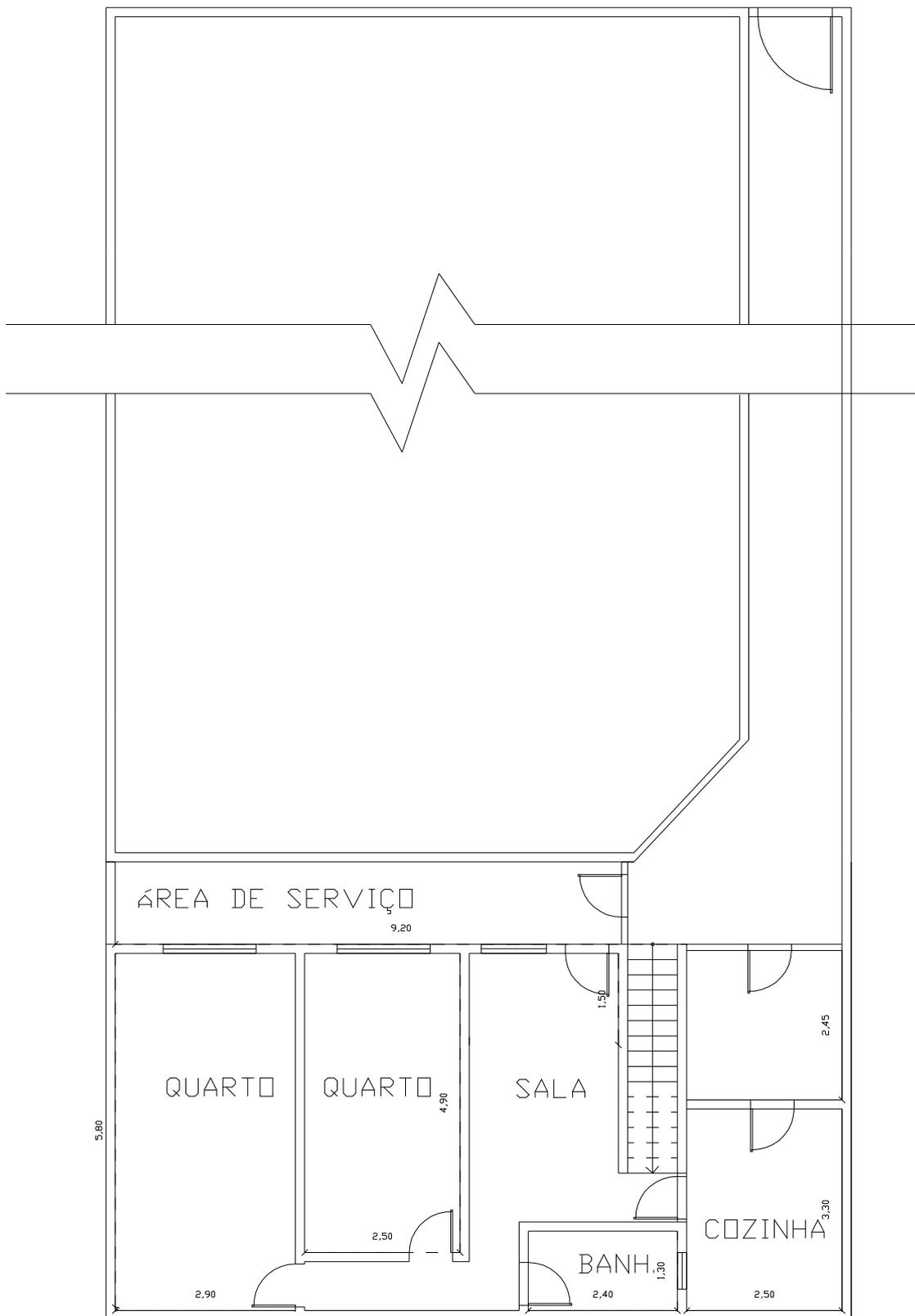


Figura 14: RESIDÊNCIA 4

BAIRRO DE HIGIENÓPOLIS
R. ASTRÉIA, Nº 120/101
(RESIDÊNCIA 4 ANTES DA REFORMA)



BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. ASTRÉIA, Nº 120/101
(RESIDÊNCIA 4 DEPOIS DA REFORMA)



3.4.5 RESIDÊNCIA 5– Rua Astréia, nº. 120

A residência sofreu uma drástica reforma que alterou consideravelmente a sua área útil, assim como sua aparência externa e disposição de cômodos. Segundo a moradora, tal aumento da residência foi determinado por uma inadequação inicial da residência ao número de pessoas que lá habitavam a época da compra. Havia ainda a expectativa de hospedar parentes. Ela reconheceu que não teve êxito na sua avaliação espacial. Ao mesmo tempo, ela viu como positiva a supressão de um dos quartos para melhorar a privacidade dos outros dois e criar uma sala de jantar.

IDADE DA PROPRIETÁRIA (a época da reforma):	49 e 47 anos (marido e esposa resp.).
PROFISSÃO:	Comerciantes (marido e esposa).
RENDA FAMILIAR (valor aproximado):	12 salários mínimos.
CÔMODOS ANTES DA REFORMA:	Sala, varanda, banheiro, dispensa, cozinha e três quartos.
CÔMODOS APÓS A REFORMA:	1º pav.: redução de um quarto (incorporado à sala) transformação da dispensa em banheiro da suíte, construção de uma copa. 2º pav.: terraço, um quarto e uma suíte. 3º pav.: terraço. Substituição de todas as janelas originais de madeira, por janelas de alumínio, inclusive os basculantes de ferro passaram a ser de alumínio. Contudo, na copa foi utilizado, a toda a sua volta, janelas de ferro. No banheiro e na cozinha, os azulejos em meia-parede foram substituídos por até o teto. Piso de taco substituído por piso cerâmico.
OUTRAS ALTERAÇÕES:	Revestimento da fachada.
OS FATORES QUE MAIS INFLUENCIARAM NA DECISÃO DOS MATERIAIS:	Praticidade, seguido de custos
O QUE SE PROCUROU FAVORECER COM A REFORMA?	Dar uma aparência mais moderna à fachada da residência e aumentar sua área útil.
ANÁLISE DO PROPRIETÁRIO APÓS A REFORMA:	A casa se tornou demasiadamente grande. A cozinha apresenta espaços mortos.

<p>QUAIS AS ALTERAÇÕES QUE HOJE SERIAM FEITAS?</p>	<p>Não seriam construídos o s segundo e terceiros pavimentos. Inversão do posicionamento da cozinha com o da copa.</p>
<p>QUAIS PROFISSIONAIS FORAM CONSIDERADOS OS MAIS IMPORTANTES NO MOMENTO DA REFORMA:</p>	<p>Arquiteto.</p>





Mapa 11: Residência 5
Fonte: Google Earth

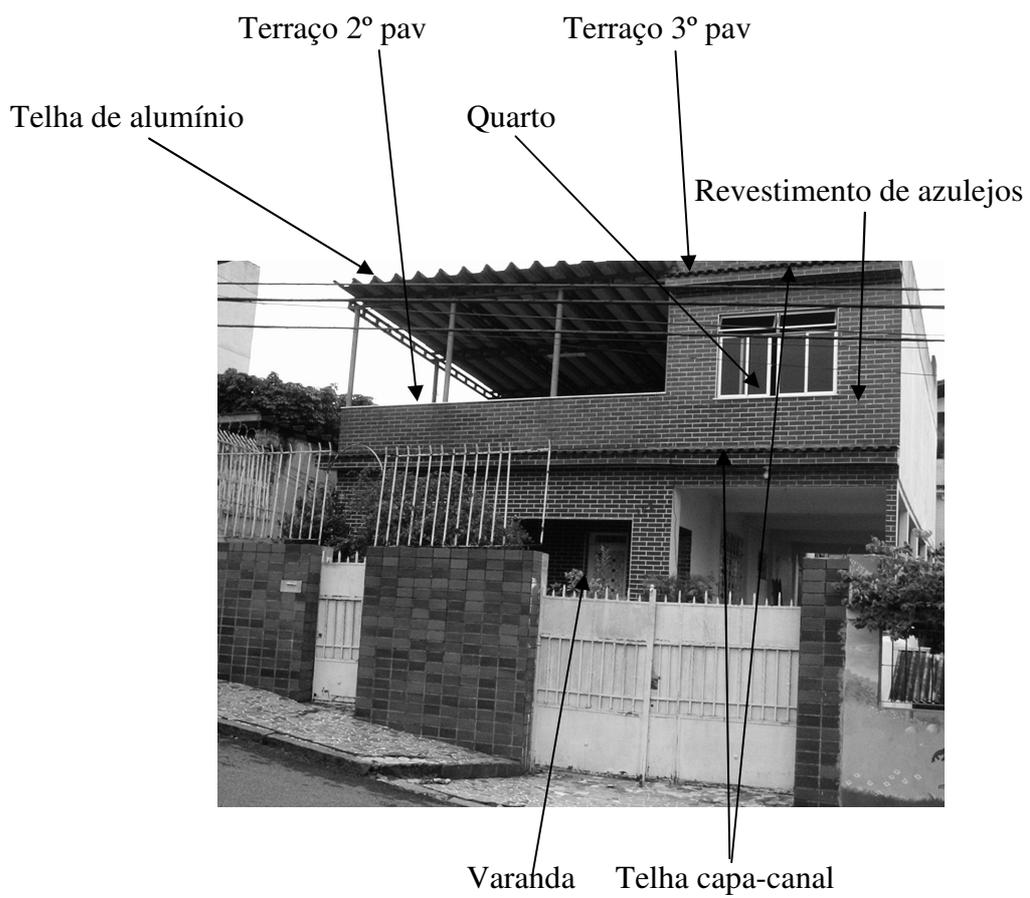


Figura 15: RESIDÊNCIA 5

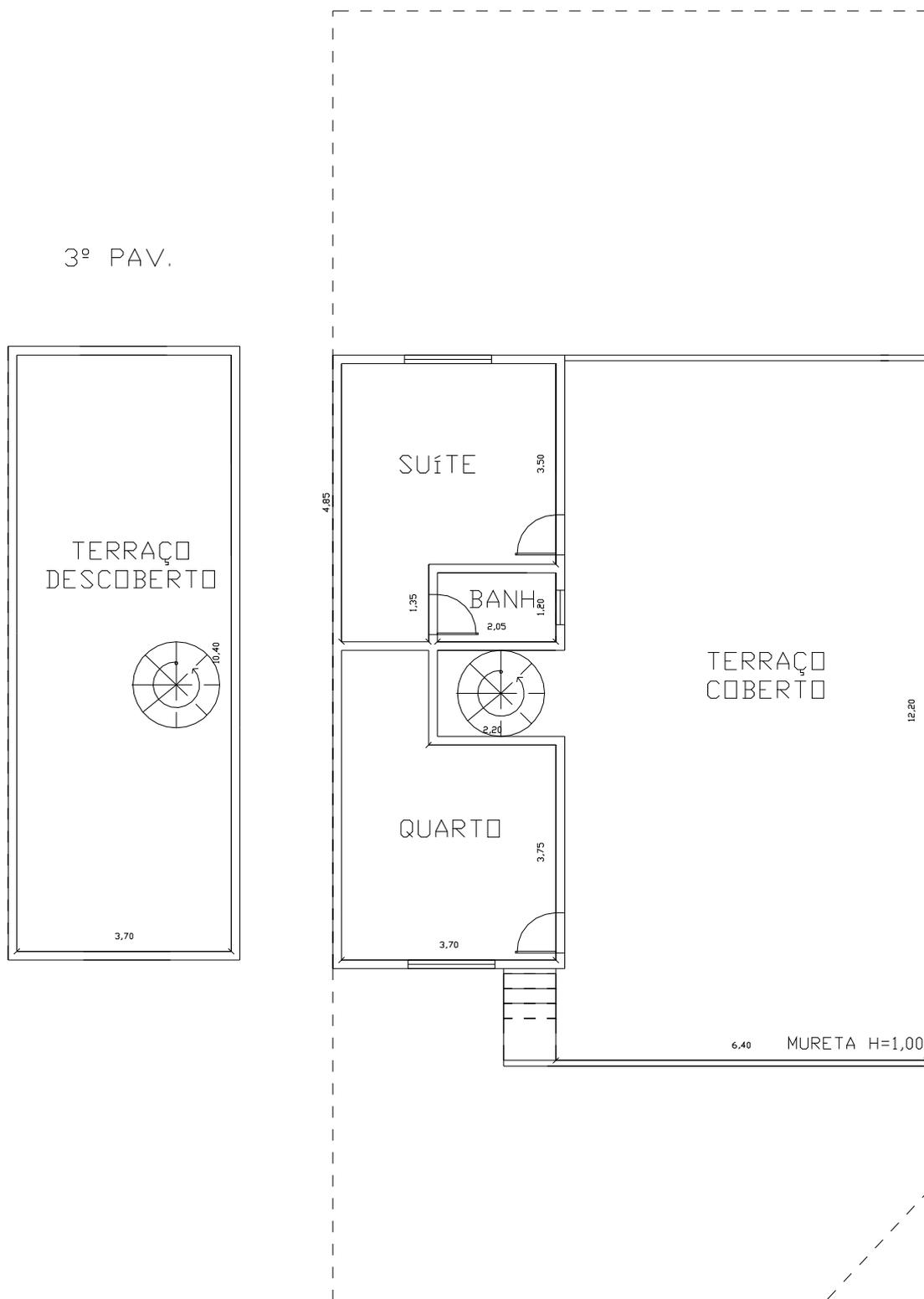
BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. ASTRÉIA, Nº 120
(RES. 5 ANTES DA REFORMA)



BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. ASTRÉIA, Nº 120
(RESIDÊNCIA 5 1ºPAV. DEPOIS DA REFORMA)



BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. ASTRÉIA, Nº 120
(RESIDÊNCIA 5 2º E 3º PAV. DEPOIS DA REFORMA)



3.4.6 RESIDÊNCIA 6 – Rua Carneiro da Rocha, nº. 185

A proprietária declarou que sua preocupação maior era aumentar o tamanho da residência, haja vista que ela teve um casal de filhos que demandavam uma privacidade. Além disso, sendo professora, ela necessitava de um local para corrigir os trabalhos e provas, do mesmo modo que seu marido também precisava de um escritório. Contudo, pela vida atribulada que levavam, ela sentia necessidade de uma casa “prática e fácil de limpar”, o que foi determinante para boa parte dos materiais escolhidos. A garagem também foi um item importante, pois havia dois carros na família e o índice de assaltos crescia, afirmou a proprietária.

IDADE DA PROPRIETÁRIA (a época da reforma):	35 e 30 anos (marido e esposa resp.)
PROFISSÃO:	Administrador; professora de inglês.
RENDA FAMILIAR (valor aproximado):	25 salários mínimos.
CÔMODOS ANTES DA REFORMA:	varanda, sala, três quartos, banheiro, cozinha, área de serviço.
CÔMODOS APÓS A REFORMA:	1º pav.: varanda, sala, escritório, banheiro, cozinha área de serviço; 2º pav.: saleta, dois quartos, suíte, varanda. Garagem para dois veículos.
OUTRAS ALTERAÇÕES:	As janelas originalmente de madeira foram substituídas por esquadrias de alumínio em toda a casa. Foi construído um segundo pavimento, onde foram instalados os dormitórios e mais uma saleta e varanda. Dos quartos do primeiro andar, dois serviram para ampliar a sala o outro foi transformado em escritório. O piso de taco, existente, foi substituído no primeiro andar por piso cerâmico e no segundo por paviflex. Na cozinha e no banheiro foram retirados o piso e os azulejos que eram até meia-parede, e substituídos por outro piso cerâmico e azulejos até o teto. O telhado foi, originalmente construído, com telha plana, porém, com a construção do segundo pavimento, ele teve que ser retirado utilizando-se telha de amianto canaleta 45. Com a criação da garagem, o jardim que se localizava na frente da casa teve

	que ser retirado, em seu lugar foi colocado piso de ardósia que serve de revestimento para a laje de cobertura da garagem.
OS FATORES QUE MAIS INFLUENCIARAM NA DECISÃO DOS MATERIAIS:	funcionais e <i>estéticos</i> , conjuntamente, em seguida manutenção, custos e facilidade de aquisição.
O QUE SE PROCUROU FAVORECER COM A REFORMA?	Aumento da casa
ANÁLISE DO PROPRIETÁRIO APÓS A REFORMA:	Diversos <i>espaços</i> novos foram criados tornando a residência de um tamanho um pouco maior que o esperado.
QUAIS AS ALTERAÇÕES QUE HOJE SERIAM FEITAS?	A porta de correr com vidro jateado entre a sala e a cozinha, que apesar de ter sido relativamente cara, nunca foi utilizada, portanto, não seria atualmente instalada. Na sala, houve há uma dificuldade de circulação devido à construção da escada, ocasionando um espaço <i>perdido</i> entre a mesa e a cozinha. Não seriam postos azulejos até o teto. Não seria utilizado paviflex no andar superior.
QUAIS PROFISSIONAIS FORAM CONSIDERADOS OS MAIS IMPORTANTES NO MOMENTO DA REFORMA:	Decorador e em segundo lugar um arquiteto.



Mapa 12: Residência 6
Fonte: Google Earth

Telha canaleta 45

Guarda-corpo em ferro fundido



Figura 16: RESIDÊNCIA 6 - FUNDOS

Figura 17: RESIDÊNCIA 6 - FRENTE

Entrada da garagem

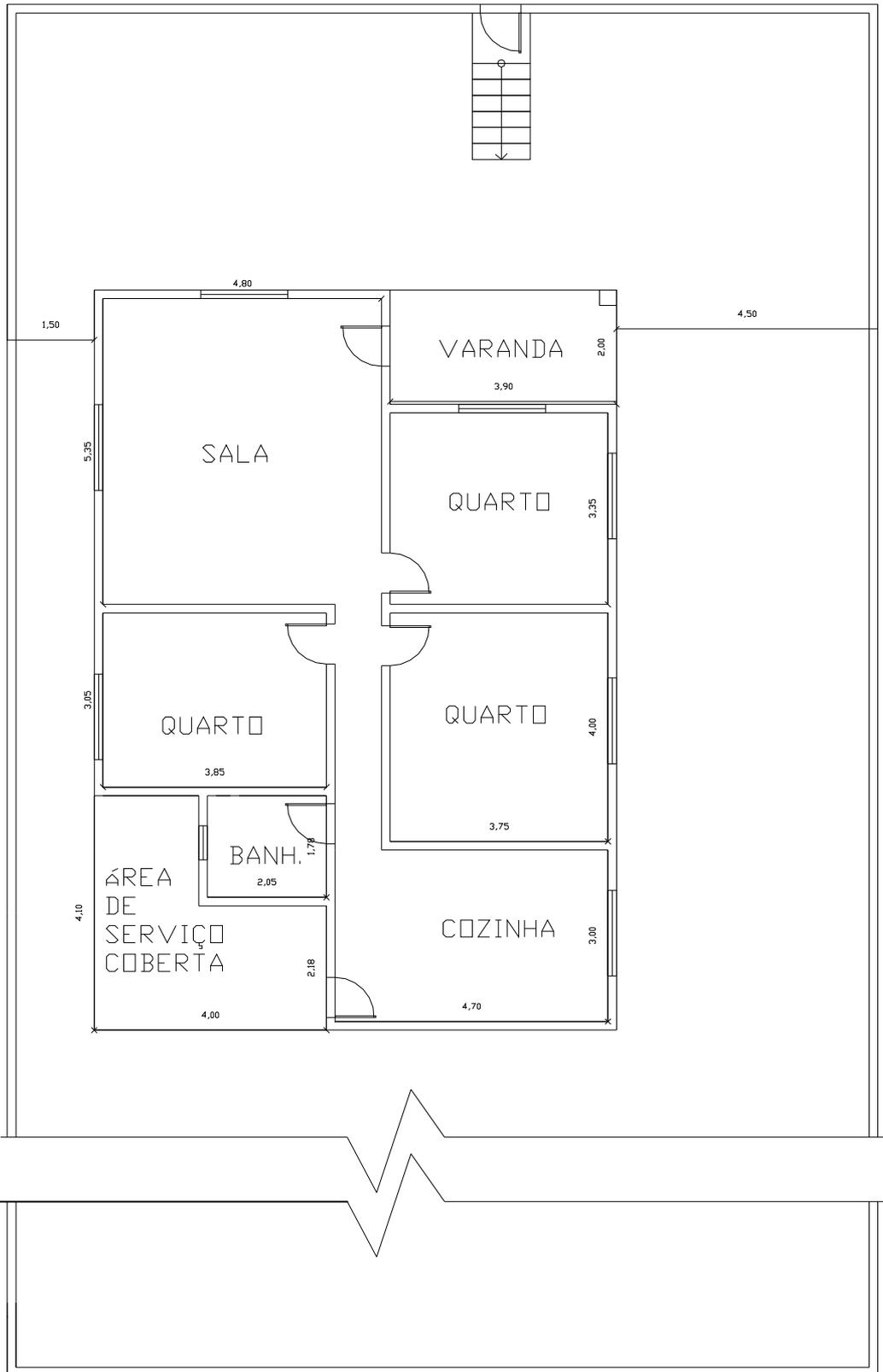


Entrada da principal

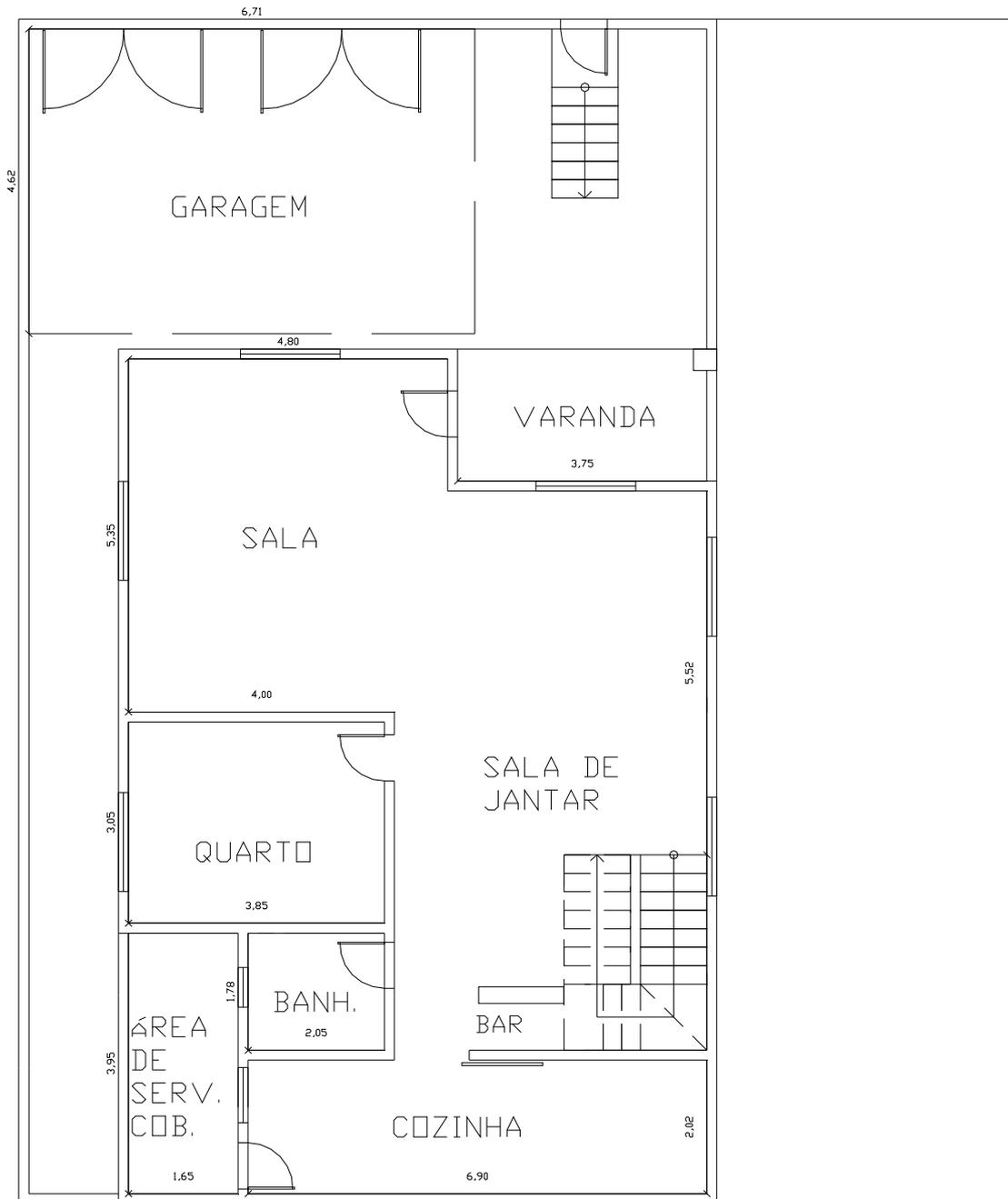
Entrada principal e da garagem da casa dos fundos

Figura 18: RESIDÊNCIA 6 — FRENTE

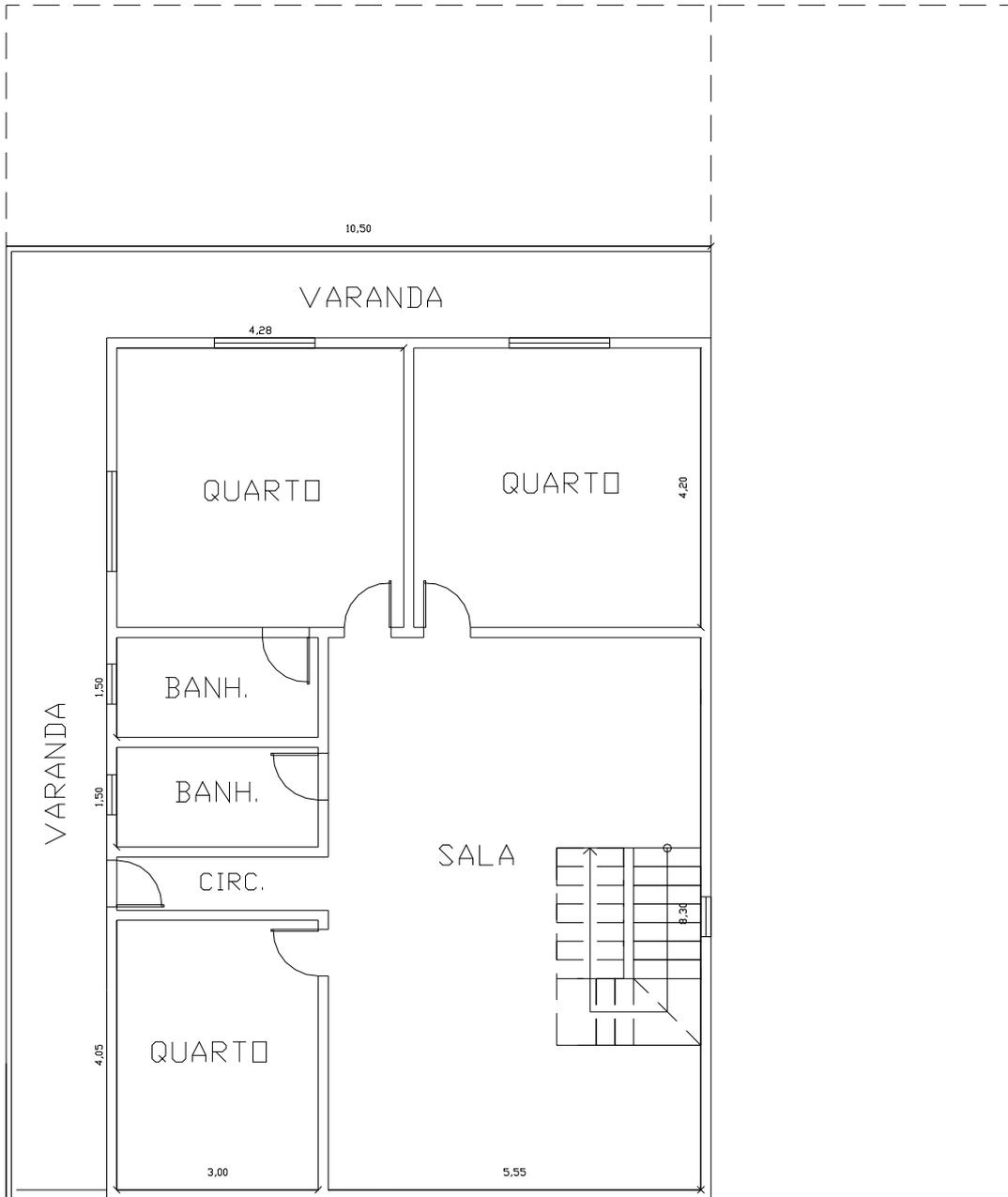
BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. CARNEIRO DA ROCHA, Nº 185
(RESIDÊNCIA 6 ANTES DA REFORMA)



BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. CARNEIRO DA ROCHA, Nº 185
(RESIDÊNCIA 6 DEPOIS DA REFORMA)



BAIRRO HIGIENOPOLIS
R. CARNEIRO DA ROCHA, Nº 185
(RESIDÊNCIA 6, 2º PAV., DEPOIS DA REFORMA)



3.4.7 RESIDÊNCIA 7 – Rua Astréia nº. 115

A reforma foi feita, segundo o proprietário, visando aumentar a área útil da residência, principalmente em relação ao setor de serviço e a sala. Houve também a intenção de constituir um local para o automóvel. Além disso, houve a preocupação de se “modernizar” a casa através da substituição dos revestimentos da cozinha e do banheiro. O proprietário procurou conservar um jardim a frente da residência juntamente com uma varanda com telhas coloniais, a fim de propiciar um “ar mais bucólico a casa”. A privacidade dos quartos foi, por fim, o último item citado pelo proprietário, para a realização da reforma.

IDADE DA PROPRIETÁRIA (a época da reforma):	<ul style="list-style-type: none">• 51
PROFISSÃO:	<ul style="list-style-type: none">• Advogado.
RENDA FAMILIAR (valor aproximado):	<ul style="list-style-type: none">• 20 salários mínimos.
CÔMODOS ANTES DA REFORMA:	<ul style="list-style-type: none">• Uma varanda, uma sala, três quartos, um banheiro, uma copa e uma cozinha
CÔMODOS APÓS A REFORMA:	<ul style="list-style-type: none">• Mais um quarto, uma área de serviço com um banheiro contíguo, uma garagem, e no lugar da cozinha foi criada uma copa, sendo construída uma nova cozinha. A sala foi ampliada incorporando o espaço da varanda, e uma nova varanda.
OUTRAS ALTERAÇÕES:	<ul style="list-style-type: none">• Nas áreas úmidas, houve a troca das pastilhas originais por porcelanato – cozinha e copa – e piso cerâmico – banheiros. Além disso, houve ainda a substituição dos azulejos da parede da cozinha (transformada em copa) e do banheiro por outros, sendo que estes foram colocados até o teto ao invés de meia-parede original, o mesmo aconteceu com a nova cozinha. As janelas originais, assim como a porta externa de madeira, foram substituídas por janelas e porta de alumínio. As portas internas originais de madeira foram trocadas por outras portas de madeira.
OS FATORES QUE MAIS INFLUENCIARAM NA DECISÃO	<ul style="list-style-type: none">• Estética e em segundo lugar, quase que

DOS MATERIAIS:	concomitantemente, os custos dos materiais.
O QUE SE PROCUROU FAVORECER COM A REFORMA?	<ul style="list-style-type: none"> • Maior privacidade dos quartos e da sala. • Aumento da área útil interna (mais um quarto, copa, área de serviço, aumento da sala)
ANÁLISE DO PROPRIETÁRIO APÓS A REFORMA:	<ul style="list-style-type: none"> • Plenamente satisfeito
QUAIS AS ALTERAÇÕES QUE HOJE SERIAM FEITAS?	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma
QUAIS PROFISSIONAIS FORAM CONSIDERADOS OS MAIS IMPORTANTES NO MOMENTO DA REFORMA:	<ul style="list-style-type: none"> • Arquiteto





Mapa 13: Residência 7
Fonte: Google Earth

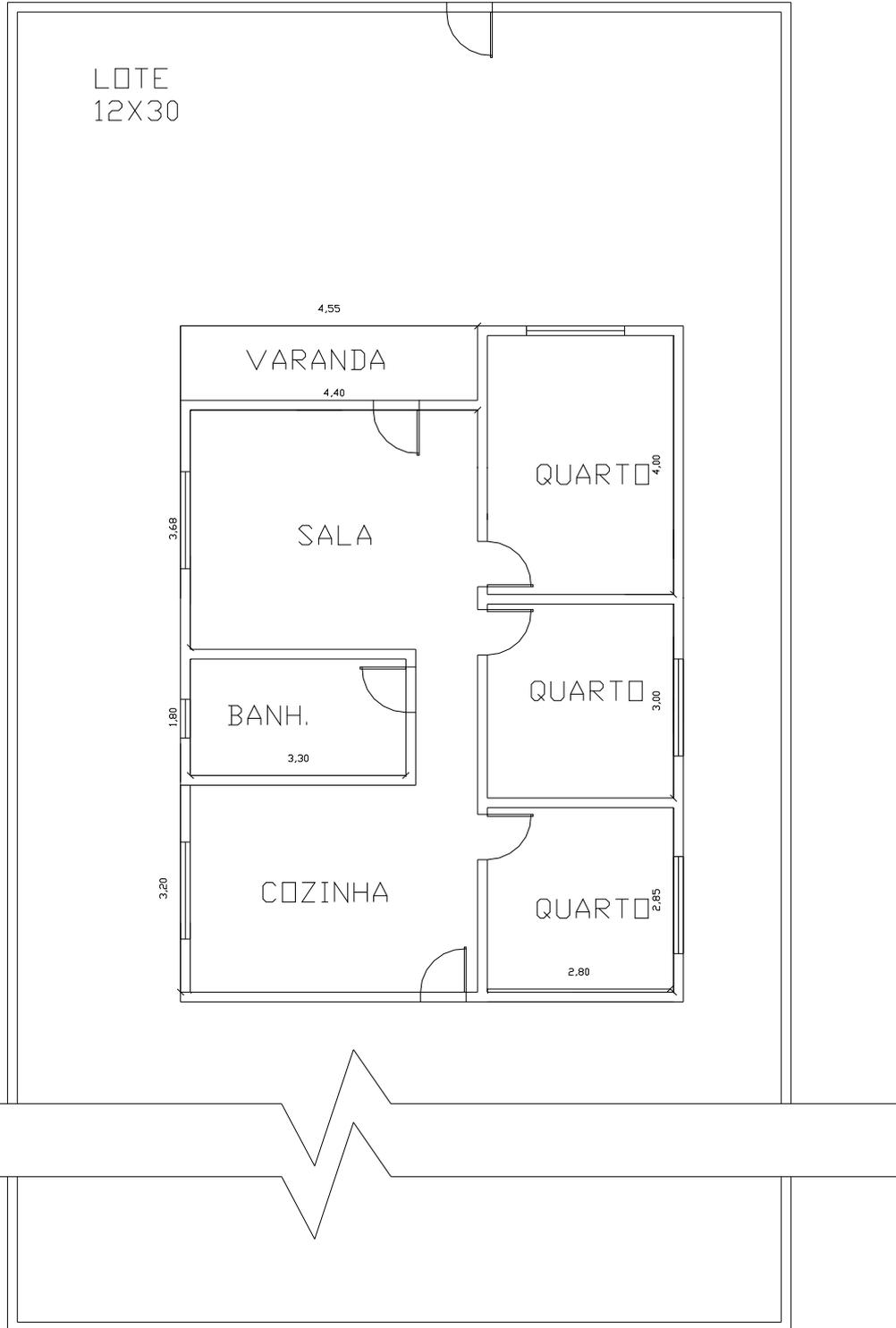
VARANDA NOVA

GARAGEM

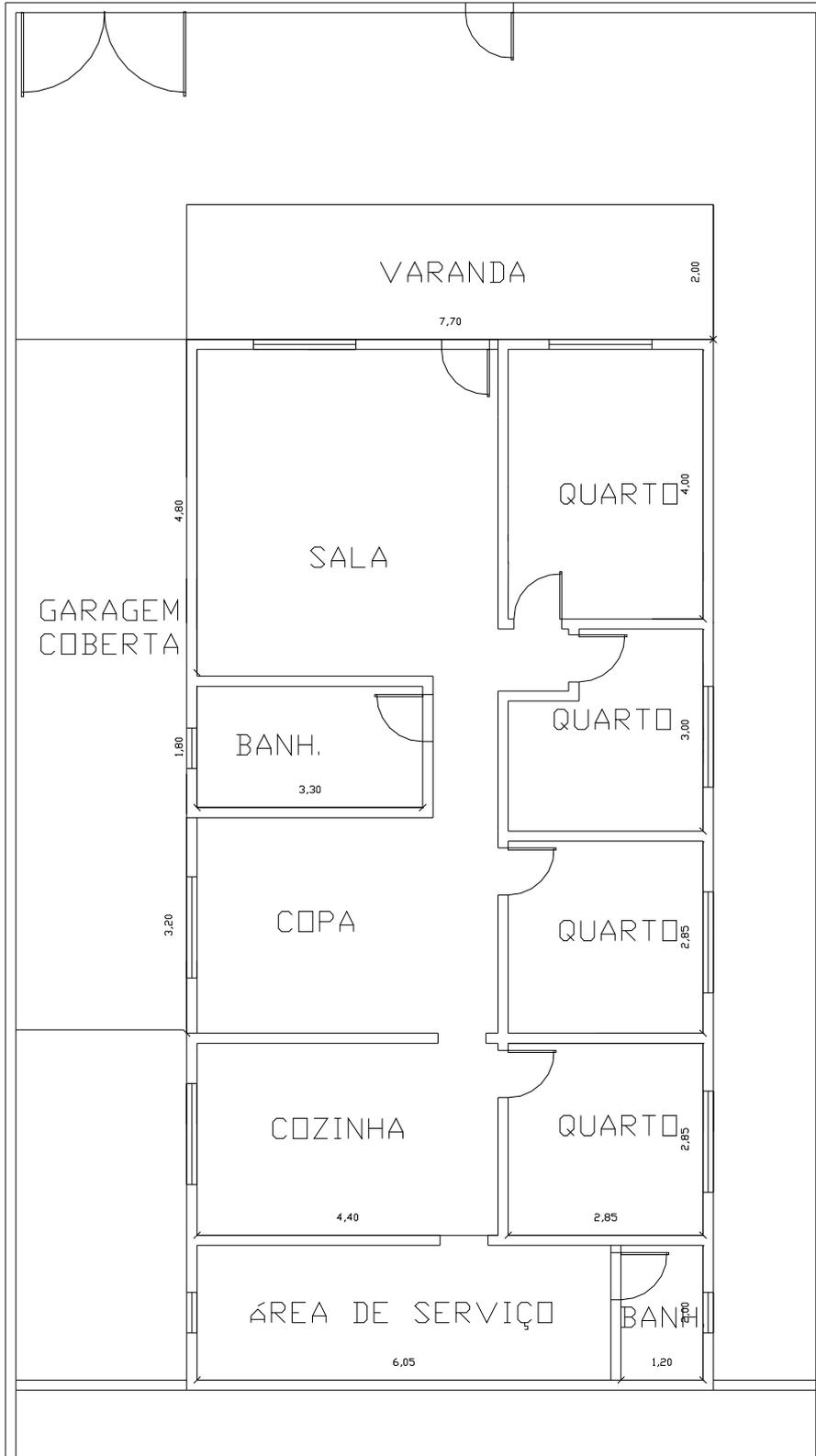


Figura 19: RESIDÊNCIA 7

BAIRRO HIGGIENÓPOLIS
R. ASTRÉIA, Nº 115
(RESIDÊNCIA 7, ANTES DA REFORMA)



BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. ASTRÉIA, Nº 115
(RESIDÊNCIA 7, DEPOIS DA REFORMA)



3.4.8 RESIDÊNCIA 8 – Rua Astréia, nº. 103

A proprietária é filha do construtor e primeiro proprietário da residência. As alterações realizadas foram devido ao piso e esquadrias que foram atacados por cupins, sendo substituídos por algo mais em conta (ardósia no piso). A proprietária sentiu necessidade de aumentar a sala, pois esta era muito pequena. Além disso, achava bastante necessário redimensionar o setor de serviço, pois este era um local, segundo ela, muito usado, ao mesmo tempo, que não mais sentia necessidade de um quarto de serviço. O aumento da varanda também foi citado como um elemento que, segundo a proprietária, daria um maior contato com o jardim, sendo este um local em que ela gostava de cuidar e permanecer.

IDADE DA PROPRIETÁRIA (a época da reforma):	51 anos
PROFISSÃO:	Micro-empresária
RENDA FAMILIAR (valor aproximado):	13 salários mínimos.
CÔMODOS ANTES DA REFORMA:	Varanda, sala, três quartos, banheiro, copa, cozinha.
CÔMODOS APÓS A REFORMA:	Varanda, sala, três quartos, banheiro, copa, cozinha, área de serviço e garagem.
OUTRAS ALTERAÇÕES:	O banheiro foi colocado no lugar da copa, e esta foi construída onde antes era a cozinha. A cozinha foi instalada onde anteriormente se localizava o banheiro. Na sala e nos quartos, o piso de taco foi trocado por ardósia, em virtude do ataque de cupins. Isso aconteceu também com as janelas que foram colocadas no lugar das de madeira, janelas de alumínio. Todas as portas foram substituídas por novas portas de madeira similares as originais. No banheiro, na copa e na cozinha substituiu-se o azulejo de meia-parede por até o teto, assim como a troca de todo o piso dessas áreas por similares mais <i>modernos</i> . Fechamento do corredor externo do lado esquerdo do terreno
OS FATORES QUE MAIS INFLUENCIARAM NA DECISÃO	Estéticos e práticos (“as telhas poderiam conferir um ar mais pitoresco e o piso de ardósia e as esquadrias de alumínio não

DOS MATERIAIS:	propiciariam a criação de cupins”)
O QUE SE PROCUROU FAVORECER COM A REFORMA?	Maior proximidade do banheiro com os dois quartos da frente. Ampliação do tamanho da cozinha e maior privacidade. Maior privacidade dos quartos. Aumento do tamanho da sala.
ANÁLISE DO PROPRIETÁRIO APÓS A REFORMA:	Satisfeito.
QUAIS AS ALTERAÇÕES QUE HOJE SERIAM FEITAS?	Nenhuma.
QUAIS PROFISSIONAIS FORAM CONSIDERADOS OS MAIS IMPORTANTES NO MOMENTO DA REFORMA:	Pedreiro.





Mapa 14: Residência 8
Fonte: Google Earth

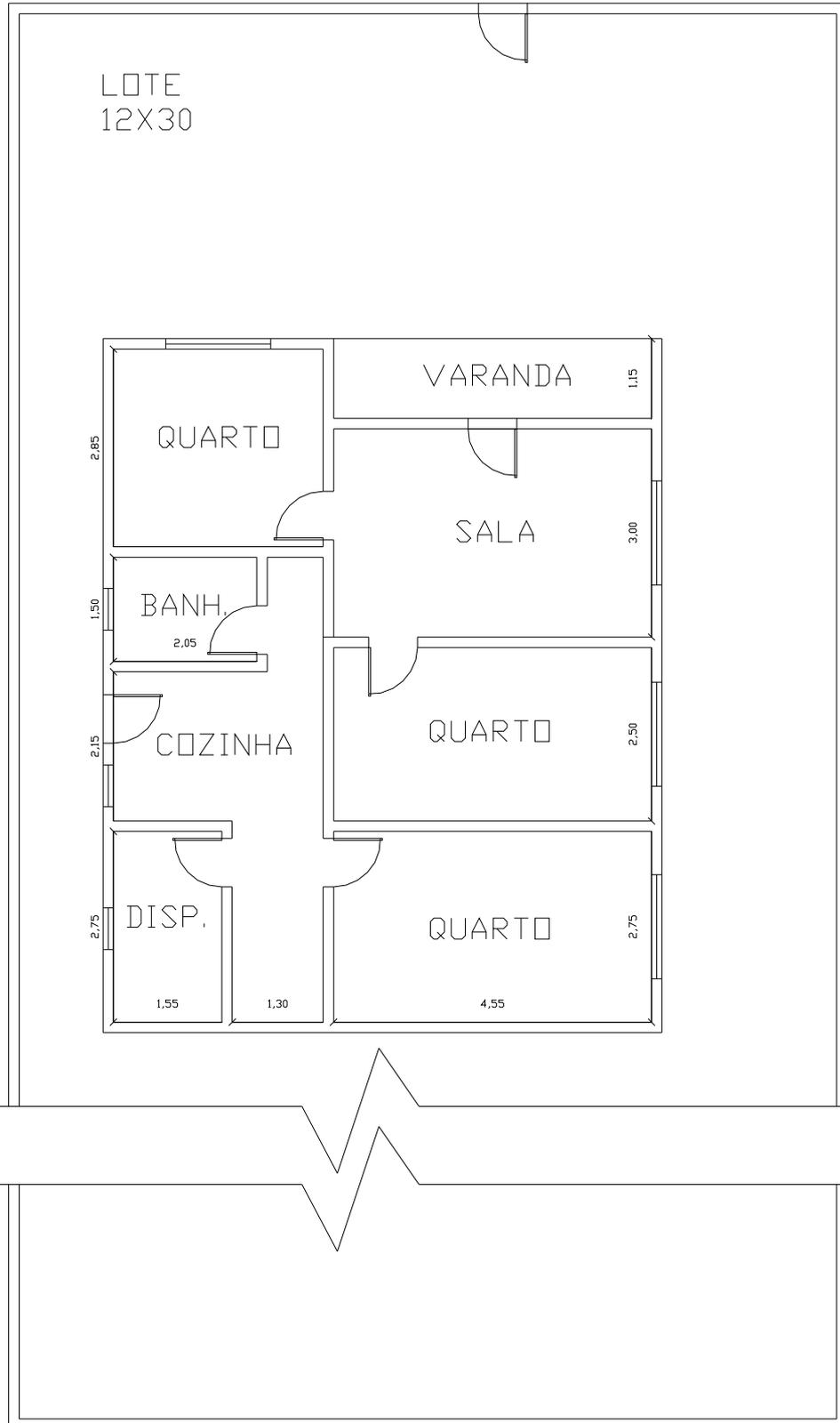
Telhado da nova varanda (telha capa-canal)

Telhado original (telha plana)

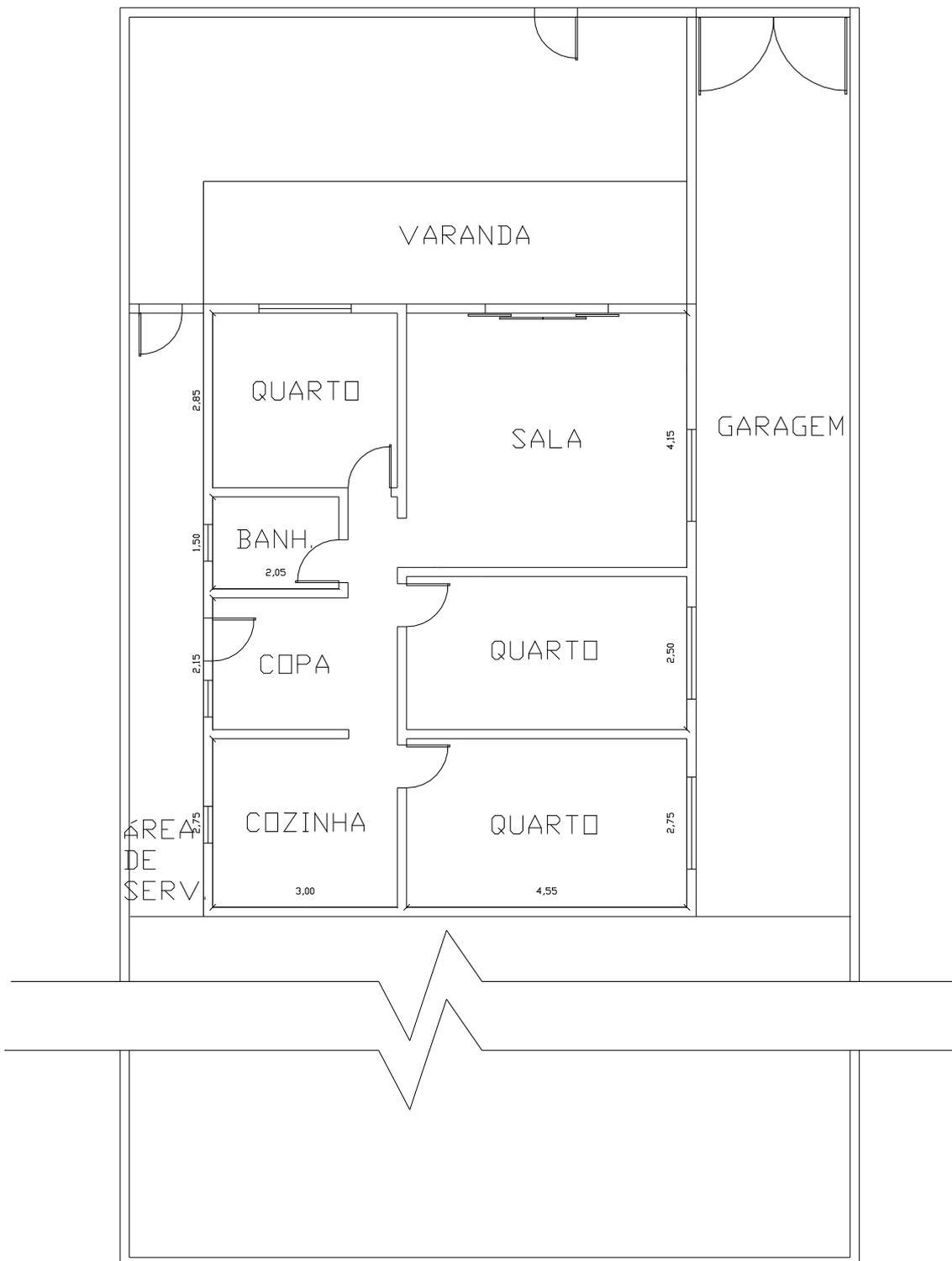


Figura 20: RESIDÊNCIA 8

BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. ASTRÉIA, Nº 103
(RESIDÊNCIA 8 ANTES DA REFORMA)



BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. ASTRÉIA, Nº 103
(RESIDÊNCIA 8 DEPOIS DA REFORMA)



3.4.9 RESIDÊNCIA 9 – Rua Frederico de Albuquerque, nº. 9

O proprietário citou que se tratando de um imóvel antigo sentiu grande necessidade de trocar os revestimentos do banheiro e da cozinha. Esta, para ele, contudo, se revelou um local pequeno dado o tamanho da família e o hábito português de privilegiar a boa mesa como local de reunião familiar. Outro ponto destacado foi “melhorar” a garagem a fim de criar um local em que as ferramentas de serviço pudessem ser guardadas. O jardim para o casal era um local que deveria ser preservado, pois estes gostavam de plantar couves, parreiras e diversos legumes, costume que eles disseram trazido de Portugal.

IDADE DA PROPRIETÁRIA (a época da reforma):	49 anos
PROFISSÃO:	Técnico eletricista da LIGHT e prestava também serviços particulares.
RENDA FAMILIAR (valor aproximado):	10 salários mínimos.
CÔMODOS ANTES DA REFORMA:	Uma varanda, uma sala, três quartos, um banheiro, uma cozinha, uma área de serviço, e mais uma construção anexa à residência, localizada nos fundos do terreno que contava com uma sala, um quarto de empregada, uma lavanderia e um banheiro, e ainda uma garagem coberta construída na entrada do terreno.
CÔMODOS APÓS A REFORMA:	Os anteriores e um banheiro para o quarto do casal.
OUTRAS ALTERAÇÕES:	fechamento da varanda, através de duas janelas e uma porta de ferro e vidro, construção de um pequeno terraço acima da garagem, aproveitando o desnível do terreno, cobertura da área de serviço. Ampliação da cozinha. Todo o piso de taco da casa foi substituído por piso cerâmico. O banheiro e a cozinha tiveram os seus revestimentos substituídos, sendo colocados azulejos até o teto, ao invés de meia-parede.
OS FATORES QUE MAIS INFLUENCIARAM NA DECISÃO DOS MATERIAIS:	Facilidade de limpeza

O QUE SE PROCUROU FAVORECER COM A REFORMA?	Aumentar a área destinada às refeições. Propiciar uma maior facilidade de limpeza. Manter uma boa área livre disponível.
ANÁLISE DO PROPRIETÁRIO APÓS A REFORMA:	Gostaria de ter desmembrado o terreno, destinando a construção nos fundos para um de seus filhos. De resto, disse estar satisfeito.
QUAIS AS ALTERAÇÕES QUE HOJE SERIAM FEITAS?	Nenhuma
QUAIS PROFISSIONAIS FORAM CONSIDERADOS OS MAIS IMPORTANTES NO MOMENTO DA REFORMA:	Pedreiro





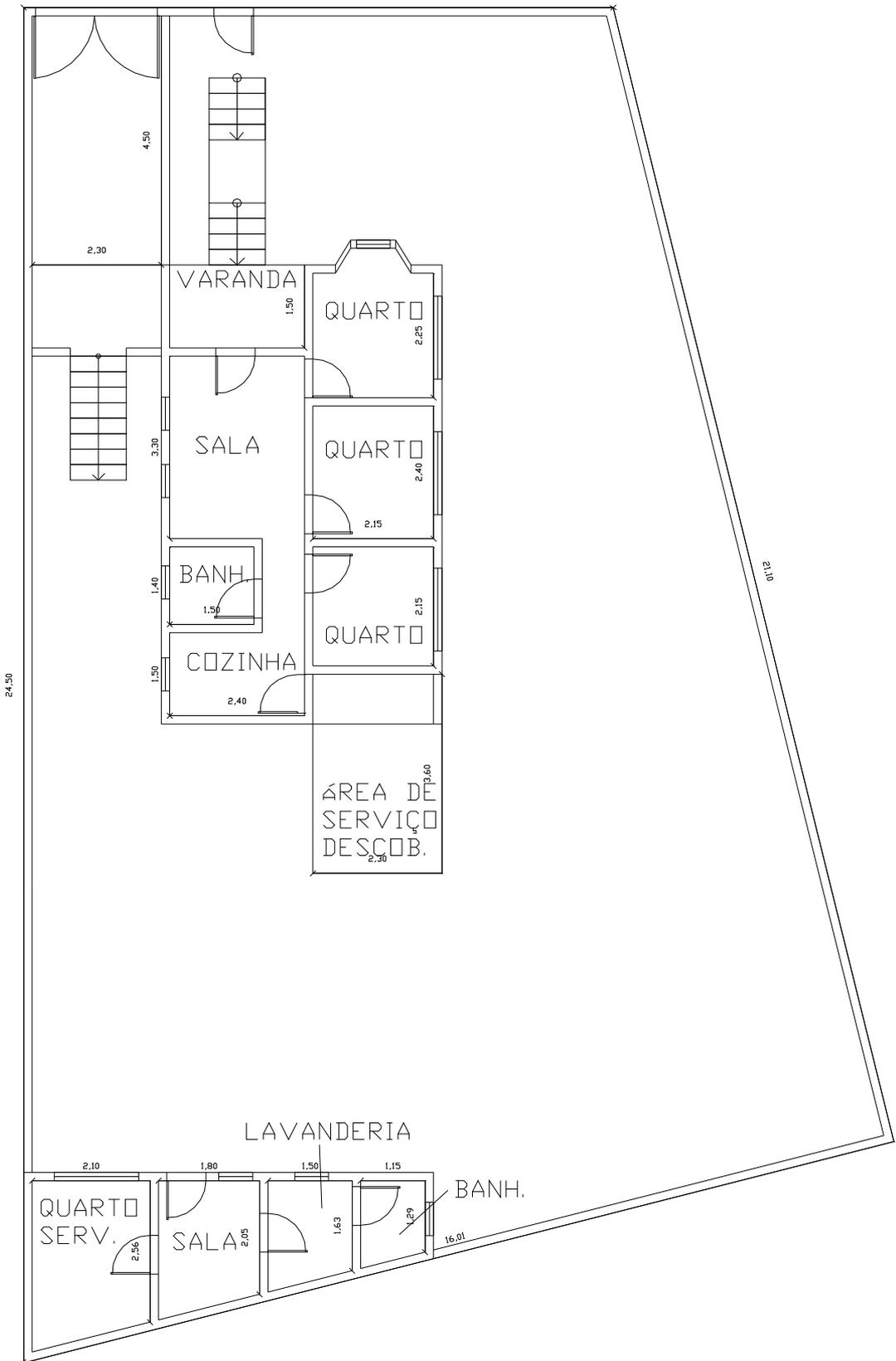
Mapa 15: Residência 9
Fonte: Google Earth



Figura 21: RESIDÊNCIA 9

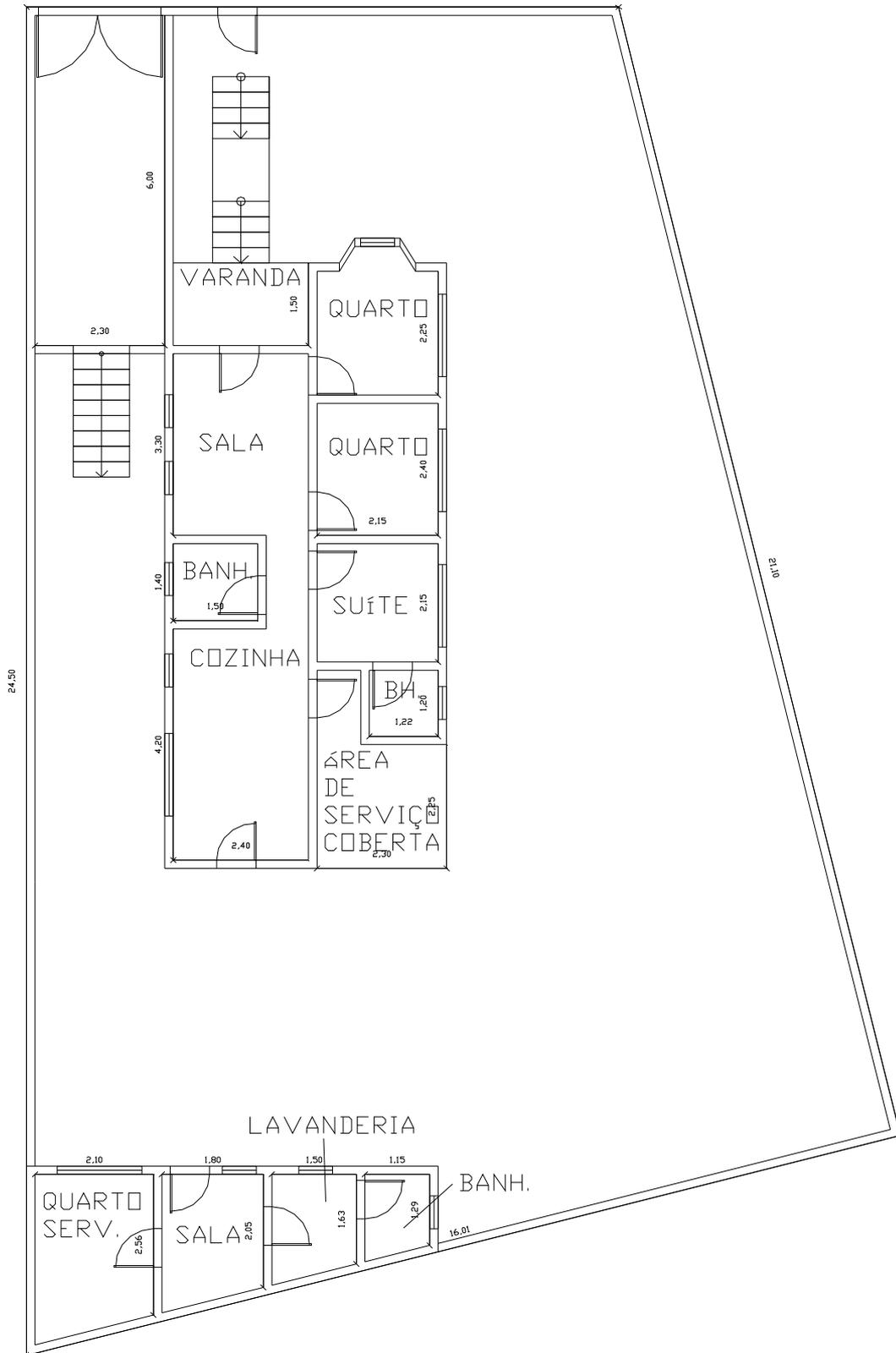
BAIROO HIGIENÓPOLIS
R. FREDERICO DE ALBUQUERQUE, Nº 9
(RESIDÊNCIA 2, ANTES DA REFORMA)

10,50



BAIRRO HIGIENÓPOLIS
R. FREDERICO DE ALBUQUERQUE, Nº 9
(RESIDÊNCIA 2, DEPOIS DA REFORMA)

10,50



Nos estudos de caso, pode-se constatar que a formação e desenvolvimento das residências estudadas em Higienópolis seguiu em grande parte a “tendência” geral dos bairros suburbanos, como foi abordado através da bibliografia utilizada, particularmente vista em Bittar e Veríssimo (1999). De fato, o que tais autores procuraram reconstituir em seus aspectos históricos na moradia brasileira se verificou durante as entrevistas e observações realizadas. Porém, é necessário atentar que diversas particularidades existem em cada casa. Tais particularidades são quase impossíveis de serem listadas em um primeiro momento, pois são denotativas das idiossincrasias de seus moradores, mas revelam

cariocas e brasileiros como foi em especial. As entrevistas procuraram revelar as perspectivas e as intenções dos moradores ao realizarem suas auto-intervenções. Contudo, muitos fatores escapam aos seus “entendimentos”. Outros mesmo fogem aquilo que se fez de modo usual no decorrer da evolução da moradia brasileira. Ou seja, ainda que tenha havido por parte deles certezas naquilo que faziam, talvez possa ter havido diversas atitudes que remetam a questões culturais, ou ainda processos inconscientes de toda a ordem. Certamente, será quase impossível

PARTE II
O ENTENDIMENTO DO HABITAR

CAPÍTULO 1: A FORMAÇÃO DO HABITAT A PARTIR DO ENTENDIMENTO DO PROJETO E DO ESPAÇO

A formação do bairro de Higienópolis aconteceu a partir da apropriação do modelo de cidade-jardim. Em tal apropriação havia uma preocupação por parte de investidores no mercado imobiliário em fornecer uma melhor qualidade urbana para uma classe de trabalhadores que conquistavam uma elevação de renda a partir da intensificação da industrialização brasileira. Desse modo, tal tipo de concepção de bairro se insere dentro do tecido urbano do subúrbio carioca, e, nesse contexto, as residências econômicas vieram também propiciar uma melhor condição de vida e, conseqüentemente, valorizar novos empreendimentos imobiliários dessa primeira metade do século XX. Contudo, estas constituem certo tipo de “modelo”, já que são pensadas dentro de determinados padrões formais e funcionais para tais moradores, não existindo, portanto, a preocupação com as demandas particulares de determinado cliente.

Com o decorrer do século, as alterações na estrutura urbana, aliada a mudanças do modo de construir e de habitar, ensejaram alterações nessas moradias por parte de seus moradores. Entretanto, não se pode tributar somente a tais fatores as transformações realizadas nas ditas residências econômicas, pois estas são também determinadas por modos de percepção do espaço, influenciando relações ideológicas, afetivas, funcionais do morador com seu habitat.

1.1 O DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE HABITAT

A partir do início do século XIX, a moradia urbana brasileira começa a sentir as primeiras modificações nos seus padrões tradicionais advindos da época colonial. Nos anos seguintes, acontecerão mudanças cada vez mais profundas que influenciarão de maneira direta o atual conceito de morar.

Segundo Eco (1976) o significado básico da moradia (*denotata*) é de proteção, onde homens se agrupam normalmente em famílias para viverem sob o mesmo teto. Contudo, há nas casas estudadas em Higienópolis um sentido que transcende a simples proteção as intempéries ou ao mundo externo em geral. Isso significa afirmar que o significado dessas moradias (e que pode ser estendido para qualquer outra em geral) não se restringe somente ao seu sentido material. A casa constitui, como observa Homem (1996), do mesmo modo, um invólucro que é capaz de propiciar uma proteção espiritual da ordem do privado, fora das vistas do público ou de estranhos. Pode-se acrescentar ainda que o conceito de habitar vai além daquele restrito à casa. Vittorio Gregotti (2001, p. 49) assinala que:

Se refletirmos em torno da idéia de habitar, esta tarefa se nos apresenta como muito ampla, porque habitar é, de qualquer modo, a maneira como os homens estão sobre a terra. De fato, quando dizemos que o homem habita em sua própria casa afirmamos, e isto é obvio para todo arquiteto, algo incompleto pois o homem habita também no lugar de seu trabalho, na rua que percorre, nos bares, nas lojas, e inclusive em lugares alheios à arquitetura; em todo caso, é evidente que o fato de habitar é aquilo que preside todo projetar e todo construir

O autor italiano prossegue afirmando que o habitar²³ é [...] “uma proposta e uma hipótese para a existência do homem sobre a terra” (GREGOTTI, 2001, p. 49). Com isso, pode-se estabelecer que a casa adquire diversos significados (*conotata*) através do tempo e do espaço que vão possibilitar uma relação própria e particular de cada

²³ Deve-se, nesse momento, destacar a diferença entre habitat e habitar. Aquele é onde alguém se sente em seu ambiente ideal, já habitar remete simplesmente ao mesmo significado de morar (HOUAISS 2001). O habitar (moradia) tenderia a se tornar o habitat, já que a casa deveria ser aquele local onde uma pessoa se sentiria em seu ambiente ideal.

indivíduo com seu lar. Isso significa dizer que a casa adquire funções simbólicas e, desse modo, passa não só a se restringir a um sentido denotativo, mas também a um conotativo, remetendo a novos códigos de entendimento.

Convém assinalar que dois conceitos tornam-se fundamentais para a mudança da significação da moradia. Em primeiro lugar, há, segundo Donselot (1986) uma idéia da substituição da noção de abrigo pela noção de espaço sanitário. O conceito de higiene, nesse caso, tem que ser entendido como “um conjunto de condições que conduzem ao bem-estar e à saúde” HOUAISS (2001, p. 1532). Converte-se, desse modo, a residência, em um local onde há uma preocupação não somente com a proteção, mas principalmente com o bem-estar e o conforto.

Essa alteração de conceito do morar intensifica-se, como assinala Mumford (1998), em meados do século XIX na Inglaterra, a partir de uma necessidade de reforma da insalubre cidade industrial. Além disso, o progresso nas ciências biológicas reconhece os malefícios de diversas substâncias cancerígenas, poeiras, gases presentes nessas grandes cidades. Porém, segundo Mumford (1998), esse progresso não se resume a apenas uma identificação de elementos provocadores de doenças, mas a uma nova concepção de saúde, e que acaba por associá-la também a questões estéticas:

Enquanto o corpo esteve dualisticamente separado da mente, o seu cuidado sistemático pôde ser reduzido, quase como uma indicação de preocupações mais espirituais. Mas a nova concepção científica do organismo, que se conformou no século XIX, com Johannes Müller e Claude Bernard, reuniu os processos fisiológicos e psicológicos, e assim, o cuidado corporal tornou a se transformar em disciplina moral e estética. (MUMFORD, 1998, p. 514)

Em segundo lugar, concomitante ao desenvolvimento do processo de higienização, no século XIX, e podendo se considerar um desdobramento deste, ocorre, com base nos princípios de liberdade do iluminismo, uma grande intensificação da autonomia individual em detrimento da hegemonia de uma coletividade. A intensificação da individualidade gerará, ao mesmo tempo, uma maior necessidade de privacidade, algo que se verifica de modo exíguo no mundo pré-iluminista. Segundo Maria Cecília Homem um exemplo da falta de privacidade, anterior a essa época, pode ser encontrado nas cortes ou nos palácios da aristocracia européia:

Nobres e criados entravam e saíam a qualquer hora. O sistema era a mesa aberta, isto é, os freqüentadores tinham seus talheres

colocados permanentemente e chegavam sem avisar. Possuíam livre acesso aos dormitórios, onde eram recebidos por pessoas deitadas ou recostadas em seus leitos. (HOMEM, 1996, p. 25)

Após o século XVIII, com a ascensão da família nuclear burguesa, haveria uma necessidade maior de um espaço privado que garantisse a intimidade dos moradores. A higiene e a privacidade passam, então, a ser condições fundamentais para o conforto de um lar, e, consecutivamente, esse novo conceito de moradia necessitava ser reorganizado segundo os parâmetros de uma nova racionalidade. Contribuiu ainda para tanto, as novas descobertas tecnológicas associadas aos novos materiais e técnicas construtivas, isso tudo impulsionado pelo grande progresso científico ocorrido durante esse século.

Correia (2004) assinala que a partir daí haverá uma modificação do programa e do uso da residência, onde os ambientes serão clareados, iluminados, arejados ou ainda separados e classificados de acordo com as funções e os usos a que se destinavam. Segundo Telma Correia (2004, p. 48):

As alterações na planta e no programa das casas dirigem-se sobretudo no sentido de compatibilizá-la com os preceitos de salubridade e com a busca de privacidade, através de recursos como a criação de áreas internas, recuos laterais e jardins, que permitam a abertura de janelas nos diversos cômodos e que afastem a casa da rua dos vizinhos.

Ainda segundo a autora, não somente na Europa, mas também no Brasil, os novos materiais e técnicas construtivas “[...] voltavam-se especialmente para combater a umidade e garantir o arejamento” (CORREIA, 2004, p. 49), condições fundamentais para uma residência ser considerada salubre. Prática a qual pôde se verificar que esteve presente em diversas residências estudadas quando seus moradores atestaram que se preocuparam com a manutenção do imóvel (esse tema será abordado adiante na Parte II capítulo 2.1.5).

Essas novas atitudes projetivas ocorreram, em grande parte, através de normas higiênicas estabelecidas por medidas de regulação da administração pública que interditou e demoliu diversas casas que considerou inadequadas a saúde pública. No Rio de Janeiro, começou a existir essa preocupação já na primeira metade do século XIX. Entre os anos de 1840 e 1844, o Visconde de Beaurepaire-Rohan foi diretor de obras da Cidade do Rio de Janeiro, quando propôs medidas para a organização das ruas, quadras

e casas da cidade. Há de se notar, como observa Andreatta (2006), que a Câmara Municipal possuía limitadíssimos poderes, pois não eram usuais os alinhamentos como instrumento regulador geral. Contudo, no que tange as medidas pra a reformulação das residências houve, portando, uma espécie de sondagem por parte do diretor de obras de então para a reformulação das residências:

Que cada casa tenha, pelo menos, 6 braças de frente, ... que todas as casas tenham espaçosos quintais, para plantação de arvoredo, separadas dos da rua correspondente pelos fundos, por um beco mais particularmente destinado à passagem de carroças, escravos e quitandeiras, ficando assim cada prédio com duas entradas opostas entre si. (Beaurepaire-Rohan, apud ANDREATTA, 2006, p. 109).

Há aí o início de uma preocupação em transformar a feição das casas de então, introduzindo “regulamentações” ainda que de modo apenas, pode se dizer, sugestivo, já que o poder público estava restrito as recomendações dos Códigos de Posturas.

Na Cidade de São Paulo, Segundo Carlos Lemos (1980, p. 60), “O Código de Obras de Artur Sabóia²⁴ foi pioneiro numa série de conceitos ligados à higiene da habitação”. Esse código previa a necessidade da feitura de um *diagrama de insolação*, a fim de determinar as sombras que as paredes projetavam nos pisos das áreas livres no dia mais curto do ano, propiciando, desse modo, a garantia de insolação durante todo o ano²⁵. Essa preocupação com a insolação dos cômodos foi determinante para a extinção das escuras e mal-ventiladas alcovas das então tradicionais casas brasileiras, que, ao mesmo tempo, eram favorecidas pela “nova tecnologia” das calhas internas que desviavam com segurança as águas pluviais. Nesse sentido, a extinção da alcova vem alterar a estrutura de hierarquização espacial presente na tradicional casa patriarcal e conferir um processo de “democratização” das relações familiares, muito embora diversas questões relativas às articulações espaciais dentro da residência venham conservar reminiscências da época colonial (como será abordado na Parte II capítulo 2.1.9).

Contudo, esse *novo* modo de habitar foi assimilado de maneira diversa de acordo com a camada social que os moradores pertenciam.

²⁴ Prefeito de São Paulo entre 3 de outubro de 1932 e 28 de dezembro de 1932 e entre 2 de abril de 1933 e 22 de maio de 1933.

²⁵ Essa disposição do código foi revogada por volta de 1960, com o intuito de favorecer o adensamento populacional.

Rapidamente difundidas entre as pessoas mais ricas, as modificações na concepção da planta e nas técnicas construtivas [...] foram sendo progressivamente assimiladas por setores da classe média. Entre os pobres, a habitação neles respaldada mostrou-se como intervenção vinda do exterior que, escapando à sua compreensão e ao seu desejo, alterava-lhes os hábitos e o modo de ser. (CORREIA, 2004, p. 51)

De fato, na passagem do século XIX para o XX, houve na formação do habitat moderno o envolvimento de toda uma elite intelectual, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo²⁶, que se amparava na medicina, na engenharia, na política e na moral a fim de realizar essa nova concepção da morada. Esta passaria a ser, então, um local higienizado, de uma família saudável, moralizada e obreira, “expressão do valor supremo e do direito básico consagrados pela sociedade burguesa” CORREIA (2004, p. 59). Esses pressupostos deveriam ser estendidos a toda a população, pois desse modo, ainda segundo Correia (2004), tornaria o trabalhador menos perigoso. Tornou-se, então, uma preocupação das elites viabilizar a aquisição das classes menos abastadas, entenda-se classe média e pobre, à casa própria, dando a estas possibilidades de financiamento a fim de realizar o seu “sonho”.

A casa passa a ser efetivamente um sonho de consumo, do mesmo modo, que se torna um receptáculo para diversos tipos de produtos consumíveis, que irão compor o ambiente burguês, e, neste, o morador imprimirá seu gosto individual através de móveis, adornos, coleções e toda a sorte de excessos que o consumo irá permitir, tornando-se uma verdadeira depositária de objetos que transcendem totalmente o aspecto funcional, tendo valores eminentemente de ordem afetiva e identitária (esse tema será estudado mais adiante na Parte II capítulo 2.1.1).

Segundo Balzac (1989), todos esses excessos são na verdade um empenho da burguesia em imitar a elite, procurando apresentar uma dimensão maior do que a real e, consecutivamente, passando a haver todo um luxo e extravagância como nas moradas da antiga nobreza. A casa passa a ser então o *asilo inviolável*, um direito fundamental do cidadão, um lugar de autonomia consagrado pelo direito fundamental de propriedade, onde ele pode dar vazão aos seus sonhos, desejos e necessidades particulares, e

²⁶ Entre os membros dessa elite, podem ser citados o médico paulista Eulálio da Costa Carvalho, o engenheiro Luís César do Amaral Gama, que forneceram subsídios para a formação do primeiro Código Sanitário em 1894 (LEMOS, 1999)

justamente aí é que a auto-intervenção vai ter um papel fundamental para a possibilidade de concretização de tudo isso.

Há, portanto, no conceito de lar, uma abrangência maior do que a simples proteção, assim como de um espaço racionalizado para a higiene e o conforto de seus usuários. Isso porque cada morador imprime uma individualidade própria a partir de *ideologias* ou modos próprios de entender o mundo. O conceito de casa não é mais apenas uma edificação para a proteção e conforto do indivíduo, mas seu carácter de moradia começa a existir tão somente no momento em que passa a haver o *uso*.

Segundo Ludmila Brandão (2002, p. 65), “[...] o atendimento às funções hábitat (proteção, provisão, descanso etc.) não é suficiente para definir a casa pensada como território [...]”, onde, nesse caso, território pode ser definido como um espaço onde há uma organização da relação com os outros indivíduos, pensado esse inserido em um mundo. Isso implica ainda em afirmar, segundo a autora, que as funções de uma moradia não são fixas, mas ao contrário, elas são móveis e transformáveis. Portanto, pode-se entender que o projeto deixa de ser algo pronto e acabado quando emerge da prancheta do arquiteto, mas ele está em constante transformação, havendo uma demanda pela contínua atualização de acordo com as necessidades objetivas e subjetivas do morador. Ainda, segundo as palavras de Ludmila Brandão (2002, p. 65), pode-se destacar que “[...] a casa é um ser de sensação, um composto de perceptos e afectos que emerge dessa ‘bricolage’ material e imaterial, dessa conjunção de elementos heterogêneos de toda a ordem [...]”.

Ao mesmo tempo, como apregoavam alguns teóricos da arquitetura, a casa ainda continua a remeter ao seu sentido de origem. Invariavelmente, a casa é o refúgio para o homem de qualquer época. Contudo, esse significado de proteção tem que ser entendido de modo também mais amplo. Esse abrigo quando se torna de uso familiar, onde a troca emotiva de seus moradores o transforma em um lar, passa a trazer consigo então toda uma série de afetividades, sonhos e lembranças. Já escrevia Bachelard (1978, p. 227) que “a casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico”. A casa perde, assim, sua conotação de simples objeto arquitetônico e se transforma na expressão mais íntima do estado da alma de seus moradores. Suas paredes maciças passam a ser, muitas vezes, “[...] feitas de sonhos, que, como continua

Bachelard (1978), descem às vezes tão profundamente num passado indefinido, num passado liberto de suas datas, que as lembranças da casa natal parecem desprender-se de nós.” (BACHELARD, 1978, p. 234). As idéias do filósofo francês são corroboradas também por Heidegger (1958, p. 65) no momento em que este afirma que:

O homem habita poeticamente. É a poesia que, em primeiro lugar, faz da residência uma residência. É a poesia que ‘que faz habitar’. E de que modo se chega à residência? Através do construir. Mais do que fazer habitar, a poesia constrói. Encontramo-nos, assim, frente a uma dupla exigência: em primeiro lugar, pensar no que chamamos existência do homem, partindo da residência e, em segundo lugar, considerar a ‘essência da poesia’ como fazer habitar; buscando a essência da poesia nesta direção, chegaremos à essência da morada.

O poético pode ser entendido justamente como aquilo que se afasta de uma compreensão estritamente racional e utilitária. A moradia é, desse modo, um elemento onde está presente a manifestação do inconsciente de seu usuário. Por essa razão, identificar a essência da arquitetura com a cabana primitiva é, no caso da habitação, coerente, pois a casa se configura para o homem como o início de tudo ou como o próprio útero materno, de onde o homem se origina. Já afirmava Spengler (1982) que a casa é o fundamento de qualquer cultura; e no caso em particular da casa camponesa esta seria, em sua essência, o centro real e significativo da família e o último vínculo com o campo. A imagem da casa camponesa é o grande símbolo do sedentarismo, “[...] é uma figura simbólica, na qual a disposição dos cômodos e cada detalhe da forma exterior falam a linguagem do sangue de seus habitantes. Ela é a propriedade no sentido sagrado” (CHOAY, 1979, p. 340). Coutinho (1977, p. 123) acrescenta ainda que “[...] o espaço arquitetônico é um receptáculo, subentende a reunião de pessoas em albergue, simultânea ou sucessivamente, capitulando-se assim como uma fonte de subjetividades, um veio de afetos”. Assim, a fim de pensar a habitação, é necessário transcender os limites da racionalidade e se embrenhar nos psicologismos e na cultura de cada indivíduo.

É necessário pensar ainda como cada indivíduo assimila os padrões de gosto e o que ele toma para si como valor de uma boa arquitetura? Rapoport (1972, p. 84) analisa a importância da apreciação em termos mais específicos para o entendimento da forma da casa:

O conceito geral de gênero de vida, ainda que útil pela sua característica geral, não nos ajuda a determinar como ele afeta as formas de habitações e aglomerações. Por isto que é necessário em decompor em termos mais específicos e mais concretos mesmo que os conceitos de visão do mundo, do etos, da característica nacional e da cultura, porque a ausência de 'criticality' para a forma da casa significa que os mesmos objetivos podem ser obtidos de muitos modos diferentes e que a maneira cuja uma coisa é feita pode ser mais importante que isto que é feito.

Ainda segundo o arquiteto australiano (1972), se a importância da casa remete inicialmente a conceitos de proteção das intempéries e dos inimigos (homens e animais), esse sentido de proteção é bem amplo, implicando em questões físicas, culturais e psicológicas. Portanto, além de questões relacionadas à funcionalidade, a custos, que foram recorrentes em quase todas as residências estudadas, ou a aspectos da legislação, a casa remete também a territórios de sensibilidade que interagem com o sujeito. Portanto, ainda que não tenham existido declarações mais explícitas por parte dos moradores entrevistados, certamente houve tanto uma evocação memorial que conforta tanto os sentidos quanto a existência de uma contigüidade de um sujeito com as práticas e as condições espaciais presentes em sua territorialidade.

Para haver uma possibilidade de entendimento das atitudes projetivas que estão presentes nas intervenções do construtor-morador, deve-se procurar então investigar as necessidades memoriais carregadas de diversos valores, que perpassam desde os mais pragmáticos aos mais emotivos. A habitação acaba sendo concebida muito mais do que apenas um projeto e uma construção material. Em cada residência construída, habitada e reformada, houve uma prospecção da pluralidade identitária e situacional. Estão envolvidos nela ideologias, mitos, práticas e acontecimentos que possuem uma dimensão afetiva e inconsciente e, por isso mesmo, a primeira vista incongruente com muitas teses calcadas unicamente em uma perspectiva racional e utilitária. Correia (2004, p. 77) sintetiza que:

A ordem interna das moradias revela-nos muito sobre seus moradores. [...] A habitação mostra-se, de um lado, espaço disciplinar, penetrado por redes de mútuo controle, e de outro, refúgio de individualidades, diante da crescente normatização dos comportamentos nos espaços públicos, em tempos de pouca tolerância com o fumante, com o miserável, o mal vestido, o diferente...

CAPÍTULO 2: A MORADIA A PARTIR DO ENTENDIMENTO DO SUJEITO, DO ESPAÇO E DO PROJETO

2.1 OS MODOS DE HABITAR A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO

Ao se pensar na definição de auto-intervenção, têm-se imediatamente dois conceitos (auto e intervenção) relacionados que remetem a uma ação por parte do próprio sujeito. Contudo, a noção de um sujeito independente e livre para agir sobre seus próprios desígnios não é algo que sempre esteve presente em todas as culturas. Pode-se talvez questionar se houve nas auto-intervenções estudadas realmente uma preocupação em assinalar uma atitude de afirmação da individualidade da ação do sujeito, ou se, ao contrário, ocorreu uma reapropriação de valores de determinada classe cultural, intelectual ou social; não havendo, nesse caso, uma afirmação de uma ação autônoma de um sujeito. Ou talvez pudesse se questionar se mesmo ocorrendo tal reapropriação, isso não poderia ser considerado uma atitude afirmativa de uma individualidade.

2.1.1 DO PROJETO À CÓPIA

Em diversos exemplos dos estudos de caso, pôde ser observada uma heterogeneidade no emprego de elementos de composição das fachadas, assim como da

parte interna das residências²⁷. Contudo, as casas possuíam, em seus projetos originais, certa proposta estilística determinada pelos projetos das *Residências Econômicas* (ver ANEXO II).

As reformas alteraram as fachadas retirando os materiais originais e substituindo-os por outros mais atuais, e, ao mesmo tempo, mantiveram outros presentes do projeto inicial (janelas, portas, revestimentos, telhas). Caberia então questionar se houve por parte dos proprietários a intenção de promover uma coadunação entre esses diversos elementos, ou se isso não foi algo irrelevante no momento da reforma. Porque dispor conjuntamente elementos que remetem a certa rusticidade, característica da época colonial (pré-industrial), com outros que são associados à típica sociedade industrial? E se isso é feito de modo consciente ou reflete a falta de um conceito de unidade ou de um projeto?

Um caso que pode ser, talvez, considerado paradigmático em arquitetura e sirva para um trazer uma melhor compreensão às questões relativas à atitude descrita acima, ocorreu em Pessac. Esta é uma cidade na França em que Le Corbusier, entre 1925 e 1926, fez projetos de cinquenta residências, mais precisamente no bairro de Frugès. Contudo, esses projetos foram elaborados obedecendo às premissas racionalistas Modernas e às idéias sociais do arquiteto franco-suíço.

Segundo Boudon (1969, p. 178), “[...] com Pessac emerge a evidência de um conflito entre as pesquisas de Le Corbusier em 1925 e as preferências arquiteturais imediatas dos habitantes”. Disso resultou, ainda segundo Boudon (1969, p. 189):

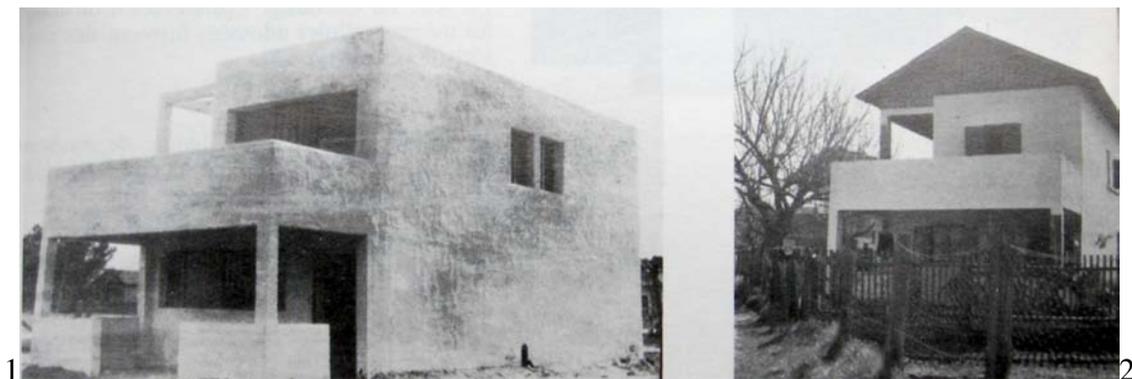
[...] uma falta de respeito em relação à arquitetura do Mestre, por que ela pareceu aos habitantes da cidade francesa como algo estrangeiro, mas também por que Le Corbusier não soube integrar a sua atitude uma dose de irracionalidade que confere a todo acontecimento a dimensão do real.

O autor acrescenta ainda que

[...] as casas que apresentam as alterações exteriores as mais impressionantes são precisamente aquelas que, pela sua posição, têm certo potencial de personalidade; como se a alteração não fizesse mais do que exprimir ou exaltar uma personalidade subjacente em lugar de personalizar o padrão (BOUDON, 1969, p. 192).

²⁷ Tal heterogeneidade se apresenta, por exemplo: no tijolo aparente (elemento rústico) com a esquadria de alumínio (elemento industrial), na telha capa-canal (referência colonial) e telha de amianto (referência “moderna”).

Essas intervenções realizadas pelos habitantes de Pessac na obra de Le Corbusier, talvez, sejam também indicativas, além do desejo de personalização das moradias, de um não-entendimento da proposta projetiva do arquiteto. Em diversos casos (Figura 25), houve tentativas de intervir no projeto inicial introduzindo elementos arquitetônicos que já pertenciam à cultura daqueles moradores.



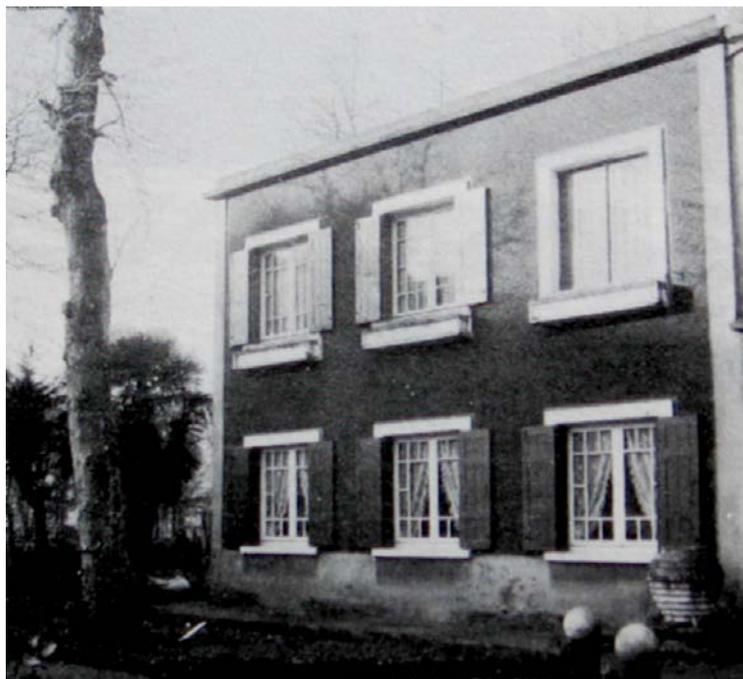


Figura 22: Residências em Pessac – 1 e 3: projeto original; 2,4 e 5: intervenções dos moradores

Fonte: BOUDON, 1999

Os moradores de Pessac intervieram nas suas moradias de diversos modos. Foram colocados telhados sobre lajes impermeabilizadas, jardineiras sob as janelas, fechados vãos de fenestração etc. Essas intervenções advieram de apropriações de linguagens variadas que procuram escapar da linguagem do projeto original de Le Corbusier transformando-o em casas “ao gosto” de seus proprietários, ainda que, talvez, tal “gosto” deva pertencer mais a uma reminiscência cultural do que à uma expressão do individualismo de cada morador.

No projeto original, poder-se-ia identificar uma influência cubista, onde estão presentes formas geométricas elementares. A partir daí se desenvolve as linhas mestras do partido arquitetônico das moradias de Pessac projetadas pelo arquiteto franco-suíço. Em tal proposta estaria presente uma preocupação com uma pureza formal. Nesse sentido, Argan (1992, p. 308) observa que dentre as diversas propostas cubistas, existe a intenção de “[...] substituir a teoria clássica por uma nova teoria dos valores”. Argan (1995, p. 253), afirma ainda que: “À obra de arte é atribuído um valor ideal ou espiritual, porque as próprias classes dirigentes afirmam que seu poder tem uma origem

espiritual e até mesmo divina”. Daí, poder-se-ia, talvez, afirmar que haveria no cubismo de Le Corbusier uma aproximação daquilo que seria definido como *imitação*²⁸, ou seja, existiria a preocupação de vincular o objeto arquitetônico a uma *essência* que transcenderia o simples fazer arquitetural. Todavia, as intervenções realizadas retirariam da obra original a *tentativa* de aproximação dessa *essência*, e, com isso, se aproximando daquilo que poderia ser definido como *cópia*, isto é, haveria, nestas auto-intervenções, uma simples cópia de diversos elementos postos sem a intenção de compor um todo onde estaria presente algum ideal.

Essa antinomia, imitação e cópia, começa a ficar mais evidente com o fim da estética de base metafísica no final do século XVIII, e com o surgimento da cultura de massa que se desenvolverá a partir de então, pois, ainda segundo Argan (1995, p. 253): “É claro que uma cultura de massa, sejam quais forem suas premissas ideológicas, não pode aceitar que os valores essenciais à existência sejam subtraídos à coletividade”. É, justamente, nesse momento que cai por terra a vigência de uma normatividade de base metafísica na arte. Por conseguinte, desaparece aquilo que Hegel denominava substância objetiva. Isso acarreta dizer que os conceitos de imitação, naquilo que a tradição aritotélica-platônica preconizava, também se esvaem, implicando então na perda de um sentido vinculado a uma essência para a arte.

O fim dessa normatividade gerou automaticamente um problema: como julgar e avaliar o objeto artístico sem que houvesse critérios universais, ou em outras palavras, sem que houvesse parâmetros advindos de conceitos objetivos, sem uma vinculação entre arte e verdade?

Bornheim (1998[1]) observa que o fim da Verdade, abre espaço para a possibilidade da desvinculação entre a obra e a norma, inaugurando uma heterogeneidade entre esses dois elementos. Assim, cada obra passa a ser entendida em seu plano singular, desvinculada de qualquer possibilidade de ser submetida a um critério de entendimento a *priorístico* e totalizante²⁹. Talvez assim se possa explicar, como adverte Pevsner (1982), a situação alarmante em que se encontrava a arquitetura,

²⁸ Segundo Bornheim (1998[1]), a *imitação* remeteria a uma aproximação da forma ideal ou pura, enquanto a *cópia* procuraria apenas a representação de uma forma apreendida do mundo fenomênico.

²⁹ Isso pode ser estendido à arquitetura, se esta também for entendida como um objeto estético.

em termos estéticos, no início do século XIX. Sobre essa época, o autor afirma ainda que:

Os clientes haviam perdido toda a suscetibilidade estética e queriam outras qualidades que não as estéticas para aprovar um edifício. Eram capazes de compreender as associações. E uma outra qualidade que também podiam captar — e mesmo checar — era a fidelidade da imitação³⁰. (PEVSNER 1982: 361, grifo nosso)

E é justamente a partir do fim do barroco que os estilos artísticos, e arquitetônicos, se sucedem de maneira cada vez mais intensa, como se tentassem dar uma resolução à falta de um sentido fundamental.

O barroco foi o último período em que a religião integrava o que Hegel chama de substância objetiva: a arte era religiosa a partir de suas próprias bases já antes de qualquer possibilidade de escolha; e essas bases desaparecem, o tema da religião desaparece na arte subsequente, ou só aparece a título de convicção meramente subjetiva por parte do artista. (BORNHEIM, 1998, p. 22)

A partir do fim da metafísica, ocorre também o fim da imitação, tudo passando então a estar restrito ao universo da *cópia*, que vai possibilitar a utilização de toda uma diversidade de elementos, que podem ser até mesmo antagônicos entre si, no que tange as suas propostas formalísticas.

Daí resultaria que se a imitação servia de substrato para a criação artística, as classes menos favorecidas teriam como modelo ou retornar a tradição vernácula ou a cópia direta de modelos estabelecidos pela elite. Como observa Argan (1995, p. 253):

Em uma sociedade hierárquica, a obra de arte é adquirida e possuída pelas pessoas e pelas classes mais próximas do vértice e que mais exercem funções de comando ou de direção. Se as obras de arte são ‘modelos’ e se a sociedade é feita de classes dirigentes e dirigidas, é lógico que os modelos sejam adotados pelas classes, que os comunicam às classes dependentes, trabalhadoras, na medida em que podem imprimir um caráter de qualidade a produção repetitiva ou quantitativa.

Contudo, com o fim da *imitação*, há do mesmo modo a derrocada dos *modelos* da elite, calcados na tradição clássica; formando-se outro tipo de *elite*, mas, nesse caso, de cunho burguês. Os novos artistas, presentes desde o século XIX até os dias de hoje, tentaram responder a diversos problemas que a estética, de certo modo, impunha. Mas, como ressalta Bornheim (1998[1]), cada obra de arte passa a ter uma norma estética

³⁰ Nesse caso a “imitação” deve ser entendida não no seu sentido metafísico, mas como a simples imitação de algo já feito.

própria somente restrita a si mesma. A dificuldade passa então em se conseguir estabelecer coordenadas para o entendimento da própria arte.

Ora se a crítica especializada passa a ter cada vez maiores dificuldades para realizar um entendimento e uma avaliação da produção artística, como então a realizará o público leigo em geral? Será que este terá condições de absorver e mesmo entender as questões que os artistas e os arquitetos propõem ao executar suas obras?

A exacerbação do individualismo, o desaparecimento de critérios estéticos normativos e pontos de referência, somado “[...] ao acúmulo descontextualizado de opções disponíveis no campo da arte e da própria cultura em geral” (OLIVEIRA, 2006, p. 25) fazem com que tudo e, ao mesmo tempo, nada possa ser considerado arte, ou, em outras palavras, desvalorizam o produto estético produzindo, como escrevia Argan (1995), uma crise do *design*. Souza (1978, p. 15 e 16) atesta essa crise presente também na arquitetura brasileira:

Antes dos anos trinta, a arquitetura brasileira era uma constante cópia dos vários estilos que imperavam na época, vindo de outras terras. Para a arquitetura residencial, que era o que mais se fazia, copiava-se o ‘espanhol’; com seus grandes avarandados em arcos, suas janelas protegidas por grades de ferro retorcido formando desenhos os mais variados, seus pátios internos pavimentados com lajes de pedra e um poço no meio, geralmente sem água. Copiava-se também o ‘mexicano’, um ‘espanhol’ transpondo para o Brasil via Hollywood, sem passar pelo México. [...] Alguns projetos eram antológicos: as fachadas das casas eram a reprodução das iniciais dos nomes de seus proprietários; ‘A’ para ‘seu’ Antônio, ‘B’ para o ‘seu’ Benedito e assim por diante.

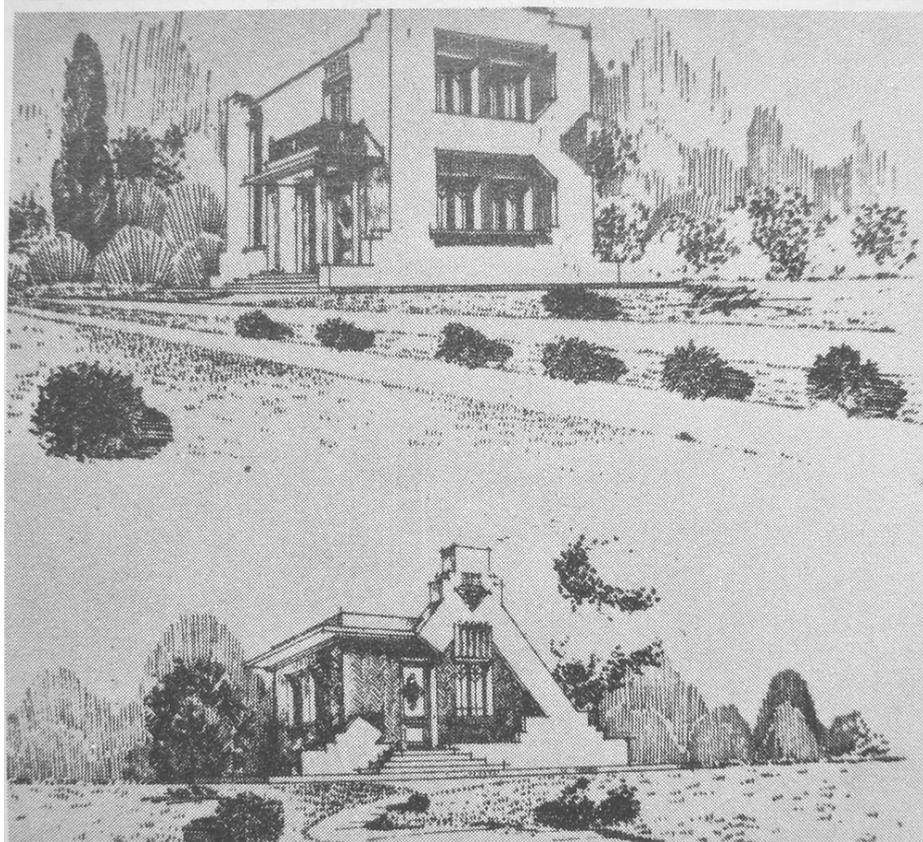


Figura 23: Casas com fachadas em letras

Fonte: SOUZA, 1978

Tal importação de “estilos” descontextualizados, dando margem aos devaneios de seus proprietários, talvez, estejam presentes também para as condições de ocorrência desse *hibridismo* existente nas auto-intervenções realizadas tanto em Pessac quanto em Higienópolis. O que Pessac talvez possa ter demonstrado de modo mais claro, devido precipuamente a pureza formal do projeto inicial, foi a inserção de elementos arquitetônicos que não se coadunavam com o cubismo original de Le Corbusier. Houve, do mesmo modo, uma intervenção por parte dos moradores de Higienópolis que denota uma semelhança com a cidade francesa.

Pode-se exemplificar que o uso de janelas de alumínio conjuntamente com telhas capa-canal (residências 1, 2, 5, 7, 8), ou a utilização de guarda-corpo de ferro fundido com telhas de amianto (residências 6) não somente não se harmonizavam com as propostas estilísticas do projeto original³¹, mas também estas auto-intervenções podem

³¹ As casas no bairro de Higienópolis seguiam, como já visto, algo que era chamado a época de suas construções (décadas de 1930 e 1940) de *estilo colonial*.

ser denotativas de uma incapacidade de entendimento ou mesmo uma despreocupação com um projeto, entendido como um todo unitário. Tal caso não aconteceria nessas casas, pois, de acordo com as entrevistas, os moradores pensaram na utilização dos elementos componentes da reforma valorizando mais as qualidades particulares de cada um do que a inter-relação de cada elemento com o todo.

Pignatari (1973) esclarece que essa *incapacidade de entendimento* advém de uma tentativa de aumento de repertório que simbolize um novo *status* social. Todavia, essa elevação se constata como artificial, haja vista que não existe um entendimento do repertório utilizado, eles “[...] carecem de significado prático, isto é, são ininteligíveis”³² (PIGNATARI, 1973, p. 98). Umberto Eco (1988) complementa ainda que o problema de inteligibilidade de uma mensagem consiste na capacidade de percepção da quantidade de informações transmitidas, ou seja, nesse caso, há uma vasta informação onde o receptor (moradores) não teriam a capacidade de filtrá-las e, com isso, produzir um todo coeso, advindo, daí, uma desordem. Do mesmo modo, salienta Pignatari (1973), existiria, no caso das habitações, um aumento do repertório em que os moradores teriam que traduzi-los para o seu código ocasionando, consecutivamente, distorções, deformações, desinformações (perda de informação). Levando-se em consideração que o *belo* é aquilo que só pode ser caracterizado como tal dentro de padrões estéticos já codificados, haveria, portanto, nessas distorções uma *pseudo-arte*, isto é, não ocorreria a possibilidade de um entendimento totalizante, unitário e orgânico.

Por outro lado, estaria também presente dentro das auto-intervenções um desejo de individuação. Segundo Cavalcanti e Guimaraens (s/d, p. 26): “O exacerbamento do dado funcional acabou por gerar uma impessoalidade do espaço”, haveria, então, uma *necessidade* de se produzir um espaço individualizador, capaz de transmitir aquilo que o morador é. A alteração dos elementos da fachada original pode ser, desse modo, denotativa de uma preocupação com uma personalização da residência, adequando-a aos gostos de seus proprietários. Pois, ao contrário de Pessac, nas casas do Rio de Janeiro, não houve um conflito tão evidente entre os projetos originais e as preferências dos moradores, já que a própria arquitetura original das residências não desvinculava a

³² Contudo, tal afirmação, talvez, possa ser questionável, já que dentro do bairro de Higienópolis, seus moradores pareceram não ter problemas de entendimento do repertório utilizado nas vizinhanças.

dimensão cultural de modo tão radical quanto as de Pessac. Também não haveria a falta de uma dose de *irracionalidade*, pois, do mesmo modo, as casas em Higienópolis distam da concepção cubista, de cunho racionalista, de Le Corbusier. A preocupação basilar dos moradores de Higienópolis, segundo as entrevistas, foi fazer “uma atualização da casa, modernizá-la”³³.

Contudo, em todas as residências de Higienópolis presentes nos estudos de caso, os materiais que foram empregados provieram da indústria, se configurando, com isso, uma absorção da cultura de massa. Houve, desse modo, mais provavelmente, uma apropriação (cópia) dos diversos materiais e elementos produzidos pela meio industrial, sem que talvez para isso ocorresse, como já mencionado, um questionamento mais profundo da articulação de cada um desses elementos entre si.

Ainda de acordo com Cavalcanti e Guimaraens (s/d, p. 33), essa apropriação de elementos que compõe a *modernização* da residência seria um modo de antropofagização dos “[...] códigos de uma elite, reinterpretando-os e devolvendo-os sob a forma de um produto em estado bruto, produto esse gerado a partir de elementos existentes no repertório do criador [...]”. Essa reelaboração adviria de uma necessidade de entendimento de códigos arquitetônicos que não fazem parte dessa classe de renda, pois segundo Eco (1976, p. 200/201): “[...] não apreenderei a habitá-la [a casa] se não reconhecer as direções de habitabilidade que me sugere e para as quais me orienta como complexo de estímulos; se não tiver, enfim, reconhecido a casa ‘como contexto de signos referíveis a um código conhecido’”. Desse modo, a *nova obra* arquitetônica apresentaria articulações e reinterpretações de elementos que correspondem a “[...] um idioleto seu e não aos códigos precedentes, mas comunica esse novo código, implícito nela mesma, configurando-o com base nos códigos precedentes, evocados e negados” (ECO, 1976, p. 201).

Haveria, consecutivamente, uma possibilidade de se alçar a um *status* sócio-cultural superior, já que houve a incorporação de elementos já encarnados como valores da tradição cultural. Esse tipo de apropriação, denominada segundo Pignatari (1973) de *kitsch*, seria justamente essa redução de um repertório estético já estabelecido por

³³ Os moradores acabavam por relacionar a reforma com uma atitude de modernização da residência, acabando por confundir os dois conceitos: reformar e modernizar.

camadas culturais superiores e reapropriadas por outra classe segundo os padrões de entendimento desta.

Tanto nos moradores de Pessac quanto de Higienópolis, existiria uma prosperidade sócio-cultural de uma classe média que resultaria em uma atitude *kitsch*. Esse tipo de procedimento seria resultado, ainda segundo Cavalcanti e Guimaraens (s/d, p. 26), de uma ruptura das atividades produção impostas a partir da Revolução Industrial quando passa a haver uma dualidade entre o produto artesanal e o industrial. Aconteceria, então, a crise do objeto único, pertencente a apenas as camadas mais abastadas capazes de pagar artistas. A burguesia traduziria esse repertório para o seu próprio, aplicando-o às regras do consumo, ou seja, grande quantidade com baixa qualidade. Algo que acaba por também ocorrer com a arquitetura, pois, segundo Colin (2004, p. 77): “A arquitetura deixou de ser considerada um objeto absolutamente pereene e utilitário”. O ambiente passa a ser extremamente vulnerável à sedução dos objetos e ao seu interminável processo de substituição pelo mercado. Das formas de expressão artística, a arquitetura seria a que mais está destinada à sociedade de consumo, se transformando em objeto passível de ser consumido e descartado e, conseqüentemente, integrado novamente a essa economia de mercado.

Pignatari (1973) assinala ainda que há na produção industrial dita *kitsch* a intenção de reproduzir ou imitar os objetos únicos do artesanato no nível da linguagem, transformando os objetos-coisas em objetos-signos. Pignatari (1973) assinala que estes objetos seriam então signos da indústria em suas fases primitivas ou anteriores ao estágio tecnológico. Essa atitude pode ser observada em diversas casas pesquisadas que utilizam materiais industrializados, mas que remetem, justamente, a uma época colonial (pré-industrial). Esses objetos não constituiriam a preocupação com um sentido totalizante, mas remeteriam a um valor emocional (referenciando a uma determinada época ou estilo). A própria gênese do *kitsch* é localizada no rococó e intensificada no Romantismo, daí adviria sua ênfase no apelo a expressão dos sentimentos e das emoções.

Segundo Molles (1975 p. 10), o *kitsch* se constituiria em mercadoria ordinária, “[...] é uma secreção artística da venda dos produtos de uma sociedade em grandes lojas que assim se transformam [...] em grandes templos”. O *kitsch* poderia ser definido,

ainda de acordo com Molles (1975) como um estilo marcado pela ausência de estilo, ou ainda, uma negação do que é autêntico. Logo, ele seria a introdução da idéia de beleza através da idéia de proximidade da beleza, diante desta se colocaria “[...] o utilitário, que não chega a ser propriamente funcional, e cuja única intenção é ignorar os valores estéticos” (MOLLES, 1975, p. 90). Desse modo, o *kitsch* se configuraria naquilo que é um pretexto, um fator acessório (CAVALCANTI e GUIMARAENS, s/d), um produto substitutivo (MOLLES 1975).

Contudo, esse produto remeteria a uma identificação da personalidade do seu possuidor, já que, ainda segundo Molles (1975), haveria no *kitsch* propriamente uma afirmação de si próprio, pois jamais se colocaria em questão um modo de vida. Nesse sentido, ele pode ser tomado como um sistema possessivo, pois o ser seria o que ele aparenta pelas suas posses, representando um estilo de vida constitutivo de uma classe que através dele se separaria das classes inferiores, ou então tentaria seduzir estas para seus próprios valores.

Com isso, poder-se-ia afirmar que a “modernização” pretendida pelos entrevistados tratar-se-ia, na verdade, de uma tentativa de apropriação daquilo que poderia ser denominado de *arquitetura oficial* (ou de uma elite), mas reelaborada a partir de soluções plástico-construtivas que remeteriam, na percepção dos moradores, a uma originalidade e uma individuação.

2.1.2 O PROJETO LEGAL: O COLETIVO E O INDIVÍDUO

O desejo de individuação não se manifesta apenas na incorporação de elementos arquitetônicos durante as auto-intervenções. Determinadas atitudes por parte dos entrevistados podem ser reveladoras de suas peculiaridades, e, nesse sentido, dão condições de ajudar a reconstituir a *visão de mundo* que estes possuem.

A legalização da reforma se verifica como uma imposição da prefeitura, contudo, devido a dificuldades de fiscalização e, muitas vezes, até certa *tolerância* por parte de muitos fiscais, acaba se difundindo uma idéia de permissividade ou falta de necessidade de se atender as disposições municipais que regem as construções. À primeira vista, a

falta de atenção ao Código de Obras, pode ser interpretada como simplesmente uma forma de barateamento da auto-intervenção, pois eliminaria o custo de contratação de um arquiteto ou engenheiro para a legalização do projeto junto à prefeitura. Porém, em uma análise mais atenta, verifica-se que esse tipo de prática constitui um hábito com profundas raízes na cultura brasileira, sendo visto por muitos não como uma atitude reprovável, mas, ao contrário, como uma prática rotineira e aceitável, ainda que contrarie os códigos legais.

Segundo as pesquisas, apenas dois entrevistados³⁴ reconheceram que tiveram alguma preocupação de legalizarem as suas reformas, ainda que, em todas elas, isso fosse obrigatório pelo Código de Obras vigente. Somente em duas residências houve a obtenção do *Habite-se* da prefeitura, mesmo assim, em uma ele foi conseguido de modo totalmente irregular. O proprietário desta casa legalizou a construção de um acréscimo, contudo este foi construído sem o afastamento de três metros exigido. A legalização aconteceu porque tal morador possuía um amigo funcionário do departamento que *facilitou* a concessão da licença. Em outro caso, apesar da casa ser legalizada, a varanda acabou não constou do projeto de legalização. Ainda outra residência legalizou a sua reforma somente depois das obras concluídas, valendo-se de uma disposição legal segundo o artigo 9.218.

Caberia então questionar porque há uma despreocupação por parte dos moradores em legalizar suas intervenções. Isso ocorreria exclusivamente devido ao fato de não haver por parte do governo uma fiscalização mais ostensiva? Sem dúvida este é um fator que contribui efetivamente para isso. O órgão de fiscalização da prefeitura do Rio de Janeiro envia fiscais somente através de denúncias se o denunciante se identificar formalmente, o que o inibe por medo de represálias por parte do denunciado.

Esse tipo de atitude não está presente apenas nessas residências, mas, segundo Carlos Lemos, ocorre com frequência na classe média. Lemos (1989, p. 71) assinala que:

A industrialização, em nossas grandes cidades, definiu com precisão a classe operária, ou proletária que, depois da Segunda Guerra Mundial passou a uma nova modalidade de construção residencial, aquela dita 'autoconstruída', levantada, quase sempre,

³⁴ Nesse caso, será omitido as referências a residência, a fim de preservar os proprietários de constrangimentos.

sem um plano geral e, no seu imediatismo alheia aos códigos de obra e regras [...].

Talvez, a razão desse tipo de atitude esteja mais relacionada com a sedimentação de hábitos culturais brasileiros do que efetivamente com uma capacidade do Estado de fiscalizar e punir os que não legalizam suas obras. Ou talvez mesmo os dois fatores estejam inter-relacionados.

Segundo Sérgio Buarque de Holanda (1984), as origens de tais procedimentos estão ligadas a uma herança portuguesa que foi adaptada nos trópicos, propiciando um descaso pelo cumprimento das regras, a um apego às relações pessoais e familiares, à valorização da aparência afetiva do *homem cordial* polido, mas insincero e superficial. Seria então, segundo o autor, o descaso com o cumprimento de regras, normas e leis estabelecidas uma característica marcante da nacionalidade que faria preferir as relações pessoais aos ditames estabelecidos por qualquer ideal democrático apoiado em uma Razão de Estado.

Também para Fernando Azevedo (1943), é o individualismo um dos elementos mais ativos que intervêm como princípio de ordem na cultura brasileira. Ele funciona como um instrumento de defesa do meio em que está inscrito o homem brasileiro. A dura vida solitária do sertão ou das fronteiras do sul³⁵, fora do alcance da lei, criou um tipo de homem “[...] rebelde a qualquer forma de organização social” (AZEVEDO 1943, p. 145), e que tomava esse individualismo o lugar da lei e da proteção do Estado.

Porém, essa prevalência do indivíduo, dada pela falta de coesão na sociedade brasileira, acentuou ainda mais um sentimento de falta de proteção. Com isso, ele é impelido a buscar em seu lar, onde está sua família, uma sensação de maior solidez, isto é, uma estabilidade diante das incertezas do meio em que vive, e, com isso, garantir um ponto de apoio e um sistema de proteção a ele mesmo.

O que se vê, atrás da estrutura do Estado não é o interesse coletivo de que é ou deve ser a suprema expressão; não é uma vontade objetiva que se desenvolve e reforça a dos indivíduos, para que esta se possa realizar completamente; não é a sociedade politicamente organizada, que como um espelho mágico, transmite ao indivíduo, com sua imagem, um poder novo, são antes de tudo forças vivas, as personalidades que agem e têm em suas mãos as alavancas de comando. Não são as instituições, não é a autoridade que se respeita,

³⁵ Ainda que estas regiões estejam distantes do local estudado, no Rio de Janeiro encontra-se presente um amálgama de culturas de todo o Brasil.

seja qual for o indivíduo em que ela se instalou; mas os personagens que detêm o poder ou se agitam no cenário político envolvendo-se em uma auréola de prestígio. (AZEVEDO, 1943, p. 120)

Dessa forma, a perda do respeito à lei aconteceria em prol de uma valorização do indivíduo ou da comunidade, como também observa Alexander (1986, p. 62): “Agora cada forma é concebida como obra de um só homem e seu êxito constitui seu logro exclusivo”. Ou seja, isso significa afirmar que as leis elaboradas a partir de uma proposta política, que se desenvolvem através de um entendimento global da sociedade, cederiam o lugar para o interesse particular ou de uma comunidade restrita. Neste caso, a casa se desvincularia de um sentido de inserção da sociedade como um todo, agindo seu proprietário sem uma preocupação de interação com as demandas da cidade, ao mesmo tempo em que ela também reflete isso em outra escala (como já visto no capítulo 1). Assim, o *ideal* democrático se contraporía à vontade individual de cada morador.

Isso é corroborado em outro momento das entrevistas, quando todos os moradores declararam que não houve em nenhum momento a preocupação em estabelecer um *diálogo* com os arredores, as reformas foram pensadas isoladamente do resto da vizinhança, desvinculando-se, consecutivamente, da cidade.

2.1.3 O ESPAÇO INTERIOR

A relação da casa com a cidade em que se insere pode ser denotativa de uma maior ou menor valorização do individualismo. Do mesmo modo, isto pode estar presente em diálogo que possa, ou não, existir da residência com seu entorno imediato. Pois a preocupação com uma bela fachada, por exemplo, não é algo que possa estar restrito apenas a fachada em si mesma, mas ela teria que ter uma relação com o meio em que se insere, se coadunando ou não com ele, sendo valorizada ou não por ele, se contrapondo ou não a ele etc.

Todavia, conquanto a questão da beleza tenha sido considerada como um fator importante durante as auto-intervenções por parte de todos os entrevistados, a relação com os arredores, principalmente no que concerne a uma relação plástica harmônica, foi

inteiramente desprezada por todos os moradores, sem exceção, caso, sobretudo, de fachadas reformadas e ocultadas da rua por altos muros. As casas foram pensadas como elementos isolados da paisagem urbana. A partir daí, pode-se até aventar que tal atitude seria devido, em grande parte, à dificuldade de manutenção, pelos seus proprietários, por questões financeiras. Até mesmo o poder público quase não investe em obras que valorizem o espaço urbano, isso se traduz em uma total carência de praças e locais públicos de entretenimento³⁶. O apego à rua e ao bairro, referidos anteriormente, estão relacionados quase que exclusivamente em relação às amizades com os moradores da vizinhança, do que em relação às características físicas presentes na localidade.

Desse modo, os elementos que comporiam a *beleza* de cada residência são concebidos isoladamente do contexto urbano. Os entrevistados declararam que não se preocupavam “com a relação com as casas vizinhas”, ou seja, não houve a intenção em estabelecer um *diálogo*, ou melhor, uma relação harmônica com os arredores, pois este lhes apresentava como, em suas palavras em termos gerais, “algo feio e destituído de qualquer senso estético”. Tal opinião dos moradores, talvez, possa ser interpretada como uma falta de entendimento dos elementos empregados nas outras auto-intervenções³⁷, pois feio remeteria a algo disforme ou desproporcionado; e a falta de senso estético, no senso comum, se traduziria como alguma coisa sem sentido ou sem beleza.

Tal ponto de vista também poderia ser interpretado como um sinal do individualismo caracterizado pelo falta de compromisso dos moradores em seguir algum estilo ou mesmo alguma diretriz plástica, originada por algum apego relacionado a um determinado uso ou por alguma identidade cultural existente nas localidades.

Essa falta de unidade e continuidade, que produz uma enorme diversidade da aparência externa das residências, pode gerar no morador um sentimento de perda de identidade com o lugar. Venturi (1995, p. 89) observa que: “O contraste entre interior e exterior pode ser uma importante manifestação de contradição em arquitetura”. Propicia-se a existência de uma dicotomia entre o espaço interior da casa e o espaço exterior a ela. Contudo, esse espaço exterior deve ser entendido, como adverte Netto

³⁶ No bairro de Higienópolis, há apenas uma única e pequena praça localizada na Avenida Dom Hélder Câmara, região fronteira com o bairro de Maria da Graça.

³⁷ Pois foram poucas as casas que mantiveram suas fachadas inalteradas.

(2002, p. 33), sendo “[...] aquilo que está afastado dela, i.e., a rua, o espaço coletivo”, nesse caso, a fachada deve ser tomada também como um elemento interno à casa. Como tal, nesse sentido, a fachada se torna um objeto que está no domínio do morador e, portanto, dentro de seu “espaço” de manipulação, independente de qualquer tipo de interferência ou compromisso externo.

Venturi (1995, p. 91) assinala ainda que: “A finalidade essencial do interior de um edifício consiste mais em encerrar do que em dirigir um espaço e em separar o interno do externo”. Do mesmo modo, Argan (2004), estabelece uma diferenciação entre o espaço interno e externo não vinculando este apenas a uma exterioridade, mas, ao contrário, o espaço interno pode estar presente também no exterior. Argan (2004, p. 80) afirma que:

[...] reconhecendo no espaço interno nada mais do que uma comunicação ou reciprocidade entre o que está dentro e o que está fora da caixa de muros, isto é, o valor formal que nasce da concepção da imagem arquitetônica como algo que se insere na realidade e a modifica: processo que se realiza evidentemente no ‘construir’.

Segundo Argan (2004), uma fachada do Renascimento poderia ser, desse modo, considerada um espaço interno mesmo sendo um espaço aberto, ao contrário da cela de um templo grego que é um espaço fechado sem ser um espaço interno. Ainda segundo Argan (2004, p. 82), “[...] mediante esse processo [de criar espaços, ou ‘espacejar’] o homem reconhece e define uma relação entre si mesmo e o mundo, delimitada uma ‘zona de experiência’ dentro da qual a própria personalidade é, de todo ativa”. Assim o espaço interno poderia ser definido, de acordo com Argan (2004) como aquele espaço onde se cria. A partir daí, “[...] o homem reconhece e define uma relação entre si mesmo e o mundo, delimita uma ‘zona de experiência’ dentro da qual a própria personalidade é, de todo modo, ‘ativa’” (ARGAN, 2004, p. 82). Bruno Zevi (1996, p. 18) afirma ainda que tudo o que não tem espaço interno não é arquitetura: “Mas arquitetura não provém de um conjunto de larguras, comprimentos e alturas dos elementos construtivos que encerram o espaço, mas precisamente do vazio, do espaço encerrado, do espaço interior em que os homens andam e vivem”. Portanto, o projeto deveria ser considerado como algo intrínseco ao espaço interno, onde é justamente o campo de atuação do morador.

O exterior, em oposição, se configuraria para os moradores o lugar da desordem, como gera, do mesmo modo, o sentido do espaço ilimitado; as noções de bairro e de

lugar tendem por quase desaparecer³⁸. Assim, pode-se perceber uma ruptura no sentido de territorialidade, a casa é pensada como uma arquitetura de interior, estando nela a sua essência.

Netto (2002) alerta, entretanto, que não se deva considerar o espaço exterior de domínio do urbanismo. Essa distinção sobrevém na cultura popular a partir do momento em que há a idéia de tomar o externo como algo fora dos domínios da família; a separação entre espaço interior e exterior é uma das características da cultura ou nas palavras do próprio Netto (2002, p. 31), do “[...] espírito pré-científico para o qual o interior de uma coisa é sua essência, sua verdade, sua natureza e seu destino último, [...] o pensamento ‘interiorista’ é antes um pensamento místico”. Portanto, o espaço da casa se configuraria em espaço do pequeno contraposto ao ilimitado do espaço exterior. Essa dicotomia se apresentaria como uma relação entre aquilo que está no domínio de uma compreensão do morador e aquilo que escapa do seu entendimento imediato. Nesse caso, poder-se-ia estabelecer uma correspondência entre a esfera do pequeno como algo que remetesse a um costume já sedimentado, já que está relacionado imediatamente com um mundo já inteligível em suas próprias bases, enquanto o *exterior* necessitaria de um processo racional para se poder processá-lo. Vittorio Gregotti (2001, p. 73) assinala que:

A universalidade da cultura, a difusão dos símbolos comuns, o progresso tecnológico e o transporte cada vez mais acessível a grandes distâncias, convertem os homens inseridos no nosso modelo de cultura em relativamente mais indiferentes ao ambiente urbano e territorial de origem ou, ao menos, atenua a relação entre ambiente físico e cultural dos grupos sociais.

Segundo Bachelard (1978) existiriam, na casa, divisões básicas dos espaços psíquicos, representados pelo *eu* e o *não-eu*, e que encontrariam uma correspondência entre a *casa* e a *não-casa*. Nesse sentido, o pensamento de Bachelard assinala que a casa inclui e exclui o espaço, apresentado, então, dois diferentes componentes que são justamente a fachada e o interior. A morada que o homem habita, como continua o filósofo francês, é o reflexo de como este vê a si mesmo. O interior é aquilo que é visto por dentro sendo revelado somente às pessoas que pertencem à intimidade dos

³⁸ Os moradores declararam gostar do local onde vivem, principalmente devido a muitas amizades que lá possuem. Isso se torna mais compreensível por se tratar de um bairro de casas (não de apartamentos) o que gera um sentido de vizinhança maior.

moradores. Ao mesmo tempo, o exterior se configura como o espaço onde se age a máscara, ou seja, o que se escolhe para ser mostrado aos outros. A casa torna-se, desse modo, um invólucro do espaço pessoal, uma região tangível do *eu*. No momento em que o homem se habitua a sua moradia, ele passa a alegar direitos sobre esse *mundo*, projetando, então, algo de si mesmo sobre o objeto construído. A residência é, dessa forma, uma declaração do *eu*, revelando a natureza deste.

A casa como símbolo do *eu* possui uma relação direta com a noção de casa como símbolo de útero, que propicia um sentimento de segurança e advém da própria infância do homem. Pode-se estabelecer uma graduação na vivência e na apreensão dos espaços. O útero seria o primeiro ambiente do homem, que, em seguida, perceberia o espaço físico imediato com a presença de pessoas próximas. Em uma terceira etapa, haveria o entendimento da casa como a totalidade do mundo, onde o bebê estaria inscrito; possuindo uma aparência familiar e reconhecível como lugar de segurança e conforto. Mais tarde, esse espaço é ampliado para o jardim, a vizinhança, a cidade etc. Dessa forma, o ambiente residencial é entendido como o lugar dos primeiros pensamentos conscientes, onde se aprofundam as raízes.

De acordo com Ábalos (2003), entre os dois âmbitos exterior/interior, haveria um permanente combate, onde a porta, o acesso, se faz como o lugar em que articulam as esferas do público e do privado. Por isso, segundo o autor basco, a porta não pode ser vista em si mesma como um objeto técnico, mas, ao contrário, ela ganha uma dimensão figurativa, capaz de evocar uma porta já existente, *intemporal*. Nas residências de Higienópolis, a porta (objeto físico) não possui uma proeminência na fachada, contudo, pode-se perceber a importância da porta figurativa, na medida em que em todas as residências houve uma preocupação dos moradores em fazer uma nítida distinção entre o espaço público e o privado, não havendo espaços intermediários.

Haveria, dessa forma, uma correlação entre o estilo ou a decoração utilizados tanto na fachada como no interior e a própria imagem que o morador tem de si. Isso variaria, respectivamente, como este quer se apresentar para a sociedade (mundo externo) e como ele deseja se mostrar para a sua esfera íntima.

Essas considerações, talvez, possam explicar porque, de modo geral, os entrevistados tomaram os diversos elementos que compõe cada uma de suas casas

isoladamente. Há vez por outra, como foi abordado nas entrevistas, a intenção de se pensar o conjunto, mas isso acaba por se constituir propriamente uma intenção que não se efetiva totalmente, pois acaba-se por esbarrar em diversos fatores que vão desde a disponibilidade imediata dos materiais até gostos diferentes dentro da mesma família, ou ainda falta de recursos financeiros para implementar uma intervenção maior.

Poder-se-ia, talvez, desse modo, fornecer uma explicação para a existência de uma incongruência e uma desarmonia no emprego dos diversos materiais que são empregados na construção das residências. Isso levaria a concluir que os proprietários privilegiaram determinadas atitudes *projetivas* em detrimento de outras sem se pensar efetivamente em um projeto arquitetônico como um todo. Antes mesmo de se analisar quais foram as possíveis incongruências plásticas ou funcionais presentes em cada reforma ou construção, pode-se aventar que a existência dessas já configura que não houve um processo projetivo que observasse as incompatibilidades construtivas. Cada decisão por parte do proprietário durante a obra foi gerada por expectativas distintas, ora plásticas, ora funcionais, ora financeiras, mas havia presente em todas elas uma elucidação que remeteria a questões associadas a fatores arquetípicos e/ou simbólicos, que se apresentariam como referenciais, como por exemplo, elementos que relacionam a casa de fazenda da infância, ao apartamento recém lançado em um bairro nobre etc.

2.1.4 O ESPAÇO ARTIFICIAL

A possibilidade de ampliação ou até mesmo de redução da área útil da casa leva a indagação de como ocorreria o diálogo entre o espaço construído e o espaço não-construído. Segundo as entrevistas, houve em todos os casos um aumento da área edificada nas reformas e construções. Mesmo nos locais destinados aos jardins, ou seja, em áreas onde havia a presença da terra *in natura*, houve em todos os casos a aplicação de um piso de cobertura de concreto aparente ou a aplicação de algum tipo de revestimento a fim de reduzir esta área a apenas uns poucos canteiros ou mesmo nenhum.

Segundo Netto (2002, p. 49):

Um dos traços definidores da arquitetura é a ‘ocupação do espaço’, [...] a arquitetura é ordenação, disposição do espaço, que pode ou não implicar uma ocupação. [...] o conceito de ocupação está demasiadamente ligado, com toda a evidência, ao conceito de privado, de propriedade particular.

Poder-se-ia então relacionar a construção (ampliação) como um vínculo de apropriação do espaço? Tomando-se novamente por base as entrevistas, houve alguns casos em que a ampliação ou edificação de novos ambientes comprovou-se quase que como obsoleta. Os terraços existentes nas residências 1, 3 e 5 não apresentam, segundo as palavras dos próprios moradores, “praticamente nenhuma utilidade”. Neles, houve ainda a construção de telhados, para que fosse possível a utilização em quaisquer condições climáticas. Eles foram concebidos para serem usados em reuniões de família ou em festividades, porém estas quase nunca ocorrem nesses locais, principalmente, devido à dificuldade de acesso (necessidade de subir escadas), além da necessidade de uma grande limpeza, pois segundo os entrevistados, eles se tornam lugares de “acumulação de poeira”.

As áreas cimentadas em todas as residências visavam similarmente a aumentar a área útil do terreno, possibilitando a utilização pelas pessoas de modo supostamente mais confortável, além de facilitar, supostamente, a limpeza e conservação. Desse modo, terraços e *jardins* se configurariam como extensões da própria casa, não se apresentado como uma contrapartida do espaço construído, ou seja, eles possuiriam um caráter também funcional.

Nas residências pesquisadas, as áreas destinadas à vegetação se tornaram ainda mais exíguas, ficando, como já mencionado, praticamente, restritas a alguns canteiros³⁹. Será que se pode realmente considerar essas ambientes como *naturais*? Ainda segundo Netto (2002, p. 58), no ocidente, considera-se “[...] a pequena quantidade de plantas num jardim apenas como ‘amostra’ de natureza e não como um pedaço da própria natureza”. Haveria, portanto, ainda segundo o autor (2002) uma imposição do racionalismo ao *natural*, pois a natureza é tida como desordenada e causadora de problemas. Em posição diametralmente oposta, está a cultura oriental que, por Netto (2002), apresentaria esta um caráter mais racional, já que considera a *natureza* e seus

³⁹ Pode-se apenas excluir a residência 2 no que concerne ao terreno que fica localizado lateralmente a casa. Contudo o próprio proprietário o concebe como um anexo à residência, pois não há nada edificado neste, inclusive sua entrada se faz por um acesso independente da casa.

elementos como signos de si mesmos, isto é, a natureza não vai além de si, uma flor representa uma flor, não podendo ser substituída por uma similar artificial, pois se transformaria em algo excessivamente semantizado, inadequado a operação arquitetural. Haveria nos jardins ocidentais e mais especificamente nesses *canteiros* a idéia da natureza dominada e disposta pela ação do proprietário. Mesmo as áreas verdes, que tradicionalmente eram localizadas nos fundos das residências, ou seja, nos quintais, cederam espaço para o uso do terraço, onde este procurou desempenhar o papel de local íntimo e de reuniões.

Desse modo, aquilo que inicialmente era entendido pelo proprietário como uma possibilidade de ampliação da área *útil* torna-se, provavelmente, na constituição de um espaço ocioso. Talvez se possa afirmar que a idéia de aumentar a funcionalidade da casa remontaria a um costume já enraizado desde o período colonial, mas que a partir do século XIX importou um tipo de implantação de casa, afastada das divisas do lote, típico das residências existentes no norte da Europa e da América. A legislação brasileira obrigou a partir do início do século XX a um distanciamento de pelo menos três metros da divisa frontal.

A falta de moradias e a especulação imobiliária forçaram a um aproveitamento cada vez maior do terreno, daí acarretando que o aumento da área construída signifique uma elevação do *status* da família. Esses dois fatores associados poderiam, então, ser considerados uma contrapartida a um tipo de utilização do terreno, resultando daí uma forma de entender o espaço como valor na medida em que é edificado. Ao mesmo tempo, poder-se-ia afirmar que seria um momento em que o uso habitual da relação da casa com o lote se manifesta através da apropriação do afastamento frontal como área útil e não um espaço destinado a um jardim *natural*, pois este não é visto como uma área usável, no sentido de poder ser ocupada e ser destinada à alguma coisa que não o mero embelezamento da residência. Todos os moradores opuseram o conceito de útil ao de belo.

2.1.5 O ESPAÇO FUNCIONAL

Percebe-se presente nas casas estudadas uma preocupação premente na facilidade de manutenção do imóvel. Todos os entrevistados apontaram objetivamente para a praticidade da casa como um dos fatores que incentivaram a realização da reforma. Isso se verifica não somente na presença de eletrodomésticos de todos os tipos dentro da cozinha, por exemplo, mas, do mesmo modo, através de revestimentos mais práticos para a limpeza, eliminação de ornamentos arquitetônicos, supressão de áreas verdes.

Nesse sentido, a fim de propiciar uma maior funcionalidade, principalmente das áreas de serviço, e em especial a cozinha, a habitação no Brasil passa na primeira metade do século por um processo de reformulação. Novas concepções espaciais têm origem, inicialmente, a partir da reformadora social e líder feminista estadunidense Catherine Esther Beecher que, quando da publicação, em 1841, do livro *Treatise on Domestic Economy*, propôs novas formas de organizar o espaço doméstico, partindo do conceito de eficiência. Seus estudos chegaram ao Brasil ainda no final do século XIX, e ensejaram uma série de debates e reformulações a cerca da importância da funcionalidade da cozinha (LEMOS, 1999)

A partir daí, as cozinhas foram o alvo principal desse rearranjo dos espaços. Beecher procurou conceber uma *otimização* do projeto de cozinhas a fim de reduzir os esforços nela presentes. Giedion (1975) lembra que houve também, uma engenharia do lar concebida através dos princípios de Taylor que se apoiava no gerenciamento científico da condução de tarefas domésticas e no arranjo e disposição dos espaços da casa. Segundo Correia (2004, p. 85):

Influências do taylorismo também se revelaram na concepção da moradia formulada por arquitetos do CIAM, a qual pode ser entendida em grande parte como uma tentativa de transpor a racionalidade do mundo fabril taylorizado para o ambiente doméstico.

De acordo com Lemos (1999), no Brasil, uma das primeiras publicações dedicadas a esse tema coube a Sylvino Júnior⁴⁰, influenciado pelas idéias de Beecher, que escreveu um livro, em 1894, intitulado “A dona de casa”, no qual se preocupa com a racionalidade no planejamento do espaço doméstico. Este observa ainda que para

⁴⁰ Pseudônimo de um famoso escritor fluminense, segundo informação do jornal *Correio Paulistano*.

melhorar a limpeza da cozinha, a Municipalidade deveria obrigar aos proprietários de casas a construírem cozinhas de paredes de azulejos, ou outro tipo de faiança, e assoalhos de ladrilho.

Os livros de Beecher e Sylvino Junior tratam não somente da questão da racionalização dos cômodos da residência, mas tem o valor de repensar o papel da mulher com a facilitação de seu trabalho em uma época em que a escravatura havia sido abolida⁴¹ e quando estas cada vez mais, a partir de então, passam a fazer parte do mercado de trabalho.

Estas publicações vieram influenciar, de acordo com Correia (2004) a atitude projetiva de diversos arquitetos como Affonso Reidy, Carmen Portinho, Henrique Mindlin para a difusão das concepções racionalistas da habitação postuladas pelos CIAMs. Tais diretrizes também foram apoiadas pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho⁴² (IDORT) que procurou, nas décadas de 1930 e 1940, aplicar os princípios contidos nas idéias de Taylor para esta organização da moradia, difundindo conceitos referentes ao projeto e ao arranjo interno da casa. A intenção do IDORT era reorganizar as tarefas domésticas a fim de aumentar a sua eficiência. Isso perpassava principalmente por uma racionalização da cozinha, pois era visto que a dona de casa desperdiçava seu tempo nas atividades domésticas, ocasionando-lhe uma sobrecarga de trabalho.

Correia (2004) observa que Raul Vietas realizou conferência, patrocinada pelo IDORT no início da década de 1940, em que pregava que o modelo de cozinha deveria ser o de um pequeno compartimento circundado por armários altos e baixos, nos quais se encaixam o balcão, a pia e o fogão, com isso não haveria mais a necessidade da despensa, tida como algo antiquado. A cozinha se transformava então em um cômodo onde a eficiência com sua racionalização espacial e seus novos equipamentos tomava lugar do antigo cômodo relegado a uma posição menos distinta na residência.

No processo de transformação do espaço da cozinha, pode-se observar ainda que, segundo Carlos Lemos (1980, p. 58), “Foram as condições de higiene da habitação

⁴¹ Ainda que as escravas tenham sido substituídas pelas empregadas domésticas, a situação não foi exatamente mais a mesma, cada vez mais houve uma necessidade maior da presença da dona de casa na cozinha.

⁴² Fundado em 1931, foi estruturado segundo os moldes da Taylor Society, dos Estados Unidos, tendo como um dos princípios a divulgação dos processos racionalista de trabalho, que estavam em andamento nos grandes centros industriais, articulando, desse modo, a implementação do taylorismo no Brasil.

principalmente e dos edifícios em geral que provocaram leis e códigos incidindo diretamente na composição arquitetônica”. Nesse sentido, a cozinha e o banheiro passam por um processo de higienização que já estava presente no ideário do século XIX, como já visto anteriormente. Isso significa dizer que passa a haver uma preocupação na intensificação dos processos de limpeza. Para tanto, se apregoava que as áreas ditas úmidas (cozinha, banheiro, serviços) deveriam receber revestimentos de azulejos, a fim de facilitar o asseio doméstico.

De fato, isso se pode verificar durante as entrevistas, já que algumas escolhas foram recorrentes nos nove casos analisados. Houve uma preocupação constante com as áreas úmidas que levou os proprietários a procurar revesti-las com azulejos. Essa atitude tem tanto um caráter plástico quanto funcional, pois segundo as respostas do questionário, os moradores se preocuparam com questões ligadas a higiene, ao mesmo tempo em que consideravam o azulejo uma espécie de material nobre, ou seja, revestir cozinha e banheiro até o teto demonstra, segundo eles, que houve cuidado e esmero no acabamento.

Por um lado, os azulejos possibilitariam uma limpeza mais fácil e melhor, pois haveria condições, segundo as palavras de todos os entrevistados, de “se jogar água em toda a parede”. Contudo, esse tipo de atitude não era comumente realizada, visto que havia partes da parede onde os azulejos estavam *enterrados*, ou seja, escondidos atrás de armários, geladeiras, *freezers*. Além disso, no caso das residências 1, 7 e 8, há uma copa conjugada à cozinha que também recebeu o mesmo tipo de revestimento, que se revelou desnecessário no aspecto funcional, acabando por desempenhar apenas uma função ornamental.

Interrogados sobre outras possibilidades de revestimento que possibilitariam uma economia e poderiam ter um efeito até melhor esteticamente⁴³, os proprietários apenas responderam que não tinham conhecimento de alternativas ou que procederam dessa forma, pois “assim era costume” ou “estava na moda”. Ou seja, isso poderia ser denotativo de que eles tinham uma idéia pré-concebida de que uma cozinha teria de ser construída com determinados elementos. Resposta praticamente idêntica foi dada em todas as outras residências pesquisadas, mesmo que ainda houvesse uma necessidade

⁴³ Uma das possibilidades sugeridas durante a entrevista, foi a pintura da parte superior da parede com tinta acrílica lavável.

maior de revestimento devido às características dessas cozinhas. Algumas possuíam uma área útil diminuta (residência 3, 4 e 8) que fazia com que a área de cocção, que produz muita gordura, ficasse muito próxima de todas as paredes, havendo também uma exaustão reduzida⁴⁴. Os proprietários declararam do mesmo modo não atentar para qualquer outra possibilidade de revestimento⁴⁵.

O mesmo caso aconteceu com os banheiros. Porém, nesse cômodo, a justificativa funcional para a utilização dos azulejos até o teto torna-se reduzida⁴⁶. Segundo Bittar e Veríssimo (1999), existe toda uma transformação, ou melhor, uma ascensão do *status* do banheiro no Brasil durante o século XX (e no mundo ocidental como um todo também). No início da era colonial, a imagem do banheiro estava associada ao *sujo*. Localizado na parte externa da residência, nos fundos do quintal, ele passa, no início do século XX nas residências abastadas, a uma posição de destaque. Utilizando materiais nobres de origem européia, o banheiro torna-se um tipo de *certificado de status* social de seu proprietário.

Na década de 1950, já incorporado ao programa residencial, o banheiro das residências médias utiliza peças básicas “[...] em louça branca num espaço revestido de azulejos brancos até a metade da parede” (BITTAR e VERRÍSIMO 1999, p. 104). Com a indústria de azulejos e materiais sanitários em expansão na década de 1970, a sofisticação do banheiro passa a ser acessível também à classe média, que o torna também símbolo de ascensão social. Segundo Bittar e Veríssimo (1999, p. 105), “[...] há uma verdadeira mitificação do espaço para a higiene”, fazendo com que a reforma ou construção desse espaço seja mais oneroso que a pintura de toda a casa.

Ainda segundo Bittar e Veríssimo (1999), processo semelhante aconteceria com a cozinha. Local destinado aos escravos durante o período colonial, a cozinha passa já no século XIX por grandes modificações, decorrente da abolição da escravatura e da

⁴⁴ Foi ainda consultada uma imobiliária no bairro de Higienópolis, Waldir e Israel Imóveis, sobre a valorização dos imóveis em relação à quantidade de azulejos. Esta imobiliária informou que o mercado valoriza sensivelmente mais as casas que colocam azulejos até o teto, sendo que algumas chegam a colocar azulejos inclusive no teto a fim de valorizar ainda mais o imóvel, entretanto sem qualquer necessidade prática ou qualidade estética.

⁴⁵ O mercado na época de cada reforma, ainda que possuísse uma quantidade menor de produtos do que hoje é oferecido, já oferecia diversos tipos de tintas laváveis.

⁴⁶ Devido principalmente a não haver produção de gordura como na cozinha, que impregnaria o revestimento da parede, dificultando a sua retirada. O azulejo por possuir uma superfície mais lisa e resistente acabaria por facilitar tal trabalho.

instalação da água encanada. A escrava cede espaço para a mãe, pertencente esta à família nuclear, que passa a gerenciar o local destinado à preparação de alimentos. É essa mesma mulher que determina mudanças significativas na melhoria dos interiores: “[...] os materiais de revestimento, além de laváveis e duráveis, começam a apresentar certa preocupação formal” (BITTAR e VERRÍSIMO 1999, p. 112). A partir da década de 1950, haverá a presença de cerâmicas lisas ou decoradas, e após a década de 1970, surgem “[...] azulejos decorados em larga escala, de padrões variados, para todos os gostos” (BITTAR e VERRÍSIMO 1999, p. 114). Esses azulejos não possuem um sistema de reposição de peças, estimulando um consumo de sempre novos materiais. Ainda, segundo Bittar e Veríssimo (1999, p. 114):

Vamos encontrar novas decorações de cozinhas antigas, necessidades de modernizar o espaço que a mulher do final do século vai voltar a ocupar [...]. Ela precisa de um espaço funcional e agradável, ainda que sufoque alguns valores tradicionais de nossa cultura, como a presença de ‘estranhos’ neste espaço antes inviolável.

A profusão do uso de azulejos passa também a ser justificado pela instalação do sistema de água encanada, aliado ao fato de na maioria das regiões do Rio de Janeiro contar com uma abundância de água, a um custo que, até a década de 1980, poderia ser considerado ínfimo. Essa condição permitia que houvesse realmente uma possibilidade de um efetivo *banho de água* em banheiros e cozinhas para se efetuar a limpeza.

Contudo, houve uma resistência à tentativa de incorporação da sala à cozinha, o que tornaria o espaço mais integrado e evitaria certo aprisionamento da dona-de-casa cozinheira em um local fechado. Esse tipo de partido adotado em larga escala nos EUA como sinal de uma modernização em uma época que não utiliza mais a mão-de-obra escrava ou subserviente para tarefas domésticas, foi raramente empregado no Brasil. Ainda persiste a idéia de que esta parte da casa é um local que deve ser isolado das áreas sociais, mesmo que, cada vez mais, a cozinha seja o local em que a família e os amigos, geralmente, se reúnem para preparar os alimentos. Em todas as residências pesquisadas não havia em qualquer uma delas a presença da empregada doméstica, mas ainda assim em nenhuma das residências havia, do mesmo modo, a integração da sala com o local de cocção.

Ao mesmo tempo, em que se procurava modernizar a cozinha, instalando nesta, aparelhos eletrônicos que *otimizassem* a vida doméstica, a cozinha da casa de veraneio

recupera valores ancestrais de uma cozinha às antigas. Similarmente, há nas residências mais modestas uma maior dificuldade da incorporação de elementos modernos, como também assinala Bittar e Veríssimo (1999, p. 112):

As casas pobres continuam utilizando o mesmo espaço da cozinha colonial, ainda preso à tradição que persiste. Hoje nas casas de favelas, nas casas de taipa nos núcleos rurais, podemos perceber como os valores persistem traduzindo a mesma essência que o próprio usuário não percebe, mas perpetua.

A utilização de novos materiais presentes nos banheiros e nas cozinhas se constituiu em uma forma de demonstração de uma melhoria da condição de vida, através da possibilidade econômica da compra de desses novos produtos fabricados pela indústria, assimilando-se, talvez, desse modo, certo tipo de modismo, ao mesmo tempo em que estes promovem uma idéia de “racionalização” do espaço, dada pela sua mecanização.

Essa cozinha mecanizada com aparelhos modernos que *ajudam na vida da dona de casa*, a preocupação com a limpeza (higienização) da casa, as paredes brancas do interior – presentes em todas as casas estudadas –, materiais advindos da indústria (esquadrias de alumínio, telhas de amianto), a preocupação em uma racionalização dos acessos aos cômodos, podem, talvez, ser considerados elementos de uma herança positivista, que, de certo modo, diluem a individualidade do morador em prol de preceitos advindos da ciência (medicina, tecnologia) ou de um pensamento racionalista.

2.1.6 O ESPAÇO SIMBÓLICO

Se em um determinado momento da história brasileira, a funcionalidade foi um elemento fundamental, isso não significou que a dimensão simbólica da moradia perdesse espaço. Pôde-se perceber que o aspecto funcional transcendeu a questões apenas ligadas a racionalidade da habitação, mas trouxe também consigo relações de valor evocativo. Nesse aspecto, deve se entender uma residência através de diversos signos que estão nela presentes e fazem com que ela adquira novos significados. Já advertia Bachelar (1978, p. 200), em relação à moradia que: “É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda a acepção do termo”. Sendo assim, “A casa nos fornecerá

simultaneamente imagens dispersas e um corpo de imagens” (BACHELAR, 1978, p. 199).

Dentre os diversos entendimentos e percepções do significado da moradia, há no pensamento do filósofo francês uma forma de se ver a casa que remete a uma verticalidade. Segundo este (1978, p. 208), “[...] a casa é imaginada como um ser vertical”, ou seja, isso acontece devido a uma oposição entre o porão e o telhado. Enquanto aquele remeteria a uma irracionalidade, este tem uma relação com o racional:

O telhado revela imediatamente sua razão de ser: cobre o homem que tem medo da chuva e do sol. [...] Todos os pensamentos que se ligam ao telhado são claros. No sótão, vê-se, com prazer, a forte ossatura dos vigamentos. Participa-se da sólida geometria dos carpinteiros. (BACHELARD, 1978, p. 209)

Desse modo, talvez fosse no telhado que o morador expressasse mais claramente sua real intenção ou desejo. Desse modo, ele estaria mais próximo de uma idéia de “modernidade”, pois este elemento arquitetônico, tal como as preocupações do modernismo, remeteria a uma clareza e a uma funcionalidade mais imediata. Enquanto em um prédio de apartamentos o telhado não é visto, na casa ele se torna um elemento mais evidente (ainda que não sirva como cobertura, como no caso da residência 3).

As coberturas existentes nas nove casas pesquisadas possuem basicamente dois tipos diferentes de variações. No primeiro tipo, estariam presentes as telhas de cerâmica sendo utilizado ou tipo capa-canal ou então a telha plana. Haveria no segundo caso, a cobertura realizada por meio de telha de baixo caimento, podendo ser de amianto ou alumínio. As telhas de cerâmica estão presentes nas residências 1, 2, 3, 5, 7, 8 e 9, e as telhas de baixa inclinação de amianto ou alumínio encontram-se em todas as residências, a exceção apenas da nº 4, que, todavia, possui laje impermeabilizada. Pode-se então observar que existe uma utilização de ambos os tipos de telhados na mesma residência. Contudo, antes de começar a delinear uma análise sobre o emprego destes tipos de cobertura, seria interessante abordar a genealogia de cada um.

Utilizada desde o período colonial, a telha capa-canal é associada à própria época, recebendo com isso também o nome de telha colonial. A telha francesa começou a ser utilizada no Brasil somente a partir da década de 1850, e a partir de então esses dois tipos de telha passaram a cobrir quase a totalidade das residências brasileiras. Contudo, o modernismo apregoava a laje impermeabilizada como forma de

revestimento. Devido ao alto índice pluviométrico aliado a uma carência de mão-de-obra especializada, esse tipo de procedimento tornava-se quase que inviável para a maioria das construções brasileiras. Seria então necessário utilizar uma telha que possuísse uma baixa inclinação, sendo assim possível de instalá-la sobre a pretensa laje, e realizando, com isso, a impermeabilização que não se efetivava de fato com o concreto da laje. Esse tipo de telhado não deveria prejudicar o efeito estético pretendido, isto é, a construção teria que continuar a ter a aparência de seguir os preceitos modernos da laje impermeabilizada, contudo, as telhas não poderiam, de fato, ser vistas.

Nas telhas de cerâmica, há uma maior dificuldade de aplicação, pois estas necessitam uma inclinação mínima de 30%, o que comprometeria o efeito estético desejado. Somente telhas feitas a partir de fibras de amianto ou de placas metálicas ou ainda de material plástico poderiam desempenhar essa função. O Brasil iniciou sua produção comercial do amianto em 1938, mas somente no final da década de 1960, com a expansão da indústria é que, efetivamente, começou a haver uma proliferação desse tipo de telha. Casas poderiam ser construídas no mais *autêntico* estilo moderno sem problemas de infiltração de águas pluviais.

Entretanto, essas telhas não demonstraram que poderiam ser utilizadas somente para esse tipo de aplicação. Apesar delas, dependendo do modelo, terem um custo por metro quadrado superior ao de uma telha comum de cerâmica seja capa-canal ou plana, elas demandam um madeiramento menor e tornam-se mais fáceis de instalar, reduzindo, com isso, o custo da mão-de-obra.

As telhas industrializadas possuíam então uma maior facilidade de aquisição, sendo contrapostas ao modelo *tradicional* das telhas de cerâmica. Além da questão do custo, elas passaram a remeter, do mesmo modo, a questões plásticas e estilísticas. A residência 2 originalmente construída com telha plana e na próxima daquilo que era chamado no início do século XX de “casa colonial”, foi reformada tendo seu telhado parcialmente modificado (figura 27). Como mostrado anteriormente, a alteração do telhado consistiu em dar a este uma feição “mais colonial”. Essa transformação apresentou um carácter puramente estético, na medida em que não há nenhuma melhoria funcional e há ainda a presença do telhado original da casa, porém não podendo ser este visto da rua.

Telhado construído na reforma (telha capa-canal)

Telhado original (telha francesa)



Figura 24: Telha do da residência 2

Conforme o proprietário, sua intenção era compor uma fachada que remetesse ao dito *estilo colonial*, apagando a imagem da casa antiga que ele considerava como algo velho que “lembrava uma igreja”. A casa neocolonial original foi transformada em uma casa vulgarmente conhecida de “coloniosa”, ou seja, essa intervenção consistiu na verdade em uma releitura do período Colonial. Do mesmo modo que o neocolonial era tido, no início do século XX, como uma proposta “modernizante” dentro de uma estética culturalista, a arquitetura vernácula assume novamente um carácter atualizador dentro do mesmo tipo de proposta.

Pode-se ainda traçar um paralelo entre esta residência e a residência 3, já que do mesmo modo houve uma alteração da fachada juntamente com uma mudança de telhado (figura 28). Contudo, a proposta nesse caso foi, ao invés de remeter a uma fachada colonial, de haver uma fachada de linhas “modernas”. Esta residência construída na mesma época da residência 2 e pertencente originalmente ao mesmo estilo neocolonial, teve também presente na sua reforma a idéia básica de “apagar” a imagem de uma “casa

antiga”. Seu proprietário, como descrito anteriormente, procurou, ao mesmo tempo, através do revestimento da fachada possibilitar um gasto menor na conservação desta. Contudo, o novo telhado, presente na fachada frontal, não possui qualquer intenção funcional tendo apenas um sentido estético. As telhas canaleta 45 que fazem parte deste telhado (figura 28) apenas servem para esconder o telhado de telhas planas que se localiza atrás deste. Não obstante, o telhado do terraço que se localiza nos fundos da mesma casa, utiliza o mesmo tipo de telhas do modelo canaleta 45, contudo, nesse caso, foram usadas por questões de cunho apenas funcional, levando-se em conta, fundamentalmente, o custo total.

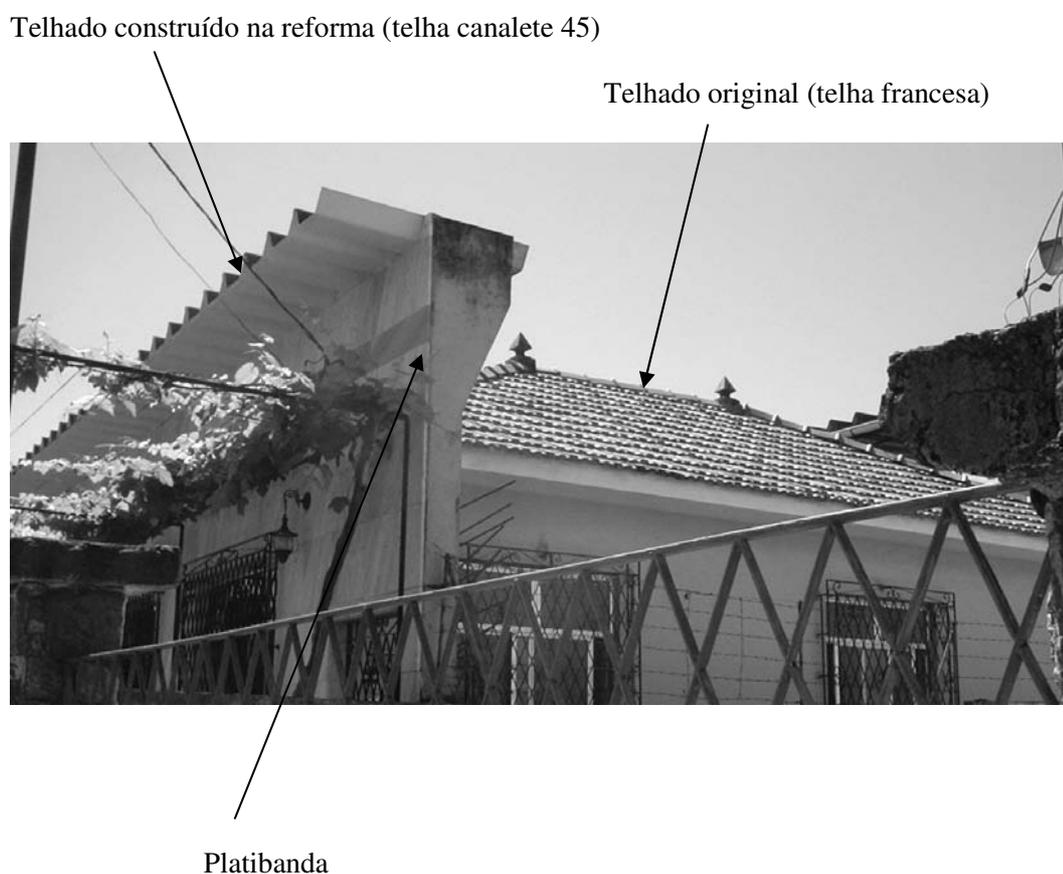


Figura 25: Telhado da residência 3

Passaria então a haver, nesse caso, uma maior harmonia entre o telhado construído na reforma da casa e o telhado do terraço. Entretanto, o mesmo não acontece com as residências 1, 7 e 8, pois, nesses casos, há uma mistura de três a quatro tipos de

telhas diferentes, existindo uma diversidade de propostas estilísticas. Na residência 1, enquanto o corpo principal das casas utiliza telhas de cerâmica (tanto capa-canal como plana), o terraço e garagem utilizam telhas de amianto e de metal respectivamente. No primeiro caso, a escolha das telhas, segundo a proprietária, se deveu a motivos eminentemente estéticos, procurando remeter a “uma idéia de casa colonial”, contudo no outro caso (telhas de metal e amianto), a decisão foi dada pelo custo. O mesmo aconteceu com a residência 2 em relação à garagem e ao terraço, onde a telha de amianto foi utilizada, em contraposição com a telha capa-canal e a plana para a parte principal da casa. Portanto, a telha cerâmica acaba por deter uma função simbólica, enquanto a telha metálica ou de amianto, ainda que possua algum tipo simbolismo, obtêm sua preferência a partir de questões financeiras.

Sendo assim, as telhas de amianto ou de metal foram empregadas em todas as residências que necessitaram construir um telhado (exceção da residência 4). A justificativa do baixo custo esteve presente também em todas elas quando não se tratava da parte principal da moradia. Tal fato pode, provavelmente, ser explicado devido a carga simbólica que detém esta parte da residência, remetendo a uma elevação do nível de *status* social⁴⁷.

As telhas de amianto ou de metal propiciaram uma nova linguagem plástica que não se coaduna com a antiga, mas se torna conveniente em termos financeiros. Assim, as telhas industrializadas estabelecem uma associação direta entre “modernidade” e baixo custo. Os proprietários podem ser divididos então em dois grupos, os que optaram em utilizar telhas industrializadas no corpo principal da residência (2, 5 e 6) e os que mantiveram a proposta *colonial* da casa original (1, 2, 7, 8 e 9). Neste caso, a telha industrializada foi empregada em anexos da residência, ou seja, em extensões construídas fora do projeto original.

Poder-se-ia então concluir que enquanto no corpo principal da casa há conjuntamente uma intenção plástica e funcional; os *anexos* possuiriam apenas uma concepção funcionalista. Se assim for verdade, haveria uma relação imediata entre elementos contemporâneos e a funcionalidade, enquanto os elementos de cobertura que remeteriam a aspectos já sedimentados pela cultura arquitetônica brasileira, seriam

⁴⁷ Talvez, tal fato tenha ainda raízes culturais que advém da antiga Casa Grande dos engenhos coloniais que demonstravam o poder do seu proprietário.

adotados de acordo com o gosto do proprietário, ou seja, sem uma preocupação formal mais presente.

Ao mesmo tempo, a articulação entre estes dois materiais se estabeleceria de um modo absolutamente precário. Através dos estudos de caso, pôde-se observar que os anexos foram implantados em áreas menos privilegiadas do terreno, ou seja, nos fundos (residência 1 e 3) ou na lateral (residência 2) da casa. Isso poderia demonstrar então que essa simples funcionalidade seria algo para não ser visualizado, e, portanto, não se configurando como uma expressão ou símbolo da modernidade ou da contemporaneidade. O já decantado mote do Movimento Moderno “a forma segue a função” valeria apenas para essas áreas tidas como anexas, onde forma e função se coadunariam. Daí, talvez pudesse se concluir que a assimilação do pressuposto modernista se daria como uma proposta apenas “fachadadista”, desvinculado-a de sua *essência* (forma acompanhando a função).

Na proposta do Movimento Moderno, os elementos compositivos deveriam possuir uma necessidade funcional fazendo com que a linguagem plástica tivesse um sentido denotativo, ou seja, esses elementos teriam um vínculo direto de significação sem sentidos derivativos ou figurados. A presença de elementos que possuem atributos implícitos em seu significado, para além do vínculo direto e imediato que mantêm com os objetos da realidade, revelaria a utilização da propriedade conotativa. Deste modo, o sentido *decorativo* presente nos telhados — e em outros diversos elementos da fachada — remeteriam conclusivamente a uma conotação. A partir daí, haveria nessa esteticidade uma dupla possibilidade: um discurso emotivo ou então um discurso referencial. No caso da residência 3, existiria na fachada uma forma que remeteria ao moderno, porém este já é em si mesmo destituído de qualquer sentido referencial. Haveria condições de aventar se também não ocorreria um discurso emotivo na medida em que há um *desejo de modernização*, sem que esteja diretamente relacionado a uma reforma (pois acaba havendo no senso comum uma grande proximidade entre os dois conceitos: modernização e reforma). Segundo Eco (1988, p. 83 e 84): “O emprego estético da linguagem implica em um uso emotivo das referências e um uso referencial das emoções, pois a reação sentimental manifesta-se como realização de um campo de significados conotados”.

A partir daí, poder-se-ia interpretar esse *desejo modernizador*, quando não há mais a presença da denotação, como algo que remetesse a um sentido cultural ou tradicional. Ainda segundo Eco (1988, p. 85): “No campo dos estímulos estéticos, os signos aparecem ligados por uma necessidade que apela a hábitos enraizados na sensibilidade do receptor (ou seja, o gosto — uma espécie de código que se sistematizou historicamente)”. Haveria então a possibilidade de se afirmar a condição de uma prevalência da estética nos signos arquitetônicos? Segundo Abraham Moles (1975), o funcionalismo vê na beleza o emprego justo dos meios em relação aos fins, indo na direção oposta da crença na idéia do distanciamento do signo em relação à coisa, onde se queira significar de qualquer maneira. As coberturas das residências se configurariam, então, como elementos simbólicos na medida em que representam, em grande parte, a aproximação de uma idéia que vai além da sua própria funcionalidade e materialidade.

2.1.7 O ESPAÇO PRIVADO

A idéia de espaço privado está intrinsecamente ligada à concepção do lar, na medida em que este se contrapõe ao domínio público. Na Antigüidade, a casa, juntamente com o templo e a própria cidade, era um símbolo do universo com o homem. A entrada da residência, do templo e da cidade era considerada a linha divisória entre o mundo sagrado e o profano. Nesse contexto, a porta, no seu sentido de linha divisória entre dois tipos de espacialidades diversas, deveria ser adornada a fim de proteger contra os maus espíritos que tentassem adentrar o espaço religioso. Desse mesmo modo, a porta da residência também se inseria, já que era concebida como uma linha divisória entre o espaço privado e o mundo público exterior. É importante observar que a noção de espaço para o mundo antigo não se apresenta como homogênea. Ao espaço infinito e homogêneo presente na concepção moderna se contrapunha à idéia de um mundo fechado onde cada lugar possuía sua mística particular. Nesse sentido, havia a primazia da idéia de fechamento e abertura, e com isso um valor maior dado à porta. Segundo Rapoport (1972), existe em todas as culturas uma importância dada à separação do domínio público e do privado. Ainda que haja soluções

diferentes em cada localidade, há sempre a necessidade de uma clara definição entre a calma interior e a confusão exterior. Isso pode acontecer através de linhas espaciais demarcadas culturalmente ou, então, por meio de fronteiras físicas nítidas como portas e portões. Portanto, existe uma importância dada já por uma ancestralidade à porta de entrada, não só em relação a uma composição de fachada, mas que se estende ainda a uma divisória entre duas espacialidades.

Nas casas pesquisadas, pôde-se observar a alternância entre o emprego de portas e janelas metálicas (ferro e alumínio) e de madeira. Estas últimas fazem parte da tradição construtiva brasileira, tendo sido adotadas em larga escala até final da década de setenta em diferentes versões, que ora se aproximavam de uma forma tradicional de janela (janela de duas folhas) ora se apresentavam mais próximas de uma janela moderna (janelas de correr). A partir desta década, o emprego de esquadrias de alumínio passou a ser também utilizado, sendo as antigas de madeira cada vez mais preteridas por aquelas.

Segundo as entrevistas, as razões decorrem basicamente de três motivos. Em primeiro lugar, haveria na esquadria de alumínio uma facilidade de manutenção, já que não existiria a necessidade de aplicar qualquer tratamento nelas, ou seja, não seria preciso utilizar selador, tintas ou vernizes para a sua conservação. Em segundo lugar, seria mais fácil a instalação, pois as esquadrias podem ser aparafusadas no vão da janela ou porta sem a necessidade do uso de tacos para a sua fixação, além do que elas não teriam a possibilidade de empenamento, como acontece muito freqüentemente com as janelas e portas de madeira. O terceiro fator foi alegado pelas residências 1, 3, 4 e 6, que consiste justamente no elemento estético. Segundo os moradores, a janela de alumínio remeteria a algo que *moderniza* a casa, ajuda a eliminar a aparência de *coisa antiga*. Porém, embora os moradores não tenham dito expressamente durante as entrevistas, talvez a utilização deste material seja devida ao seu próprio valor que, sendo mais resistente ao tempo, acaba por valorizar a residência. Contrariamente, as residências 2 e 1 (esta última em relação somente à porta) preferiram o emprego de janelas e portas de madeira para a fachada da casa.

Deve-se ressaltar que somente em relação com as residências 3, 5 e 6, poder-se-ia alegar que existiria certa coerência estilística (ainda de modo muito subjetivo) entre a

escolha da esquadria e a fachada da casa como um todo⁴⁸. Nas demais, o alumínio não se coadunaria com a proposta plástica existente na casa⁴⁹. Contudo, em todas as casas pesquisadas, as janelas de alumínio se encontram presentes, principalmente nos banheiros, na cozinha e nos quartos.

⁴⁸ Isso se dá devido a esquadria de alumínio se harmonizar com as fachadas de linhas retas dessas residências. Tal tipo de fachada era relativamente comum nas décadas de 1960 e 1970 e se alinhavam com uma proposta veiculada ao Movimento Moderno,

⁴⁹ Tal falta de harmonização, nesse caso, aconteceria por certa reminiscência *colonial*, herança dos projetos originais.



Figura 26: Residência 3, 5 e 6: fachadas com janelas de alumínio e telhas de amianto

Isso revelaria, em primeiro lugar, que, ainda que o morador construa ou mantenha uma fachada com uma proposta mais afeita a época da construção das residências, isto é, com elementos *coloniais*⁵⁰, não há uma reflexão sobre a composição da casa como um projeto unificado, pois nas áreas da moradia onde esta não pode ser vista tão facilmente da rua, o morador prefere utilizar elementos que denotem uma funcionalidade e praticidade maior, em detrimento da plástica do conjunto. Os elementos de acabamento⁵¹ da residência são, de modo geral, pensados isoladamente, isto é, atendendo as necessidades do cômodo ou local a que se destinam. Tal procedimento demonstra a falta de um projeto, ou seja, um sistema acabado em que haja a coadunação de todas as partes que compõe a construção.

2.1.8 O ESPAÇO PLANIFICADO

O próprio ato de construir remeteria, inicialmente, o pensar sobre o espaço e não sobre o plano. Isso significa afirmar que toda a construção acontece em uma tridimensionalidade. Todavia, na época barroca, começou a haver uma atitude projetiva que valorizava a percepção da fachada em detrimento de uma percepção tridimensional do objeto arquitetônico. Existia nesse período um espaço dominado por uma ordem absolutamente firme, onde “[...] o espaço governa o desenho, os sólidos estão inteiramente a serviço de sua dramatização” (SCULLY JR. 2002, p. 17). Essa dramatização denotaria, segundo Mumford (1998), a intenção de produzir um cenário, no qual este pudesse traduzir um espetáculo de comando das classes militares e aristocráticas.

O cenário constitui, por conseguinte, um pensar bidimensional do objeto arquitetônico, pois o que importa é como o prédio se apresenta para a rua, ou seja, sua fachada passa a possuir uma importância superior a sua volumetria, compondo assim um cenário.

⁵⁰ Ainda que esse termo não seja preciso, ele se referencia a época da construção das residências quando estas eram chamadas genericamente de *coloniais* (vide Parte 1, Capítulo 1)

⁵¹ Poder-se-ia estender a relação além das portas e janelas, também para as grades, azulejos, pisos, tipo de telhas.

Talvez possa-se buscar a gênese de tal atitude na história da arquitetura brasileira, pois ocorreu nela fenômeno similar. O primeiro modelo de arquitetura a chegar ao Brasil durante os séculos XVI e XVII, que foi convencionalmente chamada de maneirista, utilizou-se de “[...] uma linguagem clássica a partir de formas geométricas básicas, [...] revelando um caráter eminentemente bidimensional” (CARVALHO, NOBREGA e SÁ 2000, p. 6). José Mariano (1943, p. 63) observa ainda a respeito da época colonial que: “Não seria exagero dizer, que as chamadas casas coloniais são apenas portuguesas na fisionomia plástica externa, e brasileiras, quanto à composição da planta, e solução do problema propriamente construtivo”. Isso denotaria uma desvinculação entre a fachada e o corpo da construção.

Esse pensar bidimensional, que acontece paralelamente ao barroco europeu, se estende ainda para o século XIX com o ecletismo. Neste período, segundo Rocha-Peixoto (2000) houve uma preocupação em favorecer uma arquitetura ornamentada com detalhes preciosos e possibilitando a acentuação de uma dramaticidade cenográfica da composição. Um exemplo marcante da preocupação “fachadista” está presente na construção da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, no início do século XX, onde as disposições municipais previam que “[...] as construções teriam que sujeitar-se a tipos aprovados pela prefeitura” (BENCHIMOL, 1990, p. 200). Isso significava que todos os prédios que viriam a ser construídos e ocupados nesta avenida já tinham suas fachadas previamente estipuladas segundo um Concurso Internacional de Fachadas. Desse modo, a principal Avenida do Rio de Janeiro marcava o início do século XX e representava o lançamento do Rio de Janeiro como a grande capital federal, símbolo do progresso e da inserção no concerto de nações modernas e civilizadas, seguindo o paradigma de Paris.

As críticas e superações do ecletismo se fizeram dentro de duas vertentes principais. Por um lado, a arquitetura Tradicional Brasileira, vulgarmente conhecida pela denominação de neocolonial, lançada por Ricardo Severo e propagada por José Mariano Carneiro da Cunha Filho, e, por outro lado, a arquitetura do Movimento Moderno.

Segundo alguns arquitetos e pensadores daquela época e ainda dos dias atuais, o questionamento do neocolonial seria “puramente estilístico e decorativo” (SEGRE

1991, p. 23), uma simples “colagem de soluções antigas” (LEMOS, 1989, p. 65), um movimento “mais saudosista que racional” (CORONA e LEMOS, 1972, p. 337), ou ainda seria “veiculado como uma variação do ecletismo” (SEGAWA, 2002, p. 43). Ainda que esse tipo de crítica seja pertinente muito mais na arquitetura neocolonial realizada em São Paulo do que no Rio de Janeiro, tendo em vista as preocupações de Cunha, nesta cidade, em formular um embasamento teórico para o neocolonial, o mecenas pernambucano não deixava de salientar a importância de se constituir um cenário para a cidade: “Do mesmo modo que o povo não se veste da mesma maneira, as casas não se podem vestir tendo um único modelo convencional e postiço. A cidade é um palco de teatro, e as casas são os atores” (MARIANO, 1943, p. 13).

Por outro lado, com uma proposta diametralmente oposta ao neocolonial, o Movimento Moderno no Brasil tinha dificuldades em ser incorporado pelas classes menos abastadas. As décadas de trinta e quarenta, que presenciaram o inchamento das grandes cidades e a necessidade por uma maior disponibilidade de habitações, demandavam um processo de verticalização das unidades habitacionais e a conseqüente urgência da construção de prédios mais baratos. Houve, com isso, um abandono da ornamentação de herança eclética. O neocolonial, o art-déco e o modernismo, foram as principais propostas arquitetônicas que se destacaram nesse período. Sendo esta última muito utilizada para dar conta da demanda por novas moradias, quando diversos prédios residenciais foram construídos na Capital Federal. Entretanto, segundo Nestor Goulart Reis, “[...] plasticamente, os edifícios eram solucionados em termos de fachada, acompanhando os estilismos, até mesmo o modernismo” (REIS 1987, p. 79).

A história da arquitetura brasileira perpassa, então, diversos momentos onde a adoção de modelos da elite são incorporados em seus aspectos fachadistas. De modo similar, as casas pesquisadas se configuram, em suas auto-intervenções, com elementos concebidos isoladamente, e, com isso, edificados com concepções planificadas.

Isso está presente principalmente em diversas fachadas, onde materiais de revestimento são utilizados para acabamento das paredes. Todavia, esses materiais permanecem restritos somente a fachada frontal, não tendo qualquer continuidade com as fachadas laterais. Esse procedimento ocorreu nas residências 1 e 5, onde foram utilizados *tijolinhos* que imitavam tijolos aparentes, como também na residência 3, onde

houve aplicação de placas de mármore. Obviamente, pode-se objetar que a utilização desse tipo de revestimento se deveu unicamente a motivos de ordem econômica. Contudo, há uma ruptura abrupta entre as paredes frontais e laterais. Isso poderia denotar uma falta de preocupação em se pensar uma continuidade entre os elementos construtivos.



Figura 27: Residências 1 e 5, com aplicação de “tijolinhos” de revestimento apenas nas fachadas frontais

Essa prática não aconteceu apenas nessas residências. Nas casas 2, 3 e 7, essa atitude também se encontra presente. O revestimento de pedras da casa 3 e 7 segue o mesmo princípio dos *tijolinhos* das residências citadas acima. Na moradia 2, ainda que não tenha havido a presença de uma descontinuidade dos revestimentos (pois a casa, como um todo, foi pintada de tinta branca), houve por outro lado uma descontinuidade no tipo de esquadrias. Enquanto na fachada frontal utilizou-se esquadrias de madeira,

nas laterais empregou-se o alumínio. Ou seja, novamente acabou-se utilizando o material mais nobre na fachada frontal e relegando-se o menos nobre as laterais, sem que houvesse uma preocupação de promover uma gradação ou algum tipo de harmonia entre os elementos utilizados.



Figura 28: Residências 3 e 7, com placas de mármore e pedras, respectivamente, aplicadas somente na fachada frontal

A partir daí poderia se questionar até que ponto esse tipo de atitude seria denotativa de uma falta de pensar projetual.

O domínio do espaço no seu âmbito tridimensional longe de ser algo natural e espontâneo, revela-se como aquilo que se inaugura com a era moderna com a descoberta das leis da perspectiva (Vide Parte 2, Capítulo 1.2) (e, conseqüentemente, do pensar projetivo), acarretando uma transformação plástico-espacial. Com isso, passa a haver a possibilidade da existência de um sistema organizador da superfície plana, onde os elementos representados são considerados a partir de um todo, no momento em que promovem a unificação rigorosa do ponto de vista (unidade óptica).

O pensar bidimensional se configuraria então como uma não preparação para a abstração e consecutivamente a carência desse pensar projetivo. Isso significaria afirmar que não houve propriamente aquilo que se poderia entender como o *domínio do espaço*, como no meio acadêmico ou profissional da arquitetura se concebe, durante as reformas das residências. O morador ao realizar as auto-intervenções não lançou mão de um olhar perspético, e, conseqüentemente, compôs as fachadas como elementos isolados, ou melhor, como planos que não se interagem formando um todo tridimensional, ainda que a construção acontecesse dentro de uma dimensão espacial.

2.1.9 O ESPAÇO ARTICULADO

Segundo Rapoport (1972), os aspectos mais importantes do gênero de vida que afetam a forma da residência são:

- 1) Certas necessidades fundamentais.
- 2) A família.
- 3) O lugar da mulher.
- 4) A intimidade.
- 5) As relações sociais.

Caberia, então, observar como esses aspectos podem influenciar a forma e a articulação dos espaços nas residências estudadas nesse estudo particular.

A definição do primeiro item se apresenta bastante abrangente. Nos casos estudados, não houve propriamente uma compreensão precisa do que seria uma *necessidade fundamental*, os moradores preferiram entender como aspectos em que houve uma *preocupação maior* em serem atendidos durante as auto-intervenções. Nas residências 1, 2, 4, 5, 6, 7 e 8, houve uma atenção em aumentar o tamanho da cozinha, por ser uma área de uso constante. Já nas casas 1, 2, 3, 6, 7, 8 e 9, existiu, do mesmo modo, uma preocupação com garagem, pois na casa original não havia qualquer vaga ou o número era insuficiente (residência 6). Isso alterou, principalmente, a parte exterior da residência, diminuindo ou suprimindo quase totalmente o jardim. Havendo, ainda, a instalação de um telhado, que nos casos 1, 7 e 8 se diferenciaram substancialmente daquele que há no restante da casa, produzindo certa incongruência estilística. É importante também ressaltar que as casas foram construídas em uma época em que os automóveis eram artigos somente para as classes mais abastadas, não fazendo com isso parte do universo de consumo dos moradores da *Cidade Jardim Higienópolis*. Portanto, a garagem se configurava como um espaço praticamente desnecessário a casa. Essa situação é completamente oposta nos dias de hoje, pois além de haver mais de um carro em algumas famílias, o problema da segurança também aumenta a importância da garagem, na medida em que há uma preocupação em não se deixar o veículo estacionado na via pública.

A cozinha, na história do habitar, sempre se constituiu um elemento central da casa. A própria palavra *lar* remete a mesma origem de *lareira*. A casa se origina em torno do fogo que aquece e também cozinha os alimentos. De certo modo, houve um esquecimento da cozinha na cultura brasileira, relegando-a a escravas ou domésticas. Todavia, como já foi analisado, o aumento de aparelhos eletrodomésticos e a crescente dificuldade (principalmente por questões financeiras) em se contratar uma empregada doméstica, aliado ainda à dupla jornada em que muitas mulheres acabam obrigadas a se submeter, torna a cozinha um local que reúne a família e exige também a participação masculina.

A segurança também se constituiu um elemento que pôde ser definido como uma *necessidade fundamental*, muito embora nenhum morador tenha mencionado esse fator

como relevante no momento da reforma. Talvez possa aventar que a razão disso resida no fato de que a segurança passou a ser incorporada ao modo de vida de cada um. Em boa parte do período de estudo (1975 — 1990), já havia sido instaurado no Brasil e, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro um regime de medo e insegurança. O resultado disso foi grades, muros altos e uma perda de contacto com a rua e os ambientes externos à casa, conforme já estudado.

Se já havia uma tendência a uma pouca integração dos espaços, esta se intensificou, devido à necessidade do aumento de portas, portões e grades, que acabaram por segregar e separar ainda mais os espaços.

As casas estudadas foram compradas e reformadas a fim de abrigar a família nuclear típica da classe média suburbana. O número de integrantes (pais e filhos) foi mais ou menos similar em todas as residências, havendo poucas variações. Tanto os pais quanto os filhos da família possuíam quartos próprios (a exceção da residência 7, antes da reforma e da residência 9), não havendo a necessidade de haver acúmulo de funções nesse caso.

Nas reformas estudadas, houve de modo geral uma alteração dos espaços internos. Em alguns casos alterando-se substancialmente a planta original, ou em outros havendo apenas uma mudança sutil, com a abertura ou fechamento de portas. Em todas as casas estudadas, as plantas existentes obedeciam a um esquema de nítida separação entre as áreas social, íntima e de serviço. Esse tipo de esquema pode ser observado com influências, na história da arquitetura brasileira, desde a casa colonial.

A habitação passa por sucessivas transformações, que deixam heranças no modo de se conceber a moradia nos dias de hoje. Sem querer traçar um histórico da habitação brasileira, que fugiria ao escopo desse trabalho, é fundamental apontar as principais discussões e transformações que podem ter contribuído para as concepções projetivas presentes nas construções do subúrbio carioca.

A casa da colônia já aponta para alguns elementos que, dentro do campo de trabalho, se observam presentes. A articulação e a hierarquia dos espaços acontecem obedecendo a uma nítida e clara separação. A casa, assim como a sociedade, se desenvolve a partir de uma estrutura hierárquica. Isso significa dizer que as áreas social,

íntima e de serviço, são destinadas, na época colonial, cada uma a um uso determinado e específico, não havendo possibilidade da mistura ou troca de funções de cada espaço.

Nas casas estudadas, ainda que haja uma diferença no esquema básico da planta da residência colonial, elas acompanham o esquema da distinção clara de separação dos espaços. A cozinha, que ocupa novamente lugar de destaque na análise, se manteve em todas as residências estudadas separada fisicamente da sala, localizando-se invariavelmente nos fundos ou em uma extremidade da residência. O modelo comumente utilizado em muitos países da Europa e principalmente nos EUA, onde a cozinha se integra diretamente com a sala propiciando um espaço único, foi totalmente rejeitado, ou melhor, nem sequer foi cogitado pelos proprietários, durante a reforma. Eles mantiveram, ainda que houvesse um reposicionamento da cozinha, o esquema inicial da casa. Contudo, acontecem também alterações na disposição da casa colonial pela incorporação do corredor. Este, neste tipo de construção, possuía a função apenas de propiciar uma passagem para os escravos, sem que estes tivessem um contato com a área social da residência. Nos casos estudados, os corredores estiveram presentes em todos eles, contudo eles forneciam uma individualidade da parte íntima. Ao contrário da casa colonial, os quartos se mantêm independentes uns dos outros, isto é, não há a obrigação de acessar um através de outro, isso se faz por meio do corredor.

Esse tipo de esquema demonstra que enquanto a hierarquização dos espaços permaneceu, devido, talvez, a uma manutenção de certas hierarquias sociais, principalmente no que tange a uma necessidade de separação entre os que trabalham e os que moram na casa, foi, porém, conveniente adequar a planta residencial ao um individualismo presente na sociedade contemporânea. O corredor, que surge justamente no final do século XVIII, ou seja, justamente no momento em que surge o conceito de indivíduo hoje presente. Ao mesmo tempo, se inicia, nesse período, o ocaso da sociedade colonial brasileira.

Contudo, os entrevistados declararam, de modo geral, que mantiveram o esquema de separação da cozinha, devido, principalmente, ao fato de que esta se constituía em um local onde seria necessário um resguardo da fumaça advinda do cozimento dos alimentos, além do que se tratava de um local íntimo, necessitando, desse modo, possuir certa privacidade. Todavia, este cômodo era também o lugar da casa mais

utilizado de modo geral, onde a família e os amigos se reúnem. Em praticamente todas as reformas, houve uma ampliação da cozinha, o espaço destinado a esta anterior a reforma foi considerado insuficiente.

Se a presença empregada doméstica não existiu nesses casos estudados, permaneceu de qualquer modo uma reminiscência do afastamento da cozinha da área social. Isso denota, principalmente, que *o lugar da mulher*, escrava, empregada, ou senhora, como menciona Rapoport (1972), não foi substancialmente alterado. Ela possui um lugar próprio, mas, ao mesmo tempo, isolado dos outros cômodos da residência.

Ela, a cozinha, continua possuindo um apelo intimista, ou seja, está reservada aos moradores e freqüentadores habituais da casa (amigos e parentes), ainda que no uso cotidiano não se verifique sempre isso.

Nas casas 3 e 9, havia a presença de uma varanda que foi suprimida após a reforma, pois era considerada desnecessária, não era utilizada antes. Essa não utilização foi principalmente devido à falta de privacidade existente na varanda, aliado também, de certo modo, a uma preocupação com a segurança, pois a falta desta não estimulava o uso das áreas externas frontais à residência. Nas residências em que houve a manutenção desta, isso foi justificado não propriamente pelo seu uso (residências 1, 5 e 6), mas por que *compunha* a fachada. As únicas exceções aconteceram na residência 2, 7 e 8, onde as varandas foram mesmo ampliadas (embora na residência 7, ela tenha sido construída visando objetivos de proteção das chuvas).

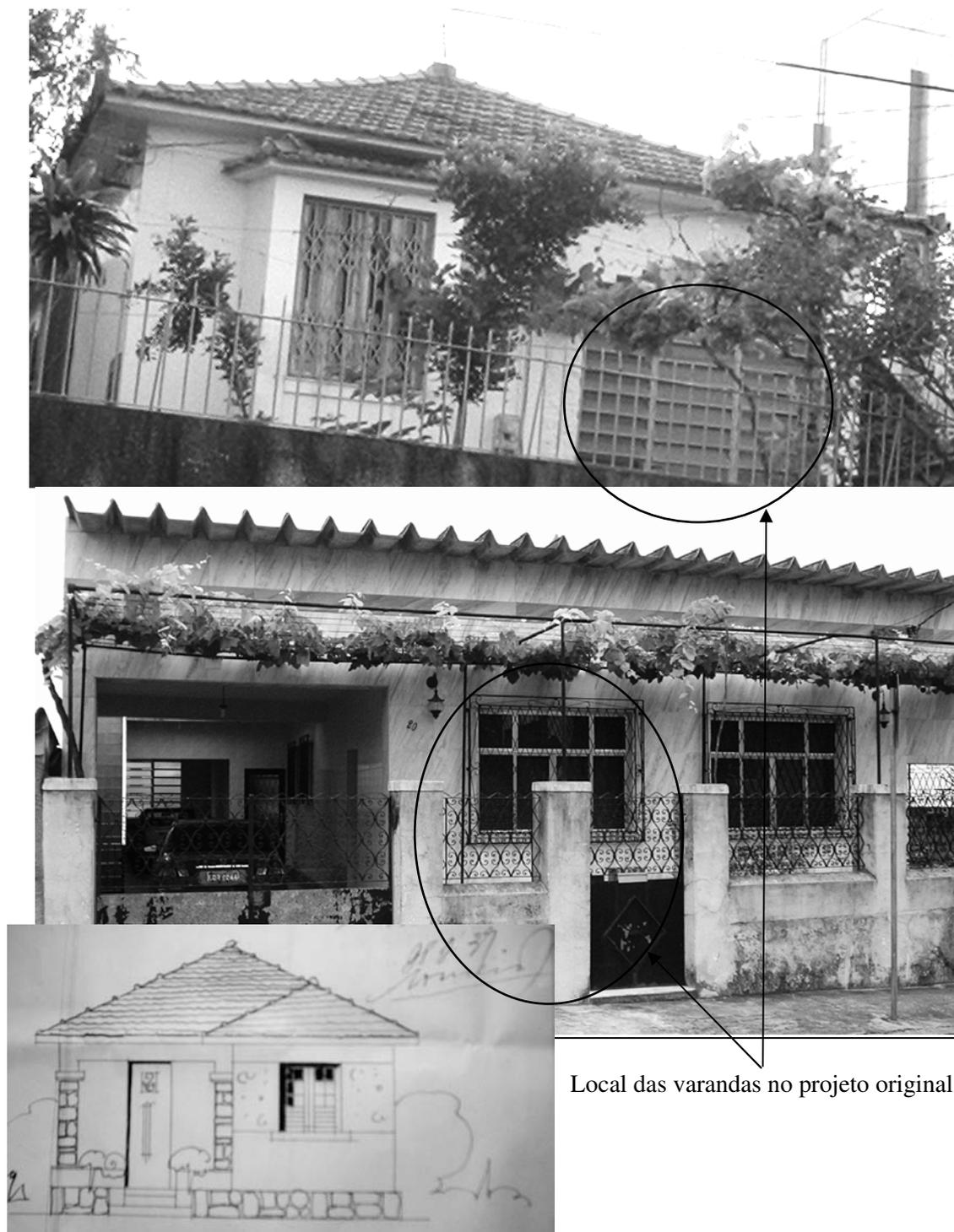


Figura 29: Residência 9 e 3 (com detalhe da planta original desta última) com o fechamento das varandas

De qualquer modo, observou-se que a articulação dos espaços obedeceu a critérios estabelecidos por uma preocupação de haver, na residência, a manutenção de uma privacidade dos moradores da casa e uma possibilidade de *fechamento*, isto é, que

cada cômodo pudesse ser isolado dos restantes, havendo, desse modo, uma preocupação em se manter *a intimidade*. Como já alertava Rapoport (1972), a definição de intimidade pode estar relacionada a uma clara separação de domínios, assim como também, a questões de carácter sexual e de *lugar da mulher*.

Outro fator relevante levado em consideração no momento da auto-intervenção pelos proprietários inclui o dimensionamento dos cômodos. Durante as entrevistas, em nenhum momento, os moradores apontaram qualquer preocupação de um questionamento a cerca da possibilidade de novos hábitos na casa de modo geral. Os espaços foram pensados separadamente e não como um todo. Notadamente, houve uma dificuldade dos proprietários em compreender a articulação dos elementos que compõe a casa.

Em relação ao dimensionamento, as principais preocupações foram relacionadas ao aumento da cozinha (residências 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8) e da sala (resistências 1, 4, 5, 6, 7, 8). Isso sacrificou nesses casos uma parte da área de terreno livre, principalmente, para o aumento da cozinha, e, para o aumento da sala, houve muitas vezes a supressão da varanda original, tendo que se construir outra (7 e 8).



Figura 30: Residências 7 e 8, com telhados colocados a frente da casa original, criando assim uma nova varanda

Contudo o tamanho dos quartos permaneceu o mesmo (a exceção da residência 6, onde houve a construção de um segundo pavimento). Isso pode denotar que embora haja uma demanda presente na instalação de aparelhos eletrônicos, como computador, televisão e DVD, estes não se tornaram relevantes para um investimento a fim de redimensionar esses cômodos.

Caberia ainda observar que a hierarquização e a articulação dos espaços seguem um esquema que tem por base o próprio pensar ocidental. O filósofo francês Jacques Derrida advertia que existem, na base do pensamento do ocidente, hierarquias metafísicas que são estabelecidas através de rígidos sistemas de oposições, acarretando que o entendimento é realizado a partir de formas binárias. A razão estabeleceria a divisão da realidade em antinomias, gerando com isso um princípio dialético de pares hierárquicos. Haveria, conseqüentemente, uma nítida distinção entre a realidade e a fantasia, entre o certo e o errado, entre o masculino e o feminino, entre o corpo e o espírito etc. Isso acarretaria, do mesmo modo, na arquitetura um processo binário de entendimento. Os espaços arquitetônicos seriam divididos em oposição uns aos outros: exterior/interior; fechado/aberto; construído/não-construído; ortogonal/não-ortogonal etc. Os significantes arquitetônicos: paredes, portas, janelas e demais elementos espaciais, também seriam compreendidos e articulados segundo esse sistema binário de oposição.

Até que ponto as teorias e os tratados de arquitetura presentes desde Alberti, que privilegiaram esse sistema metafísico, poderiam ter “contaminado” a arquitetura do habitar interferindo na concepção projetiva acadêmica ou leiga?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As auto-intervenções foram atuações dos proprietários em suas moradias. Eles “receberam” uma casa edificada a partir de um projeto dado e procuram, *grosso modo*, adaptá-la as suas necessidades e gostos pessoais. Contudo, como visto, eles agiram, em princípio, no sentido de valorizar alguns aspectos: houve uma vontade de personalização das moradias, e aconteceu ainda uma preocupação em “modernizar” as residências.

A partir daí pode-se perceber, através das análises feitas, que tais atitudes puderam ser consideradas como denotativas de uma valorização do individualismo, e que a “modernização” pôde ser entendida também como um tipo de atualização estilística.

Alexander (1986) afirma, como visto (Introdução), que a possibilidade de existência do ato projetual acontece apenas em sociedades conscientes de si mesmas. Em tais sociedades haveria uma possibilidade de crítica dos seus próprios parâmetros de entendimento. Desse modo, o pensar projetivo existiria somente no momento em que houvesse a ruptura de um sistema tradicional. Contudo, pelo que foi coletado nas entrevistas, a preocupação com a “modernização” se revelaria como um rompimento do “sistema tradicional” (por uma inadaptabilidade a ele) e uma modificação no “padrão” existente, ou melhor, no tipo de moradia que foi recebida pelo morador. Portanto, isso significaria, uma afirmação da própria individualidade na medida em que o morador age como um indivíduo que determina o seu habitar.

Embora Alexander (1986) também afirme que a existência de um projeto arquitetônico só acontece no momento em que houver o desenvolvimento da individualidade (condição talvez não suficiente, mas certamente necessária), procurou-se definir que o ato projetivo se realizaria não apenas quando houvesse uma racionalização do espaço e a inter-relação das partes constituindo um todo inteligível. De fato, as concepções espaciais presentes nas auto-intervenções não se apresentaram, em princípio, seguindo uma racionalidade, isto é, elas não estariam embasadas em qualquer aparato teórico e disciplinado, já que não dispunham da intervenção de um profissional. Ao mesmo tempo, seria arriscado afirmar que estas não continham uma determinada lógica, pois, nestes casos, haveria uma “lógica particular” do morador. Tal afirmação pode parecer contraditória, já que lógica seria aquilo que remete a uma coerência, escapando, portanto de particularismos e idiosincrasias.

Não obstante, haveria no pensar de cada proprietário certo tipo de coerência. Entretanto, esta remeteria a toda uma complexidade relacionada a questões de ordem afetiva, cultural, simbólica, funcional, hierárquica, histórica. Ou seja, a lógica das auto-intervenções nem sempre teria o mesmo funcionamento da lógica de um profissional arquiteto, já que este, em muitos casos, poderia relevar ou desconhecer diversos elementos pertinentes à realidade exclusiva do morador.

Desse modo, pensar em um projeto não significa necessariamente conceber algo pronto e acabado assim que emerge da prancheta, ou seja, a “conclusão” do projeto poderia acontecer também durante o processo construtivo. Como visto (Introdução), o projeto não pode ser considerado apenas como um antecessor da produção de espaço e definido por uma simples lógica de causalidade, mas, ao contrário, como demonstrado no decorrer do trabalho, o pensamento projetivo é resultado da experiência dos espaços vivenciados ou mesmo imaginados. Sendo assim, o ato projetual teria condições de prescindir da formalidade de um “projeto no papel”. O que está na mente no proprietário auto-interventor acaba também por ser uma atitude projetiva (que passa, às vezes, da sua concepção mental diretamente para as orientações dadas aos operários da obra) que se realiza e se modifica durante todo o processo da intervenção.

Deve-se ponderar, entretanto, que o produto que emana da prancheta do arquiteto é, ou, pelo menos, deveria ser, algo em que tal profissional procurasse dar as melhores

soluções (em termos estéticos, funcionais etc.) para as condicionantes apresentadas. Nesse caso, dever-se-ia esperar que a construção só acontecesse quando arquiteto e cliente estivessem satisfeitos com o estudo preliminar. Apesar disso, quase a totalidade dos moradores declarou que estavam contentes com o resultado das reformas realizadas por eles em suas residências. Tal fato talvez não queira dizer que houve uma exata “satisfação”. Ou seja, os moradores fizeram aquilo que invariavelmente estava de acordo com seus conhecimentos, práticas ou pressupostos (já que não receberam qualquer tipo de orientação profissional). Como observado (Parte II, 2.1.1), um dos motivos que levaram às reformas, foi produzir um aumento de repertório que simbolizasse uma ascensão social (*modernização*), entretanto, os habitantes das casas pesquisadas reinterpretaram esses códigos e empregaram-nos ao seu modo de entendimento, pois, obviamente, não dispunham de “conhecimentos” para agir de outra forma. Consecutivamente, deve-se esperar que as reformas (que foram na sua totalidade bem executada pelos pedreiros, de acordo com as entrevistas) tinham, sem dúvida, grandes chances de atender aos anseios desses moradores.

De fato, muitas das intervenções feitas nas casas estudadas poderiam ser consideradas, em princípio, possuidoras de incongruências estilísticas; havendo assim residências híbridas e sem unidade ou até mesmo com erros de projeto⁵². Como visto, não houve por parte dos moradores uma reflexão sobre a composição das casas como um projeto unificado. Tais moradias acabaram sendo quase que objetos artesanais, reconstituídos, de certo modo, como uma tentativa de recuperação de um passado ou de padrões perdidos na memória desses moradores, referências que eles aventuraram-se aplicar na auto-intervenção. Pôde-se perceber, durante as entrevistas, ainda que através de depoimentos informais, que também os móveis e objetos que povoavam a casa, o faziam sem a preocupação de promover uma continuidade, com isso, *ativavam espaços*, criando “um microcosmo de multiplicidades”. Paredes de tijolos aparentes, telhas coloniais, pavimentação rústica conviviam com elementos que são produtos da tecnologia. Isso talvez signifique que os moradores de Higienópolis tinham agido também com uma espécie de negociação com o passado, fazendo com que ele reapareça no presente. Tal fato se configuraria como característico de um pensar projetual próprio

⁵² Tais “erros” ou “incongruências” podem estar presentes nos usos de materiais de diferentes propostas (elementos rústicos com elementos industrializados), má circulação dentro dos imóveis, super- ou subdimensionamento dos cômodos etc.

de um sujeito que valoriza a sua visão subjetiva, distante daquele mundo ordenado, unitário, coerente e impessoal.

Assim, no desenvolvimento deste trabalho, evidenciou-se a existência de um pensar projetivo inserido em uma determinada lógica nas intervenções desses moradores. Pois ainda que o projeto seja tido como uma antecipação daquilo que viria a ser o objeto construído em si, tal “antecipação” ocorreria, dentro desses casos estudados, quase que concomitante com o fazer da construção.

Contudo, nos casos estudados não pôde ser observado a reflexão sobre o ato do fazer arquitetônico. Tal fazer partiu, como visto, de práticas e referenciais assimilados por estes moradores que rompiam, em uma primeira análise, com uma espécie de normatividade implícita, advinda de códigos fornecidos pela tradição construtiva ou de modelos originários da arquitetura erudita. Porém, a lógica projetual dos moradores não se evidenciou como um ato consciente si mesmo. Isso significa dizer, como dito acima, que não houve um pensamento crítico do fazer arquitetônico realizado por tais moradores.

Ainda que, como demonstrado, as auto-intervenções tenham sido fruto da manifestação da individualidade de cada morador, pois alteravam as formas construtivas seriadas presentes nas *residências econômicas*, a arquitetura produzida nessas casas analisadas não se apresentou como obra de uma atitude reflexiva. Isso pode ser afirmado tendo em vista, também como demonstrado, que outros padrões e referenciais foram reapropriados e adaptados durante as auto-intervenções segundo a lógica de entendimento de cada um desses proprietários.

Embora as reformas das residências do bairro de Higienópolis tenham acontecido em um cenário que se opõe a “uma cultura de lentas transformações”, como referido por Alexander (1986), o morador não se tornou propriamente um fundador de formas e idéias inovadoras que expressassem um individualismo criador. A “modernização” da residência acabou se evidenciando como uma forma de um processo adaptativo às condicionantes presentes durante a época das auto-intervenções. Ou seja, essas reformas estudadas não agiram, em uma segunda análise mais profunda, como uma inovação ou uma ruptura nas práticas e os códigos construtivos de então. Ao contrário, elas se configuraram mais notadamente como um produto de uma culturalidade presente em

todas as questões que levaram as decisões projetuais dos moradores. Isso pode ser afirmado tendo-se em vista que eles reutilizaram códigos já estabelecidos, sem romper com seus pressupostos básicos, ou seja, sem criar novos elementos estéticos ou construtivos. Tais moradores apenas os reinterpretaram e os rearticularam de acordo com seus entendimentos pessoais. Portanto, tal arquitetura diferiu daquela presente no nível profissional, diferenciando-se, desse modo, de um ofício; já que não houve “[...] o amadurecimento necessário para ser entendida como um pensamento disciplinado e teórico.” (ALEXANDER, 1986, p. 61).

Assim sendo, pode-se concluir que embora tenha ocorrido uma atitude projetiva, não houve a existência de um pensar teórico durante o ato projetual dessas residências estudadas no bairro de Higienópolis, pois segundo Stroeter (1986) teoria deve ser entendida justamente como uma reflexão do ato de fazer arquitetura.

Pode se evidenciar, a partir daí, que o fruto dessa falta de reflexão e crítica do fazer arquitetônico, que constitui a noção de teoria, acabe por ser a causa da existência dos diversos hibridismos e incoerências arquitetônicas presentes nessas auto-intervenções. Isso dado que o morador ao projetar a reforma de sua residência não opera com a articulação das partes com o todo nem atua com base em um pensamento disciplinado, como já observado.

Desse modo, as intervenções nas *casas econômicas* da *Cidade Jardim Higienópolis* (assim como muitos outros semelhantes no Brasil) integra uma expressão da arquitetura brasileira que é fruto de uma série de ideologias, de políticas urbanas, de necessidades materiais, de questões culturais e sociais. Todos esses fatores, que acabam também por definir o traçado urbano, são determinantes, do mesmo modo, da configuração das residências que compõe o lugar. Isso acontece justamente na medida em que sendo os edifícios representativos das malformações e contradições da cidade, a cidade seja também representativa das contradições das suas habitações, principalmente quando se atenta que a formação do tecido urbano brasileiro se desenvolveu do particular para o geral.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA JUNTO AO PROPRIETÁRIO DA RESIDÊNCIA.

INFORMAÇÕES SOBRE O MORADOR

- Idade do proprietário na época da reforma do imóvel:
- Profissão dos moradores que colaboram com a renda da família:
- Número de pessoas que habitavam o imóvel à época da reforma:
- Renda familiar a época da reforma:

INFORMAÇÕES SOBRE O IMÓVEL ANTES DA REFORMA

- Ano da compra do imóvel:
- Ano de construção do imóvel:
- Número de cômodos:

INFORMAÇÕES SOBRE O IMÓVEL DURANTE A REFORMA

- Ano da(s) reforma(s):
- Alterações realizadas:
- Materiais utilizados:

INFORMAÇÕES SOBRE AS DECISÕES DO PROPRIETÁRIO

- Quais foram os principais fatores que influenciaram na decisão da escolha dos materiais?
- Recebeu alguma influência externa (Ex.: revistas especializadas, opiniões de terceiros, recomendação de vendedores)?
- O que se procurou favorecer com a reforma/construção?
- Análise do proprietário após a reforma/construção: quais foram os elementos positivos e negativos?
- QUAIS AS ALTERAÇÕES QUE hoje seriam feitas?
- Não se levando em conta o aspecto financeiro, quais profissionais foram considerados os mais importantes no momento da construção/reforma?

ANEXO II

DA FIGURA 31 À 39, PROJETOS DE CASAS ECONÔMICAS PARA O CONCURSO DA REVISTA “A CASA” – edição nº. 16, agosto de 1925

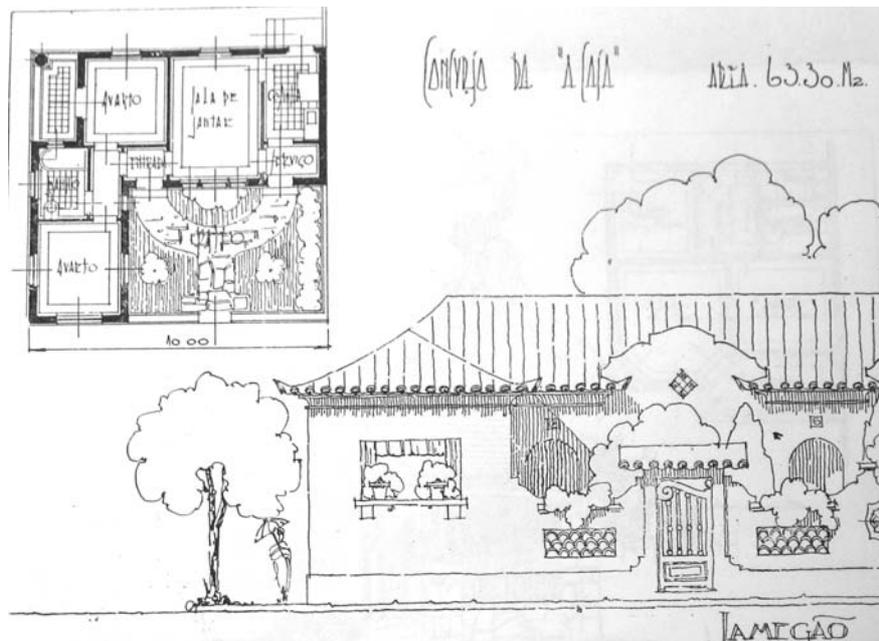


Figura 31 3º prêmio – projeto de S. Camargo

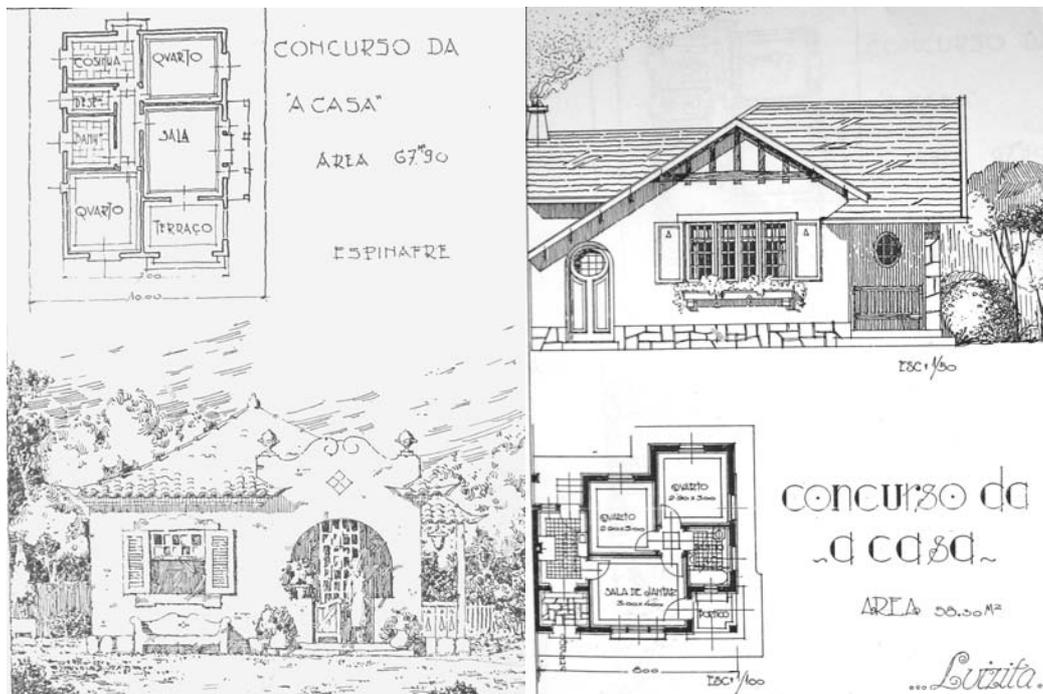


Fig. 32: 3º prêmio – projeto de C. Raposo

Fig. 33: 3º prêmio – projeto de J. S. Camargo



Figura 34: 2º prêmio – projeto de C. Raposo

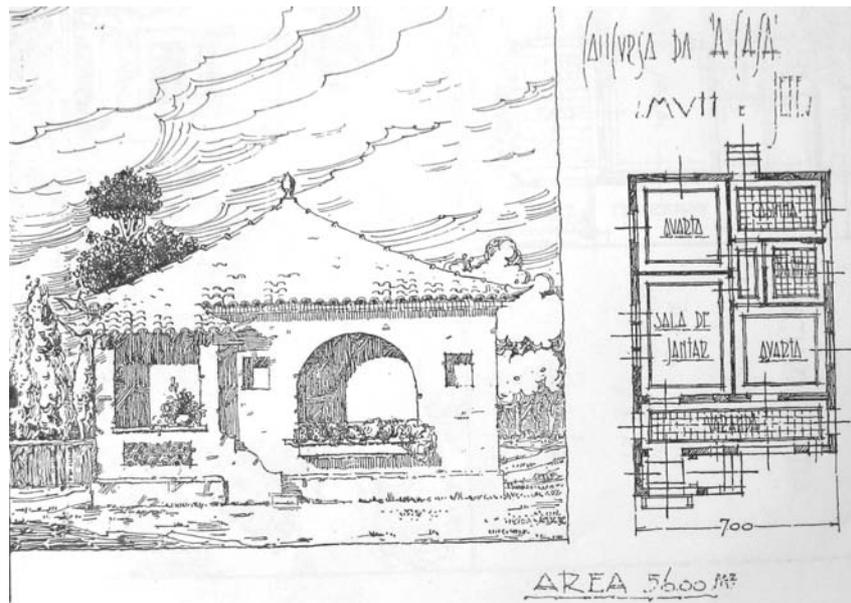


Figura 35: 1º prêmio – projeto de J.S. Camargo e C. Raposo

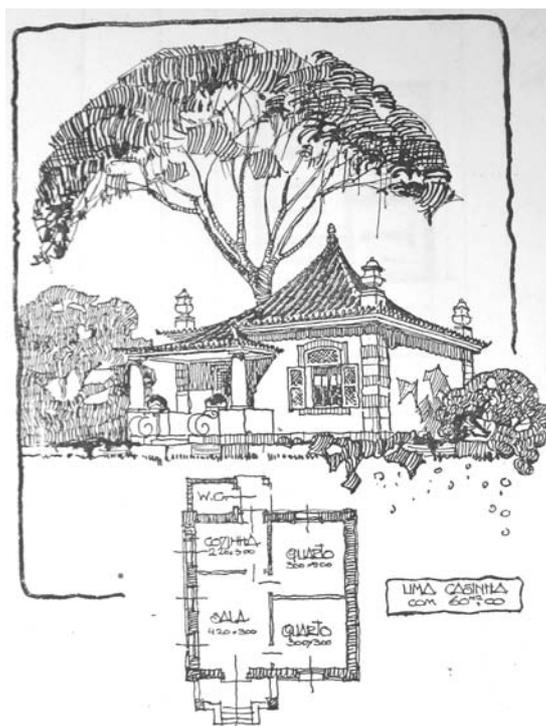


Fig. 36: Participante do concurso projeto Cortes & Bruhns

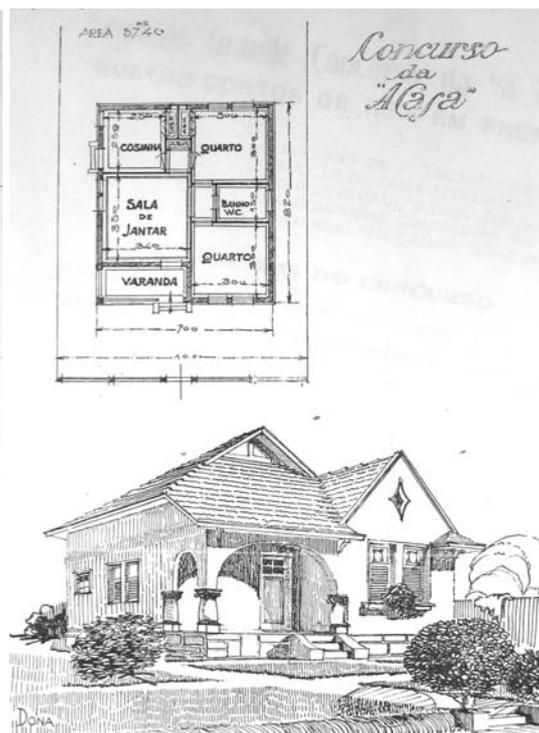


Fig. 37: Participante do concurso projeto de C. de Azevedo

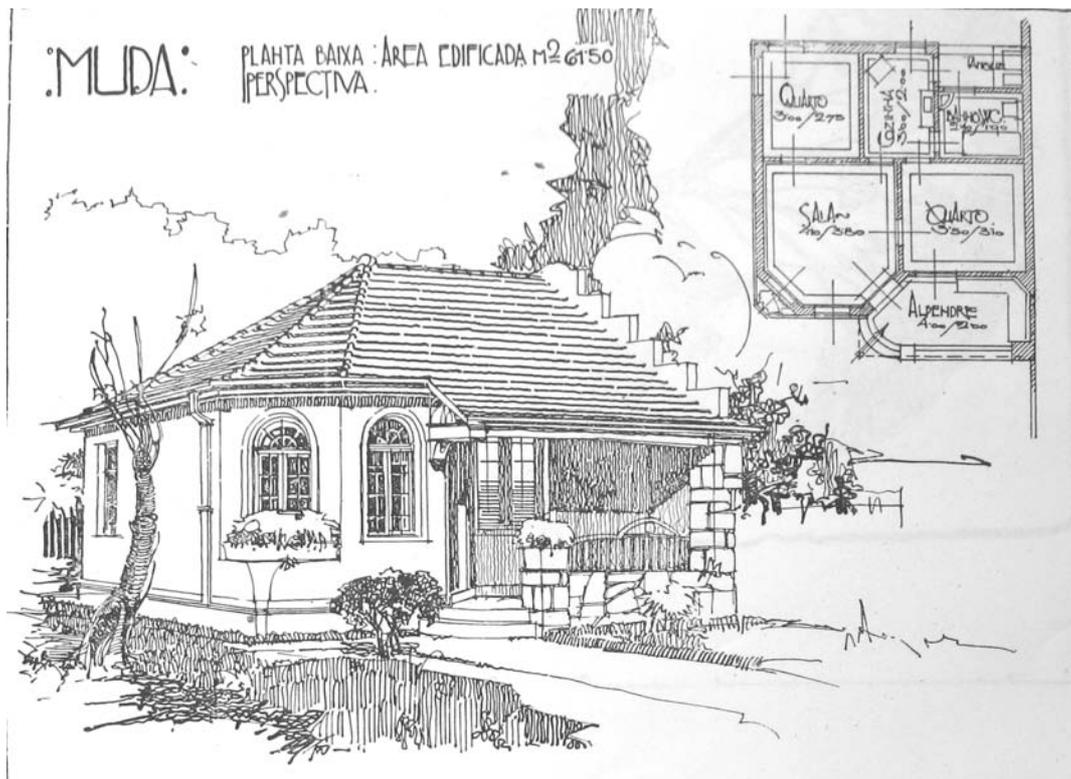


Figura 38: Participante do concurso – projeto de Victor Dick

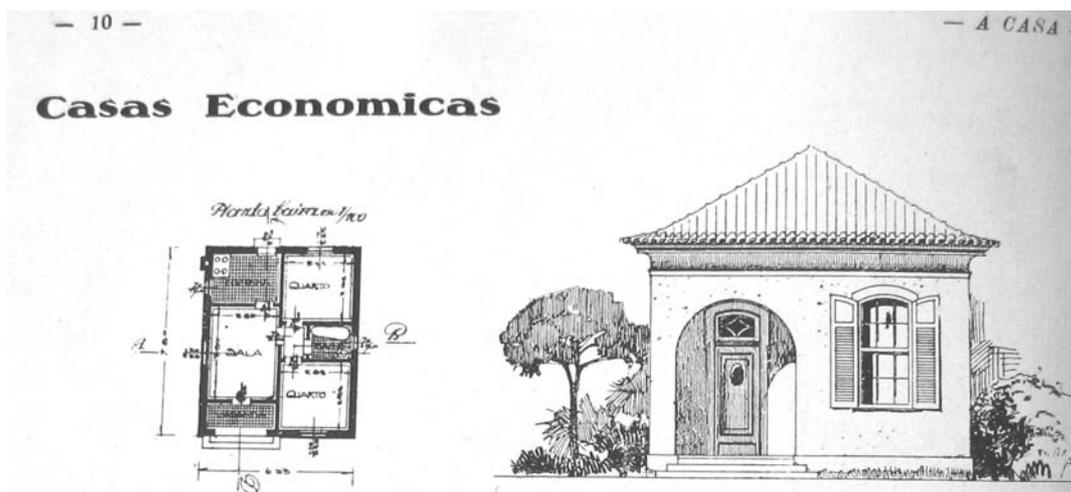


Figura 39: Projeto de Residência Econômica de Souza Camargo
Fonte: Revista “A CASA” edição nº. 12 de abril de 1925

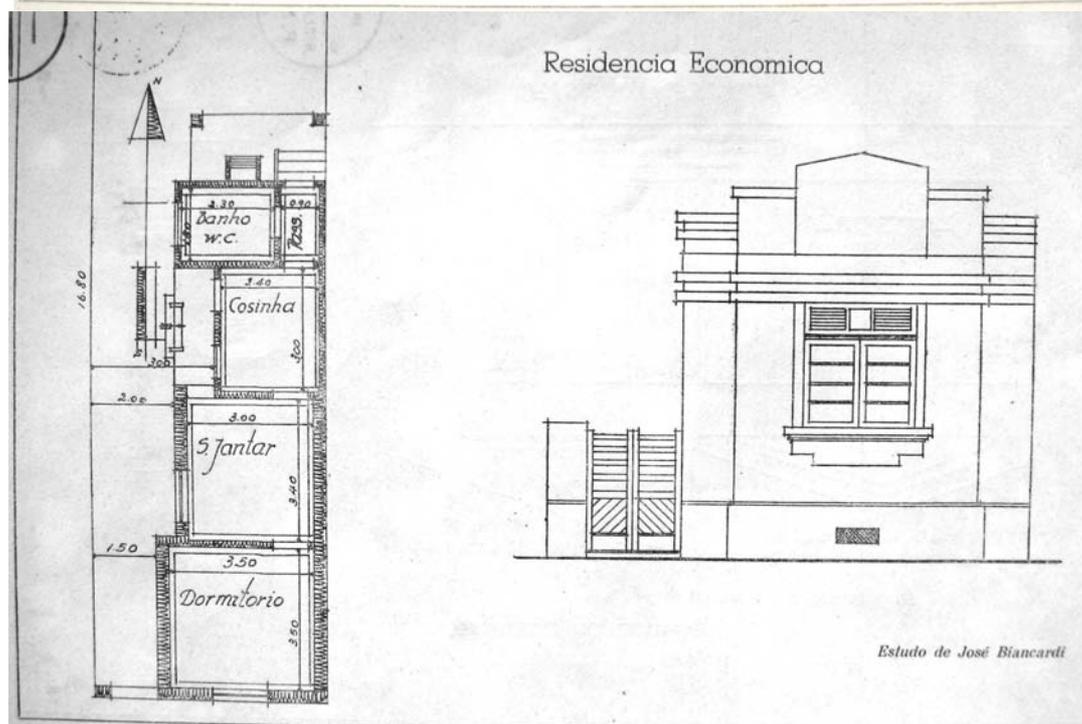
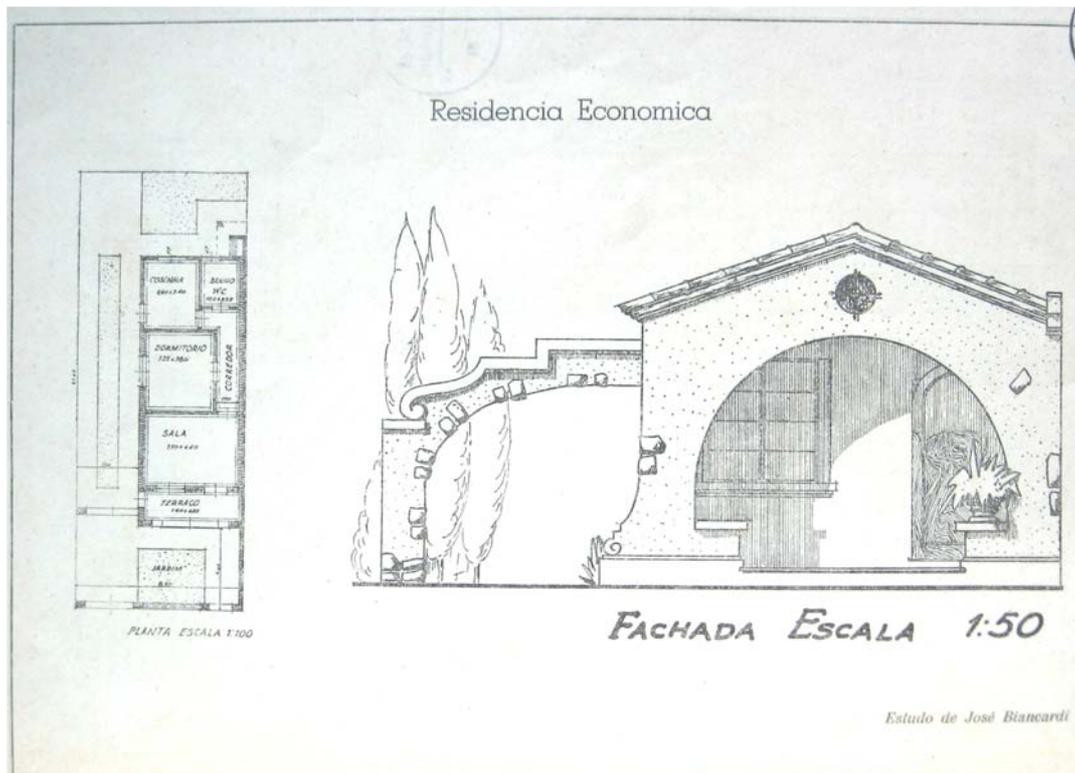


Figura 40: Projetos de residências econômicas de Carlos Biancardi –
 Fonte: revista “ACROPOLE”, edição de junho de 1939.

ANEXO III

Segundo o Anuário Estatístico da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, a população do bairro foi estimada em 1996 em 15.994 habitantes, representando 11,8% da população pertencente à área da XII R.A. (que compreende os bairros de Higienópolis, Maria da Graça, Del Castilho, Inhaúma, Engenho da Rainha e Tomás Coelho), com uma densidade demográfica calculada em 130,2 habitantes/ha. (em uma área total de 122,8 hectares).

Ainda segundo o Anuário, houve uma redução da densidade demográfica do bairro. A população residente no ano de 1980 era de 20.517 habitantes, em 1991 o número de habitantes passa para 17.843. Isso ocorreu devido a uma grande evasão da população residente para outros bairros. Em 16 anos (1980 / 1996) aconteceu uma redução de 4.523 habitantes, ou seja, Higienópolis perdeu 22% de seus moradores, no decorrer deste período.

POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA (1991)

- Até 14 anos = 3.867 habitantes (21,67% da população)
- Acima de 15 anos = 13.976 habitantes (78,33% da população)

POPULAÇÃO POR RAZÃO DE SEXO (1991)

- Sexo masculino: 7.439 habitantes (41,69% da população)
- Sexo feminino: 8.645 habitantes (58,31% da população)

REFERÊNCIAS

ÁBALOS, Iñaki. **A boa-vida**: Visita guiada as casas da modernidade. Barcelona: Editorial Gustavo Gil, 2003. 208 p.

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006. 155 p.

ALEXANDER, Christopher. **Ensaio sobre la síntesis de la forma**. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 1986. 219 p.

ACROPOLE, São Paulo: edição de julho de 1939. Mensal

A CASA, Rio de Janeiro, edições de agosto e setembro de 1928. Mensal.

ANDRADE, Liza Maria Souza de. **O conceito de Cidades-Jardins: uma adaptação para as cidades sustentáveis**. Vitruvius, 2003. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq042/arq042_02.asp>. Acesso em 16 maio 2007.

ANDRAETTA, Verana. **Cidades quadradas, paraísos circulares**: os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. 212 p.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 280 p.

_____. **História da arte moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 709 p.

_____. **Projeto e destino**. São Paulo: Editora Ática, 2004. 304 p.

AZEVEDO, Fernando. **A civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto de Geografia e Estatística, 1943. 485 p.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. In **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 181 – 354.

BALZAC, Honoré. **A comédia humana**, 2. ed. São Paulo: Globo, 1989.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2003. 256 p.

BAYER, Raymond. **História da estética**. Lisboa: Editorial Estampa, 1978. 459 p.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussman tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990. 330 p.

BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. 144 p.

BITTAR, Willian; LUZ, Maria de Lurdes (org.). **Imagens brasileiras**, ensaios. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 1999. 165 p.

BITTAR, Willian S. M; VERÍSSIMO, Francisco Salvador. **500 anos da casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. 141 p.

BOLTSHAUSER, João. **História da arquitetura**. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1972, v. 6.

- BOUDON, Philippe. **Pessac de Le Corbusier**. Paris : Dounod, 1969. 208 p.
- BOUTINET, Jean-Pierre. **Antropologia do projeto**. São Paulo: Artmed, 2002.
- BORNHEIM, Gerd. **O sentido e a máscara**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992. 119 p.
- _____. **Páginas de filosofia da arte**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 1998. 265 p.
- _____. **O conceito de descobrimento**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 1998. 85 p.
- _____. **Metafísica e finitude**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. 231 p.
- _____. Filosofia do romantismo. In GUISBURG, J. (Org.) **O romantismo**. 4. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005. p. 75–111.
- BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **Os modos do discurso da teoria da arquitetura**. [s.d.] Disponível em: <<http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/teoria.html>>. Acesso em 17 julho 2007.
- BRANDÃO, Ludmila de Lima. **A casa subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos**. São Paulo: Perspectiva; Cuiabá: Secretaria do Estado de Cultura de Mato Grosso, 2002. 159 p.
- BRANDI, Cesare. **Struttura e architettura**. Turim: Einaudi, 1967.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/ver_file.asp?id=2177>. Acesso em 2 agosto 2007.
- CALDEIRA, Teresa. **Building up walls: the new pattern of spatial segregation in São Paulo**. *International Social Science Journal*, mar. de 1996.
- CARVALHO, C.; NOBREGA, C.; SÁ, M. Guia da Arquitetura Colonial. In: CZAJKOWKI, Jorge (org). **Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000. p. 5-24.
- CARVALHO, Delgado de. **História cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1988. 125 p.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem, a elite política imperial**. São Paulo: [s. n.], 1981.
- CAVALCANTI, Lauro; Dinah Guimaraens. **Arquitetura kitsch suburbana e rural**. Rio de Janeiro: Mec/Funarte, [s.d.] 75 p.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 4. ed. São Paulo: editora Ática, 1995. 440 p.
- CHOAY, Françoise. **O urbanismo: Utopias e realidades. Uma antologia**. São Paulo: Editora Perspectiva: 1979. 350 p.
- NETTO, J. Teixeira Coelho. **A construção do sentido na arquitetura**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. 178 p.
- COLIN, Sílvio. **Pós-modernismo: repensando a arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2004. 195 p.
- CONOR, Steven. **Cultura Pós-Moderna**. Introdução às teorias do contemporâneo. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000. 229 p.

- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário de arquitetura**. São Paulo: Edart, 1972. 479 p.
- CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil 1870 – 1950**. São Paulo: Fapesp, 2004. 109 p.
- COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. 435 p.
- COUTINHO, Evaldo. **O espaço da arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977. 239 p.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 352 p.
- DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- ECO, Umberto. **A estrutura ausente**. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. 426 p.
- _____. **Obra aberta**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988. 284 p.
- EVERS, Bernd *et ai*. **Teoria da arquitetura, do Renascimento aos nossos dias**. Lisboa: Taschen, 2003. 845 p.
- FREITAS, Bernardo Ribeiro de. A arquitetura moderna. Rio de Janeiro: **Revista dos Construtores**, nov. de 1888.
- GREGOTTI, Vittorio. **Território da arquitetura**. 3ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001. 188 p.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004. 495 p.
- _____. **Bâtir, habiter, pensar**. Paris: Gallmard, 1958.
- História de Higienópolis. **A carranca, jornal de bairro da Leopoldina**. Disponível em <www.acarranca.com.br>. Acesso em 17/09/2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 17. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984. 158 p.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira 1867 – 1918**. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 287 p.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922 p.
- JIMENEZ, Marc. **O que é estética?** São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 1999. 413 p.
- JOHNSON, Chistopher. **Derrida: a cena da escritura**. São Paulo: Editora UNESP, 2001. 51 p.
- KRUFT, Hanno-Walter. **A History of architectural theory**. New York: Princeton Architectural Press, 1994. 706 p.
- LARA Fernando L. C. **A insustentável leveza da modernidade**. Vitruvius, 2005. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp276.asp>>. Acesso em 14 julho 2007.
- LEMOS, Carlos A. C. **O que é arquitetura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980. 85

p.

_____. **História da casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989. 83 p.

_____. **A república ensina a morar (melhor)**. São Paulo: Hucitec, 1999. 108 p.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. **A cidade autoconstruída**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2005

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1991. 262 p.

CUNHA, José Mariano Carneiro da F. **A margem do problema arquitetônico Nacional**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1943. 136 p.

MARTINEZ, Alfonso Corona. **Ensaio sobre o projeto**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000. 198 p.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969. 407 p.

MIGUEL, Jorge Marão Carnielo. **Casa e lar, a essência da arquitetura**. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/assunto/assunto.asp>>. Acesso em 12 maio 2005.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. 246 p.

MIRANDA, Juliana Torres de. **Teoria e prática no ensino da arquitetura: disjunções e congruências**. [s.l.] Vitruvius, 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/assunto/assunto.asp>>. Acesso em 30 jun. 2005.

MOLES, Abraham. **O kitsch**. 3. ed.. São Paulo: Editora Perspectiva. 1975. 231 p.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 737 p.

MORAES, José Geraldo Vinci de. **Cidade e cultura urbana na primeira república**. São Paulo: Editora Atual, 1994. 116 p.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2004. 152 p.

MORENTE, Gabriel Garcia. **Fundamentos de filosofia**. 4. ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970. 320 p.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741 p.

CARVALHO, Cláudia; NOBREGA, Cláudia C. Leme, SÁ, Marcos. Guia da arquitetura colonial. In: CZAJKOWSKI, Jorge. **Guia da arquitetura colonial, neoclássica e romântica no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2000. 220 p.

NOSSO SÉCULO. São Paulo: Editora Abril, 1980. v. 4. 292 p.

ODOUGHERTY, Maureen. **Auto-Retratos da Classe Média: Hierarquias de**

'Cultura' e Consumo em São Paulo 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-2581998000200005escript=sci_arttext>. Acesso em 1 ago 2007.

OLIVEIRA, Francisco. Medusa ou as classes médias e a consolidação democrática. In: F. W. Reis e G. Odonnell (Ed.), **A Democracia no Brasil: Dilema e Perspectivas**. São Paulo: Vértice, 1988.

OLIVEIRA, João Vicente Ganzarolli de. **A humanização da arte: temas e controvérsias na filosofia**. Rio de Janeiro: Pinakothek, 2006. 252 p.

_____. **Estética: temas e controvérsias na filosofia**. Rio de Janeiro: Letra Capital: FAPERJ, 2007. 387 p.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional: cultura brasileira e indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1985. 223 p.

_____. **A Moderna Tradição Brasileira**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991. 185 p.

OTTONI, Dácio A. B. Introdução: Cidade Jardim: formação e percurso de uma idéia. In: HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002. 211 p.

OWENSBY, Brian. **Stuck in the Middle: Middle Class and Class Society in Modern Brazil, 1850-1950**. Tese de Doutorado, Yale University, 1994.

PEREIRA, Otaviano. **O que é teoria**. São Paulo: Brasiliense, 1982. 92 p.

PEVSNER, Nikolaus. **Panorama da arquitetura ocidental**. São Paulo, Martins Fontes, 1982. 469 p.

_____. **Origens da arquitetura moderna e do design**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 224 p.

PIGNATARI, Décio. **Informação Linguagem Comunicação**. 6. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977. 143 p.

PORTOGHESI, Paolo. **Depois da arquitetura moderna**. Lisboa: Edições 70, 1982. 259 p.

PROUST, Antoine. Fronteiras e espaços do privado. In: PROST, A. e VICENT, G. (org.). **História da vida privada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 13-144.

PULS, Maurício Matos. **Arquitetura e filosofia**. São Paulo: Annblume, 2006. 598 p.

QUADROS, Waldir José de. **O "Milagre Brasileiro" e a expansão da nova classe média**. Tese (Doutorado em economia), Departamento de Economia/Unicamp, São Paulo, 1991.

RAPOPORT, Amos. **Pour une anthropologie de la maison**. Paris : Bordas, 1972.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. 206 p.

RIBEIRO, Carlos Flexa. A pintura do Renascimento. In: FRANCO, Afonso Arinos de Melo et alii. **O Renascimento**. Rio de Janeiro: Agir, 1978. 207 p.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Segregação, desigualdade e habitação: A**

metrópole do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br/download/anpur_luiz_cesar.pdf>.

Acesso em: 27 set. 2007.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições:** cidade do Rio de Janeiro: 1870 – 1920. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995. 184 p.

ROCHA-PEIXOTO, G. O Ecletismo e seus contemporâneos na arquitetura do Rio de Janeiro. In: CZAJKOWKI, Jorge (org). **Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000. p. 5-23.

SANDERS, Patricia. Phenomenology: a new way of viewing organizational Research. **Academy of management review** v. 7, n. 3, 1982.

SANTOS, Jair Ferreira. **O que é pós-moderno**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 111 p.

SANTOS, Paulo Ferreira dos. **Quatro séculos de arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB, 1981. 124 p.

_____. **Formação de cidades no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. 180 p.

SCULLY JR, Vicent. **Arquitetura moderna, a arquitetura da democracia**. São Paulo: Cosac e Naify, 2002. 175 p.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900 – 1990**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2002. 224 p.

SILVA, Elvan. **A forma e a fórmula:** cultura, ideologia e projeto na arquitetura da Renascença. Porto Alegre: SAGRA, 1991. 333 p.

SILVA, Paula Zasnicoff Duarte Cardoso da. **Interpretar a arquitetura**, 2006.

Disponível em:

<<http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/IA9online/edificionacidadePAU.htm>> . Acesso em 2 jul. 2006.

SOUZA, Abelardo de. **Arquitetura no Brasil:** depoimentos. São Paulo: Diadorim: Editora da Universidade de São Paulo, 1978. 130 p.

SPENGLER, Oswald. **A decadência do ocidente:** Esboço de uma morfologia da história universal. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 441 p.

STROETER, João Rodolfo. **Arquitetura e teorias**. São Paulo: Nobel, 1986. 210 p.

TAVEIRA, Alberto; AIZEN, Mário. Uma via essencial. In: **A Linha Amarela:** por onde passa e proximidades. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, 1998. 96 p.

THIOLLENT, Michael J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Editora Polis, 1982. 270 p.

VENTURI, Robert. **Complexidade e contradição em arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 231 p.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. 286

p.

SÍTIOS

<http://www.acarranca.com.br>. Acesso em: 17 set. 2007.

<http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/IA9online/edificionacidadePAU.htm> . Acesso em: 2 jul. 2006.

<http://www.arquitetura.ufmg.br/ia/teoria.html>. Acesso em: 17 jul. 2007.

http://www.bresserpereira.org.br/ver_file.asp?id=2177. Acesso em: 2 ago. 2007.

http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/anpur_luiz_cesar.pdf. Acesso em: 27 set. 2007.

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-2581998000200005escript=sci_arttext. Acesso em: 1 ago 2007.

<http://www.serqueira.com.br/mapas/index1b.htm>. Acesso em 14/07/2007 às 14h35min

http://www.telelistas.net/busca_local/busca_local.aspx?aba=2 . Acesso em: 30 maio 2007.

http://www.telelistas.net/busca_local/busca_local.aspx?aba=2 . Acesso em: 30 maio 2007.

<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp156.asp>. Acesso em: 12 maio 2005.

<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp276.asp>. Acesso em: 14 jul. 2007.

http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq042/arq042_02.asp. Acesso em: 16 maio 2007.

http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq042/arq042_02.asp. Acesso em: 16 maio 2007.

<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/assunto/assunto.asp>. Acesso em: 30 jun. 2005.